SOLANGE STRUWKA

Da resistência à luta pela visibilidade: um estudo sobre o modo de vida de jovens de comunidades faxinalenses

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Parodi Svartman

São Paulo

2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Struwka, Solange.

Da resistência à luta pela visibilidade: um estudo sobre o modo de vida de jovens de comunidades faxinalenses / Solange Struwka; orientador Bernardo Parodi Svartman. -- São Paulo, 2016.

124 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: **Psicologia Social e do Trabalho**) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Jovens 2. Comunidades tradicionais 3. Faxinais 4. Psicologia Social I. Título.

BF724

STRUWKA, Solange. **Da resistência à luta pela visibilidade: um estudo sobre o modo de vida de jovens comunidades faxinalenses**. Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos:

As comunidades de faxinal, famílias e jovens faxinalenses, pelo acolhimento em suas casas e coletivos. Pelas décadas de resistências que nos ensinam a se reorganizar a partir dos conflitos e pressões sem perder a esperança de construir novas possibilidades de existência. Ao Movimento APF por compartilhar os espaços e discussões, fortalecer a luta pela manutenção deste modo de vida e pressionar a construção de políticas públicas.

Aos meus pais, Maria e Augusto, que me ensinaram a enfrentar os desafios e inspiraram a seguir por caminhos distantes “sem tirar os pés do chão camponês”. Ela por ter enfrentado o medo da filha ir semanalmente para “a desconhecida, distante e grande São Paulo”, e ele pelas inúmeras afirmações sobre o orgulho “da filha faxinalense que chagará longe falando da nossa história!”.

Aos meus irmãos, Marcio, Daniel, Lucas, Jane e Nestor, pelas experiências e discussões cheias de contradições, diferenças e afetos.

Ao Julian, pelas incansáveis caronas dos 100 Km nas madrugadas das quartas feiras destes últimos anos. Pela parceria no retorno a vida camponesa, pelas incontáveis discussões sobre a agricultura, faxinais e agroecologia e pelas contribuições teóricas e práticas para o texto.

Ao professor Bernardo, por se desafiar a orientar esta pesquisa, comunidades e modo de vida até então desconhecidos no programa de Pós Graduação desta instituição. Pelo apoio, incentivo e importantes discussões e reflexões no decorrer destes dois anos.

Aos membros da banca, professor Ancelmo pelas orientações e indicações de textos e autores. Pelo esforço que vem fazendo nos últimos anos para construir espaços dentro da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) voltada para as realidades regionais. Ao professor José Moura, pela apropriação e sensibilidade na leitura desta pesquisa, por perceber e sentir além das escritas, pelas sugestões para o texto e para a vida acadêmica e profissional.

Aos grandes amigos Alayde e Alexandre que trilharam parte deste caminho comigo. Pelo incentivo antes e no decorrer da pesquisa, pelas contribuições no meu processo de formação pessoal e profissional.

“Na luta pela terra nascemos Faxinalenses” (APF, 2007).

“Terra de Faxinal: resistir em puxirão pelo direito de repartir o pão” (APF, 2005).

STRUWKA, Solange. **Da resistência à luta pela visibilidade**: um estudo sobre o modo de vida de jovens comunidades faxinalenses. Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em psicologia.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo central compreender as perspectivas de futuro de jovens faxinalenses. Para isso, buscamos entender as particularidades de sua forma de vida, desafios, problemas, potencialidades, sua relação com as comunidades e os possíveis fatores que influenciam na aproximação ou distanciamento entre eles e seus territórios. Os faxinais constituem uma forma particular de organização camponesa reconhecida como Comunidade Tradicional. Possuem como principal característica o uso de áreas em comum, chamadas de criadouro comunitário. Neste espaço, as famílias criam seus animais à solta, preservam grande parte da vegetação nativa, constroem suas casas e mantêm a dinâmica comunitária. Quanto ao uso comum das áreas, muitos proprietários permitem que não proprietários de terras morem e usufruam da área do criador comunitário, a partir de acordos estabelecidos entre os envolvidos. Historicamente, os faxinais vêm sofrendo fortes pressões por grande parte do sistema econômico, do modelo de agricultura considerada “moderna” e do poder público, que invadem seus territórios, destroem a natureza, geram preconceito, forçam a diminuição e o fechamento das áreas de uso comum, e expulsam famílias das comunidades. Apesar de intensas pressões, inúmeras famílias seguem resistindo e dando continuidade ao seu tradicional modo de vida. Para compreender as estratégias de resistência e as perspectivas de futuro, participamos de espaços coletivos das comunidades, empreendemos oficinas, conversas informais com lideranças comunitárias e com os jovens, sendo que com os jovens ainda realizamos, em grupos, a técnica percurso comentado. A partir das análises dos dados obtidos em campo, sistematizamos algumas estratégias que as comunidades faxinalenses utilizaram e utilizam para resistir a condições sociais e econômicas degradantes, que, no limite, visam à sua finalização. Interpretamos a relação das comunidades com o Movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) como essencial para o desenvolvimento das estratégias, que se manifestam na educação, na geração de renda, nas associações comunitárias, na produção agroecológica, nos espaços coletivos, na religiosidade e no enraizamento, que promovem relações diferenciadas com o território e com o modo de vida. Fatores que mobilizam formas de resistência, fortalecimento das comunidades, reorganização das tradições e, consequentemente, contribuem com a construção de planos e perspectivas de futuro dos jovens faxinalenses, que lutam e resistem pela manutenção e desenvolvimento de suas comunidades.

Palavras-chave: Jovens, Comunidades Tradicionais, Faxinais e Psicologia Social.

STRUWKA, Solange. **From resistance to struggle for visibility**: a study on the way of life of youth faxinalenses communities. Dissertation presented at the Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo to obtain a master's degree in psychology.

Abstract

The research central goal was to understand the future prospects of young faxinalenses. For this, we seek to understand the particularities of their way of life, challenges, problems, potentials, their relationship with the communities and the possible factors that influence the greater proximity or distance between them and their territories, as well as contribute to the valuation process of their demands and greater the visibility of this way of life. The faxinais constitute a particular form of peasant organization recognized as a Traditional Community. Have as main feature the use of areas in common, called creation in community. In this space the households keep their animals in a free range system, preserve much of the native vegetation, build their houses and maintains the community dynamics. Regarding the common use areas, many owners allow the ones that do not own the land to live and benefit from the Community creation area, from agreements between those involved. Historically these communities have been suffering strong pressure from a large part of the economic system, the agricultural model considered "modern" and the government, which invade their territories, destroy the nature, generate prejudice, forcing the reduction and closing of the common use areas and expel families from communities. Despite intense pressures, many families continue to resist and continuing its traditional way of life. To understand the strategies of resistance and future prospects, we participate in collective spaces of communities, undertake workshops, informal conversations with community leaders and with young people, and with young people also conducted, in groups, the technical called commented route. From the analysis of the data obtained in the field, it was systematized some strategies that communities have used and use to resist the degrading social and economic conditions, which, ultimately, aimed at its phase out. It was interpreted the relationship of communities with the Movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) as essential for the development of strategies that manifest themselves in education, income generation, the community associations in agroecological production, in collective spaces, religiosity and cultural rooting, which promote differentiated relationships with the territory and the way of life. Factors that mobilize forms of resistance, strengthening of communities, reorganization of traditions and thus contribute to building plans and future prospects of young people faxinalenses, who struggle and resist for the maintenance and development of their communities.

Key Words: Youths, Traditional Communities, Faxinais and Community Psychology.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Perfil esquemático das terras de Faxinal 30
Figura 2 – Foto do primeiro Encontro dos Povos dos Faxinalenses 54
Figura 3 – Foto da oficina de mapas 58
Figura 4 – Croqui do Faxinal Água Clara de Baixo..... 58
Figura 5 - Faxinais dos municípios de Quitandinha e Madirituba 59
Figura 6 - Encontro Municipal das Benzedeiras de Rebouças 60

LISTA DE SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

APF - Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

IEEP - Instituto de Equipe de Educadores Populares

MASA - Movimento Aprendizes da Sabedoria

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

UFA - Universidade Federal do Amazonas

UFMA - Universidade Federal de Manaus

UFPR - Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

Introdução..... 11

1. **Abordagem Metodológica** 17

1.1 Breve apresentação das comunidades faxinalenses e de seus jovens 21

1.1.1 Comunidade Linha Brasília 23

1.1.2 Comunidade Marmeleiro de Baixo 26

1.2 Jovens participantes da pesquisa [Percurso Comentado] 26

2. **Processo histórico de constituição das comunidades faxinalenses**..... 28

2.1 Comunidades faxinalenses 29

2.2 Terras de uso comum e elementos sobre a história de formação dos faxinais..... 33

2.3 Antagonistas das comunidades faxinalenses 41

2.4 Território, enraizamento, memória e dados sobre os povos do campo 44

3. **Contribuição do movimento Articulação Puxirão dos povos Faxinalenses (APF) para as comunidades**..... 52

4. Caminhos, lugares e narrativas: os jovens faxinalenses e as comunidades... 67

4.1 Áreas de uso comum e áreas de plantar *versus* “modernização” da agricultura e revolução verde 67

4.2 Religião e Religiosidade 75

4.3 Escola e processos educativos 81

4.4 Movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) e Associações Comunitárias 85

4.5 Os jovens e as comunidades faxinalenses 90

5. Conflitos, pressões e resistências: os jovens e a comunidades em movimento por suas perspectivas de futuro 99

5.1 Resistências 109

5.2 Perspectivas de Futuro: o concreto e o sonhado..... 119

6. Considerações Finais 120

7. Referências 126

INTRODUÇÃO

Resistência e luta. Esses são os termos que melhor traduzem a história das comunidades e juventudes faxinalenses. Século XXI, modernização, globalização, avanços tecnológicos, exportação, *commodities,* multinacionais, redes massivas, mídia, relações fluidas. Nesse contexto, procuramos investigar vivências e modos de vida de um mundo camponês mais que esquecido; ignorado. Pesquisa, pesquisadora, comunidades e jovens se misturam, se separam, se escondem, mas também se revelam.

Nasci no antigo Faxinal de Balaios, situado no município de Ivaí, Paraná, trago as memórias de um tempo e universo comuns aos "objetos" de minha pesquisa. Os pés de sola grossa percorriam os caminhos afundados, rumo aos vizinhos. As mãos sempre ocupadas com pedaços de carne de porco fresquinha e outros regalos, como era costume. Mãos levam, mãos trazem. Os finais de semana eram uma festa! Crianças, adolescentes e jovens inventavam brincadeiras, corridas de sacos, carrinhos de madeira, buscavam cana de açúcar na roça, jabuticabeiras, araçás, guabirobas, jarivás, quanta abundância! E a época de Páscoa e Natal? Essas eram ainda mais especiais. A preparação se iniciava meses antes, a comunidade se reunia na casa de cada família e lá rezavam e cantavam as novenas. Caminhavam juntos na ida e na volta. Na ida, uma parada em cada morada, aos poucos o número de vozes e causos aumentavam. Na volta, as histórias embalavam a noite, que ficavam carregadas de vida e emoção. As memórias animavam a caminhada e fortaleciam o sentimento de pertencimento.

As perdas também nos acompanhavam. De quando em quando, amigas e vizinhos mudavam-se para bairros na cidade. No trecho para a escola,[1] todas as manhãs, encontrava o pai de uma delas. Homem negro, simples e simpático, seguia sentido roça com uma enxada ou foice apoiada nos ombros. Por que fazia os cinco quilômetros todos os dias para trabalhar? Por que foi morar na cidade?[2] As respostas que recebi sempre foram as mesmas: "É a Lei Federal"[3]. À beira das estradas,

---

[1] Balaios está situada a aproximadamente três quilômetros da cidade, onde a escola está localizada. Nos meus anos iniciais não havia transporte escolar e fazíamos este trecho caminhando.

[2] As famílias que mudaram nos visitavam de tempos em tempos. Depois de vinte anos, indaguei à antiga vizinha se ela se acostumou a morar na cidade. Com olhos firmes, disse: "Nunca acostumei. Não tenho um pedaço de terra para plantar, nem espaço pra galinhas. Lá, a gente vive como dá".

[3] Orientações baseadas no código civil, artigo 588 que normatiza sobre a construção de tapumes e cercas. Porém, a interpretação dada, a depender das influências e pressões de cada município e região, levou à construção de cercas para impedir a passagem de animais. Essa obrigação e responsabilidade passa a ser dos proprietários, compreensão que contradiz as leis municipais e acordos comunitários que organizam os faxinais. No município de Ivaí, ela foi uma das principais responsáveis pelo desmantelamento dos faxinais.

moradias fechadas, mato crescido, pomar sem podas. Alguém deixou sua “terrinha”. Não tem mais horta, não come mais das frutas, não caminha conosco.

Com o passar do tempo fui aprendendo a dar pouco crédito, e, até mesmo, a menosprezar esse cotidiano. Os anos de escola me apresentaram outra sociedade, mais “culta”, moderna e valorizada. Então veio a saída de casa, a mudança para outra cidade e o ingresso no Ensino Superior. E, com isso, perda do território e distanciamento das vivências e memórias coletivas da comunidade que eu pertencia. Deparei-me com Id, Ego, Comportamento, Cognição, Transferência, Couraça, Resiliência, Sistemas, entre outras explicações sobre a formação, organização e “cura” do psiquismo humano. Apesar do envolvimento com a psicologia social comunitária, identificada como a mais próxima dos meus anseios pessoais e profissionais, o afastamento e falta de reconhecimento do cotidiano de homens e mulheres camponesas foram marcantes; desconte e desenraizada me tornei.

Nos anos finais da graduação, as melhores descobertas. Como temática de pesquisa abordei o tema “Juventudes: Educação e Trabalho”. No decorrer do estudo, ficaram acentuadas as diferenças entre jovens universitários que moravam no campo e se mudaram para a cidade a fim de estudar e trabalhar, e jovens que já moravam na cidade. As narrativas de violência psicológica, negligência, exploração e ausência de direitos vivenciada pelos jovens, outrora camponeses, foram mobilizadoras.

Exclusão e exploração, como superar essas condições? A busca foi para compreender quais espaços, organizações e movimentos desenvolviam trabalhos com as juventudes camponesas. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Levante Popular da Juventude, Articulação Por Uma Educação do Campo, Conselho Territorial da Região Centro-Sul do Paraná[4], Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF). Experimentei, então, uma imersão rápida e envolvimento a perder de vista. Passei da implicação com a temática à necessidade de realizar ações; da aproximação com o Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná à percepção da ausência de espaços específicos para os jovens.

Conversas, reuniões, conferências, reflexões, debates, místicas, músicas, poesias, encontros, cafés, intercâmbios. A construção da Câmara de Juventude no

[4] No ano de 2003, o governo Lula, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), iniciou uma política de “Promoção de Desenvolvimento dos Territórios Rurais”. Nos territórios foram reunidos municípios com características físicas, sociais, econômicas e culturais semelhantes, assim facilitaria a promoção de programas e políticas públicas específicas para as regiões. Dentro dos territórios, conselhos gestores foram idealmente criados para compartilharem responsabilidades e construir planos, programas e políticas regionais.

Conselho Gestor buscou articular “jovens-referências” que atuavam nos municípios que integram o Conselho[5]. Tarefa carregada de potencialidades e dificuldades. Como bancar o deslocamento? Que estratégias utilizar para fortalecer os grupos nos municípios? Como articulá-los em nível territorial? Muitas propostas e necessidades, mas poucas condições econômicas e políticas.

O espaço, além de despertar inquietações sobre a inserção e papel da psicologia junto às comunidades e povos camponeses, religou-me às raízes. Veio à tona a compreensão de que o descontentamento que sentia também estava vinculado diretamente ao meu deslocamento para a cidade. Reconhecimento de incompletude, necessidade de retorno. Concomitantemente, acompanhava os jovens integrantes da Câmara de Juventude na mesma caminhada, seja por estudo ou trabalho, sendo que as migrações foram constantes em nosso grupo, na maioria dos casos definitiva e implicando que o jovem deixasse o espaço.

As dificuldades de renda dos jovens estavam dadas, mas não era só isso: a necessidade de educação e formação, acesso a tecnologias e lazer também batiam à nossa porta. A importância e as dificuldades do processo de sucessão geracional nas propriedades, comunidades e nos próprios movimentos sociais ficavam cada vez mais nítidas. Problemática que coloca em xeque estes espaços. As dificuldades econômicas vividas pelos jovens eram gritantes: dificuldades relacionadas à pouca terra (às vezes ligada à partilha entre irmãos e irmãs), à falta de tecnologia desenvolvida para pequenas áreas e para a agricultura familiar, ao baixo preço dos alimentos vendidos, à falta de formação para esse trabalho. Tudo isso dificultava a permanência dos jovens, e, por conseguinte, a própria manutenção das comunidades, pois sem a juventude as comunidades são inviáveis.

Minhas raízes, agora alimentadas com elementos históricos e experiências nos movimentos sociais, conduziram-me a maior aproximação com as comunidades faxinalenses. Minhas inquietações se transformaram em dúvidas e, aos poucos, foram sendo sistematizadas e tomando a forma de pesquisa. Parte delas está traduzida neste trabalho: que estratégias as comunidades faxinalenses utilizaram e utilizam para

[5]O Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná é integrado pelos seguinte municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Ipiranga e Ivaí. A população do Território conta com um total de 218.163 habitantes (IBGE, 2000), população rural de 93.503 habitantes, sendo que 44.008 habitantes (20,11%) vivem abaixo da linha da pobreza. A maior parte desta população que vive em condição de miséria reside no meio rural (29.544 habitantes), o que corresponde a 7,13% do total de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. No meio rural encontram-se 29.258 agricultores familiares, sendo que 26.124 agricultores possuem áreas de 01 a 50 hectares e somente 3.314 agricultores possuem área superior a 50 hectares (EMATER - PR, 2003).

resistir a condições sociais e econômicas degradantes, que, no limite, visam à extinção dessas comunidades? Como vivem os jovens que moram nos faxinas? Que planos fazem para seu futuro e o futuro do território em que moram?

Das leituras realizadas sobre estas comunidades, as disputas de compreensão em que ora as consideram estigmatizadas e esquecidas, ora como personagens de uma possível vanguarda ambiental e social.

No processo de construção da questão norteadora deste trabalho, busquei as lideranças do Movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) para construir a proposta em conjunto. A responsabilidade aumentou[6] e o desafio foi lançado: como poderia contribuir com o movimento no processo de articulação dos jovens faxinalenses? Oficinas, conversas, reuniões, passeios, visitas - o caminho foi sendo trilhado.

O objetivo desta pesquisa é apresentar os modos de vida, potencialidades, desafios e problemas dos jovens e das comunidades faxinalenses; compreender a relação dos jovens com as comunidades e os possíveis fatores que influenciaram a maior aproximação ou distanciamento entre eles e seus territórios, assim como contribuir para o processo de valorização de suas demandas e maior visibilidade desse modo de vida.

Mais do que uma reflexão acadêmica, este trabalho busca reconstruir a história que ocorreu com parte do campesinato brasileiro, reconhecendo e valorizando sua diversidade. Elementos que contribuíram para o processo de consciência daquela que sistematizou as informações, agora compreendendo os inúmeros determinantes das explicações, outrora dada, na expressão “Lei Federal”. A decepção por não termos sido fortes o suficiente para resistir, como comunidade faxinalense, transformou-se em força e desejo de contribuir com as organizações e movimentos[7]. O reencontro com as raízes gerou a necessidade do retorno para a terra, para a produção agroecológica,

---

[6] O movimento também sente a necessidade de compreender os jovens e solicitou ajuda para realizar algumas ações nas comunidades, como está descrito na metodologia.

[7]Não entendia a saída das famílias da comunidade, transformações que foram ocorrendo, narradas cotidianamente pelos familiares e vizinhos. Perdas, afastamentos, experiências que geraram sofrimentos em nós e continuam gerando nos jovens, como veremos no decorrer da pesquisa. Com a inserção nos movimentos e comunidades, realização das oficinas, leitura histórica do processo de resistência, desagregação e luta notei que minhas lembranças e experiências foram resignificadas. Os jovens das comunidades também apontaram a importância dos espaços coletivos para relatar as histórias, acontecimentos, conflitos, avanços. Nesse sentido, entendo os espaços coletivos como fundamentais no processo de elaboração de sofrimento. Sofrimento como apontado por (MOURA, 1998) é consequência da dominação, sofrimento é psicológico e político. Temática que necessita ser mais discutida e analisada pelo universo acadêmico.

para o cultivo dos alimentos e criação dos animais. Infelizmente, nem todos os jovens terão a possibilidade de voltar, como vimos nas comunidades investigadas, por isso a relevância de movimentos, organizações e pesquisas que reivindiquem a construção de políticas públicas e que auxiliem a criar condições do jovem permanecer no lugar que deseja, e, da sua forma, poder contribuir para um adequado desenvolvimento da sociedade, seja em termos culturais, econômicos ou ambientais.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. Inicialmente apresentamos a abordagem metodológica esclarecendo sobre a trajetória e as alterações realizadas no decorrer da pesquisa. Em seguida, trouxemos um pouco do contexto das duas comunidades em que os jovens pesquisados moram, Marmeleiro de Baixo e Linha Brasília, e informações sobre os jovens.

No segundo buscamos realizar uma pesquisa histórica sobre a formação dos faxinais, apontando os principais elementos que engendraram a atual configuração dessa forma particular de organização camponesa. Também realizamos breve caracterização do faxinal, em que destacamos a divisão do território em terras de plantar e terras de criar, o compartilhamento comunitário das áreas de criar, criação dos animais à solta, “puxirões” e a preservação da natureza. Ainda abordamos as ameaças e pressões sofridas pelas comunidades, fatores que tem deflagrado conflitos, perda de terras de uso comum e desagregação dos faxinais.

No terceiro capítulo procuramos compreender a história do movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF), seu nascimento, lutas, antagonistas e a construção de identidade coletiva. O desenvolvimento do Projeto Nova Cartografia Social é destacado como um elemento importante de organização do Movimento APF, porquanto auxiliou no mapeamento dos faxinais, sistematização de informações, maior visibilidade e compreensão deste modo de vida e reafirmação dos direitos como Comunidades Tradicionais.

No quarto capítulo, analisamos as informações obtidas com os jovens das comunidades. Notamos a educação, renda, terras, associação e o movimento social como elementos que afetam no desenvolvimento de relações diferenciadas com o território e com o modo de vida faxinalense, e, consequentemente, na construção de planos e perspectivas de futuro para si e para as comunidades onde vivem.

Por fim, no quinto capítulo, sintetizamos as pressões e conflitos presentes nas comunidades, às estratégias utilizadas para resistir, os fatores que influenciam as resistências, as mudanças ou adaptações geradas pela resistência ou pressões, e, as

condições oferecidas pelas comunidades para uma possível permanência dos jovens e de suas famílias no território. Também apontamos o vínculo com o território, o enraizamento, sentimento de pertencimento e a tradicionalidade como fatores diferenciadores na relação dos jovens com os faxinais.

1. Abordagem metodológica

Antes que apresentar as estratégias metodológicas utilizadas neste trabalho, farei algumas reflexões sobre o processo da pesquisa. “Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar” (Machado). Considero que aprendi o significado desse conselho no decorrer da pesquisa. Inicialmente, a preocupação era estudar para descrever de forma consistente e coerente o que são as comunidades faxinalenses e quem são os jovens que nelas moram, a fim de dar visibilidade e, quiçá, instrumentalizá-los em possíveis ações; e seguir rigorosamente os procedimentos científicos para a pesquisa obter reconhecimento. No entanto, a partir das leituras e das imersões nas comunidades, os passos da investigação tomaram outros rumos, guiados pelos próprios participantes, de tal forma que os papéis inverteram-se: quem instrumentalizou e ensinou foram os jovens faxinalenses, o “objeto de estudo”.

Narrativas, afetos, tempo diferenciado, outro ritmo de vida. Os jovens reivindicaram novas estratégias metodológicas, logo perceberam que não conseguiam ser ouvidos da forma que estava sendo proposta. Minha relação pessoal nem sempre intuiu, antecipadamente, a melhor maneira de orientar o processo metodológico, porém me assegurou um lugar de confiança na relação com os jovens e a comunidade. Fator que antecipou dificuldades, fez das conversas encontros realmente significativos, com gosto e esperança de mudanças.

Como já narrei, possuo um olhar e uma relação com as comunidades faxinalenses anteriores à pesquisa. Se para os antropólogos que fazem etnografia o exercício é de aproximação com a perspectiva das comunidades e dos entrevistados, o meu esforço foi o de construir um olhar “exterior” à situação. Ouvi partes da minha história recontada pelos jovens e pelos seus familiares: o primo que foi estudar em outra cidade e não voltou, a filha que teve que sair para trabalhar, o vizinho que volta quinzenalmente da cidade passar o final de semana na antiga casa, entre outras. Percebi que o relato inicial de ser moradora de um faxinal e a busca por compreender e pesquisar a vida deles nos aproximou. Num primeiro momento, essa aproximação me conduziu até as comunidades, e, posteriormente, conduziu a comunidade até mim. Na comunidade Linha Brasília não fui tratada, em nenhum momento, como a pesquisadora, como alguém estranho que foi conhecê-los, pelo contrário, era como se já fosse, há muito tempo, uma moradora do faxinal. As raízes nos uniram.

Vez ou outra, os jovens e/ou seus pais pediam para contar sobre minha família, comunidade, município, etc. “O faxinal que você morava era grande? Lá vocês também plantavam fumo? Ouvi falar que na tua cidade também tem ucranianos, como é? Você também participava de grupo de jovens? Como você fez para ir estudar?

Como escolheu o curso? E a tua família?”. Perguntas feitas com vontade de ouvir a resposta, com atenção, com presença. Não foi uma nem duas vezes que esqueci de ligar o gravador ou a filmadora. Mas se perdi as falas, ganhei profundidade, pois, em conjunto com os membros das comunidades, mudamos de planos pela necessidade de conhecer, de compreender coisas além das planejadas. A música e o violão conduzidos por Ana, as nascentes, os presépios das casas que antecipavam e alargavam o Natal, a preparação dos alimentos para a confraternização nas novenas. Esses foram alguns dos elementos não previstos na pesquisa e que passaram longe de serem banais, uma vez que foram carregados de troca de afetividade e de aprendizagem. Ao finalizar a visita aos lugares mais reveladores de Linha Brasília, tarde de dezembro, pediram que eu retornasse ao primeiro ponto: “Precisa experimentar a água do rio e se balançar no cipó”, convida Ana. Assim que colocaram os pés na grama próximo ao rio, correram, em segundos todos estavam na água, rindo, brincando e acenando com as mãos para entrar. As narrativas não eram suficientes para apresentar seu cotidiano, comunidade e perspectivas; era preciso experimentá-las. A impressão é de que os jovens faxinalenses assumiram o compromisso de proporcionar-me suas experiências, de viver com eles para compreendê-los. Essa, parece-me, foi a estratégia que adotaram para eu poder apreender, da maneira mais adequada, seus valores, sua cultura, seu cotidiano, enfim, seu modo de vida.

De minha parte, grandes desafios: não ser romântica ao extremo com o que me apresentavam, dado que era preciso perceber as contradições e conflitos que permeavam o apresentado. Tarefa difícil, pois confesso que por vezes tive vontade de ficar morando lá. Ao mesmo tempo, não podia ser demasiadamente pessimista com as dificuldades de renda e ausência de políticas públicas que enfrentam; diversas vezes compartilhamos sentimentos de angústia pela impotência diante das situações. Atenção redobrada aos meus estereótipos e representações, o exercício do estranhamento se tornou meu horizonte. “O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações” (VELHO, 2004, p.131). Assim, não neguei minhas memórias, experiências e emoções ligadas à comunidade faxinalense, mas busquei outros olhares e narrativas. Nem sempre fui certeira, como as mudanças na metodologia indicam, porém minha vivência possibilitou uma escuta para além do dito, e hoje percebo que o enraizamento me liga e me insere em uma dimensão que possibilita compreender com mais facilidade as falas, os sofrimentos, as reivindicações daqueles com quem

comungo as mesmas raízes. Raízes que promovem identificação, aproximação entre desconhecidos, e confiança.

Como já sinalizado, esta pesquisa é de caráter qualitativo. Busca compreender processos que não são acessíveis à experiência imediata, considera a realidade investigada como multidimensionada e marcada por relações complexas, contraditórias, dinâmicas e irregulares (REY, 2002). Como perspectiva, optamos pela base etnográfica, que consiste na observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade, visando à compreensão da vida de cada um deles. Essa estratégia metodológica exige do pesquisador o engajar-se no contexto do grupo investigado, assim como, o estranhamento das relações, situações e eventos cotidianos (CLIFFORD, 1998; GEERTZ, 1989). Um engajamento que permite "uma compreensão mais densa e profunda dos processos que nela acontecem, tornando visíveis processos até então considerados invisíveis" (VIÉGAS, 2007, p. 105). Vale retomar, como já dito nos parágrafos anteriores, que o esforço da pesquisadora foi mais pelo distanciamento e estranhamento do que pela aproximação.

Os participantes desta pesquisa foram jovens e adolescentes faxinalenses, de entre 13 e 29 anos que vivem em duas comunidades faxinalenses do estado do Paraná, a saber, Linha Brasília, do município de Prudentópolis, e Marmeleiro de Baixo, do município de Rebouças.

Os jovens de Linha Brasília estão organizados na associação da comunidade, grupo de dança e grupo de jovens ligado à Igreja Católica. A aproximação até eles ocorreu por meio de uma liderança da comunidade, que eu já conhecia através do Movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses.

Já os jovens de Marmeleiro de Baixo são integrantes do grêmio estudantil da escola, localizada ao lado do Faxinal. O contato com o grupo foi realizado por meio de uma Feira de Sementes Crioulas realizada na comunidade com a contribuição do grupo. Nem todos os jovens do grêmio estudantil moram na comunidade Marmeleiro de Baixo; alguns moram em outras comunidades faxinalenses e outros em comunidades que não são faxinalenses. Não foi intenção da pesquisa buscar jovens organizados em grupos, entretanto, à medida que fui conhecendo as comunidades, notamos que os jovens estavam realmente envolvidos com os grupos.

As estratégias utilizadas para obtenção dos dados foram conversas informais, participação em reuniões e eventos, como semana cultural e novenas na casa das famílias, rodas de conversa e o percurso comentado. Utilizamos a prática do diário de campo, olhar e postura etnográficos para registrar as falas, sensações e acontecimentos. Além dos jovens conversamos com as principais lideranças das comunidades, tais como os presidentes das associações, com os pais dos jovens e

outros moradores das comunidades, conversas que apoiaram nossa compreensão sobre a história da comunidade e suas relações.

As rodas de conversa[8] aconteceram nas duas comunidades, porém de forma diferente. Em Linha Brasília a pesquisadora e a liderança da comunidade foram de casa em casa convidando os jovens para participarem, ela foi realizada em um sábado, na primavera do ano de 2014. A atividade durou, aproximadamente, três horas e teve nove jovens participantes.

Já na comunidade Marmeleiro de Baixo os encontros ocorreram na escola e se estenderam por vários dias no decorrer do verão de 2014. O número de jovens participantes oscilava de acordo com a atividade que estavam desenvolvendo na escola. Alguns tinham intervalo ou horário sem aula, outros estavam em aula. Assim, uma parte do grupo participou de todas as conversas e outra parte do grupo somente de algumas.

As discussões levantadas nas oficinas deram subsídios para definir a estratégia metodológica e as temáticas abordadas no percurso comentado. Inicialmente planejamos fazê-lo individualmente, entretanto, os jovens da Linha Brasília, primeira comunidade em que a atividade foi realizada, solicitaram para participarem juntos, e assim foi realizado.

No verão de 2014, em Linha Brasília, e no verão de 2015, em Marmeleiro de Baixo, os jovens foram convidados a conduzirem-me pelos lugares da comunidade que consideravam significativos. No decorrer do percurso foram sendo instigados a relatar sobre a história e significados daqueles lugares, suas histórias pessoais e da comunidade em que moram. Petiteau (2001, p. 426) explica que

> O “percurso comentado” se baseia sobre o mesmo princípio da caminhada comentada. Sua ambição é qualificar os ambientes de um lugar a partir das percepções que os usuários têm dele e de suas práticas. As caminhadas sobre um mesmo espaço são multiplicadas; o “percurso poliglota”, que resulta desses múltiplos pontos de vista, é confrontado com a observação etnográfica dos comportamentos e interações, nesses espaços. O objetivo é reunir, conjuntamente, a organização material, os fenômenos perceptíveis e as formas de agir e de interagir.

[8] Neste ponto, cabe esclarecer que quando apresentei a pesquisa para o Movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses para avaliar se, de fato, a temática, os objetivos e a metodologia eram pertinentes para o movimento e as comunidades envolvidas, seus representantes fizeram uma proposta para eu contribuir na construção de um encontro regional de jovens faxinalenses. A proposta foi discutida e encaminhou-se que, antes do encontro, eu e outras pessoas ligadas ao movimento ou às comunidades organizaríamos rodas de conversas com os jovens para conhecê-los melhor, entender suas demandas, vivências e investigar a relevância de construir um encontro, e caso este fosse tomado como pertinente, proporíamos que os jovens fossem parceiros na construção e coordenação do evento. Vale ressaltar que eu já possuía vínculo com as comunidades e com algumas pessoas do movimento.

A estratégia buscou desencadear narrativas sobre as histórias de vida dos jovens e das comunidades em que vivem e as relações com o território percorrido. No decorrer do percurso utilizamos o recurso do registro em áudio.

Antes de realizarem os procedimentos, os jovens foram informados sobre os objetivos da pesquisa, métodos, benefícios e riscos. Foi lido conjuntamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com os participantes e responsáveis, quando os participantes eram menores de idade. Explicou-se a garantia de sigilo da identidade e foi solicitada a autorização para publicação das informações coletadas, e, posterior, devolutiva dos resultados da pesquisa.

Os dados foram analisados por meio da análise conteúdo. Esse procedimento conduz a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, auxilia a reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão de seus significados em um nível além do alcançado por uma leitura comum. Pode ser compreendida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visa a obter a descrição dos conteúdos das mensagens, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos. Esses indicadores permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42). Essa técnica é composta por três grandes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação. A primeira etapa é a fase de organização, podendo-se utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação. Na segunda etapa os dados são codificados a partir das unidades de registro. E, na última, faz-se a categorização, ou seja, classifica-se os elementos segundo suas semelhanças e diferenças.

1.1 Breve apresentação das comunidades faxinalenses e de seus jovens

Inicialmente é importante destacar que as comunidades investigadas possuem grandes diferenças entre si, especialmente no que diz respeito à história de ocupação, localização geográfica e acesso a recursos naturais e econômicos. Buscaremos destacar essas diferenças, entendendo que elas são fundamentais para compreendermos a relação dos jovens com o território, suas perspectivas e projetos pessoais e comunitários.

As experiências das rodas de conversa e do percurso comentado foram únicas. A cada encontro com os jovens, a apresentação de formas de se relacionarem com o trabalho, com a comunidade, e, especialmente, com o tempo me surpreendia.

Passos sem pressa. Caminhar sem a necessidade de terminar o trajeto pela correria do trabalho. O tempo, os espaços, as pessoas do território, tudo apresentado com muita intimidade. Os lugares fazem parte de suas vidas, da vida de seus pais,

parentes, amigos e conhecidos, são seu território. As memórias narradas não eram apenas suas; eram memórias coletivas, compartilhadas, tecidas e cuidadas por várias mãos.

Durante as entrevistas, em raros e breves instantes, perdi-me nas memórias de meu tempo de infância, em que dias, semanas, meses e anos eram definidos a partir das necessidades pessoais, familiares e comunitárias. Lembrava-me repentinamente de um momento em que não contava as horas, nem sentia pressões. Breves lapsos. Instantaneamente era puxada para o presente, retornava. A necessidade de ouvir, de compreender e de perguntar me prendia à “realidade” e, novamente, estava ligada e preocupada com o tempo. Pensava: “precisamos nos apressar, são tantos lugares para ir que pode faltar horas”. Que bobagem! Diferentes de mim, eles estavam totalmente presentes. Confesso que em alguns momentos senti inveja. Invejei a relação com o tempo que não tenho mais.

Por vezes, não me contive, preocupada em como o suposto dono do tempo deles avaliaria o gasto daquelas horas, apressada interpelei: “Vamos, pois não quero que vocês tardem ou percam o compromisso”. Pobre de mim, demorei a reconhecer que estava presa em outros lugares e lógicas. Cada vez que os interpelava, as respostas buscavam me acalmar: “Não se preocupe, não temos hora para voltar”. Risos e passos à toa, sem medidas, orientados pelas relações de afeto com os outros e com o território. Os lugares, a comunidade lhes pertencem e eles pertencem à comunidade, assim fui experimentando o sentido de cosmografia do território (LITTLE, 2002), de território “pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2000, p. 47), e enraizamento, em que suas raízes sustentam a memória do passado (WEIL, 2001) e as narrativas sobre a comunidade e as histórias de suas vidas estão amalgamadas e orientam quem são e o que desejam seus integrantes.

Importante destacar que ocorreram mudanças na trajetória dessa pesquisa. Inicialmente ela foi planejada para que depois das rodas de conversa fizéssemos o percurso comentado individualmente, contando com aproximadamente três jovens de cada comunidade. Linha Brasília foi a primeira a realizar a roda de conversa, em seguida, marcamos para discutir o outro “passo” da pesquisa. Os jovens indicaram uma data em que pudesse conhecer melhor os costumes da comunidade e conversar com todos, por isso sugeriram o dia da novena, descrito adiante.

Quando indaguei Ana, jovem moradora da casa em que a novena aconteceu, sobre a possibilidade de contar um pouco da sua história caminhando pela comunidade ela topou imediatamente, porém meio sem jeito silenciou e depois perguntou: “Mas sozinha? Posso chamar o Marcos, a Marta, o Lucas, o Igor para irem comigo?”. Expliquei que cada um teria seu momento para contar suas histórias e as

relações com os outros jovens e com a comunidade. Novamente ela me questionou: “Mas tudo o que vivi foi com eles, como contarei sozinha?”. Imaginando que ela mudaria de ideia deixei o tempo correr. Em seguida, chegou outro jovem, fiz o mesmo convite e para minha surpresa a resposta foi semelhante: “Posso chamar o Marcos, a Ana, o Lucas, o Mateus para irem juntos?”. A mesma explicação o jovem recebeu: “Cada um terá o seu momento para falar e nele poderão relatar essas histórias”. Insistindo, afirmou: “É que estamos sempre juntos. Todos os sábados e domingos nos divertimos juntos e nos dias de semana trabalhamos. Os lugares que eu levar você eles também levarão, o que vou contar eles falarão a mesma coisa”.

Sem saber o que responder comecei a conversar sobre outras coisas. A novena se iniciou e com o passar das horas fui compreendendo que estava buscando separar algo que é coletivo. Na ansiedade de seguir o planejamento da pesquisa corria o risco de desrespeitar e violentar a coletividade construída no decorrer da história do grupo. Percebi que só faz sentido contar com a presença dos outros, porque suas histórias, os lugares e o território como um todo estavam intensamente ligadas. No final da novena expressei a possibilidade de fazer o percurso comentado em grupo. Com risos e comemorações rapidamente se organizaram com data, horário e começaram a planejar os locais que apresentariam.

1.1.1 Linha Brasília

O município de Prudentópolis localiza-se na região Centro-Sul do Paraná, a 220 quilômetros da capital Curitiba. Possui uma população de 48.792 habitantes, grande parte vivendo na área rural[9].

A história do município, assim como da referida comunidade referida, é fortemente marcada pela presença de imigrantes ucranianos e poloneses, e a cultura e costumes desses grupos ganharam destaque e visibilidade na região. Entretanto, a comunidade Linha Brasília apresenta marcante presença de caboclos apesar de não serem tão reconhecidos no imaginário social e nos textos oficias que caracterizam a região. Os jovens contam que atualmente não existe preconceito étnico como antigamente, entretanto, em algumas falas, notamos a discriminação para com os chamados “brasileiros”, pessoas que não são descendentes de imigrantes[10], como será discutido adiante.

---

[9] Informações retiradas de http://www.prudentopolis.pr.gov.br/cidade/geofisicos. Acesso em 15/03/2015.

[10] A própria história da comunidade é apontada pela liderança como uma forma preconceituosa de chamar os moradores que já residiam na comunidade. De acordo com ele o nome Linha Brasília foi dado devido a algumas brigas entres as pessoas que moravam na comunidade e

A maioria dos agricultores da Linha Brasília são de regime familiar[11], ou seja, possuem áreas pequenas e trabalham com mão de obra da própria família. Parte dessas terras é íngreme e apresenta dificuldade de mecanização, logo, as atividades são realizadas manualmente ou por tração animal. Nas áreas de "plantar", ainda são mantidas muitas reservas, especialmente áreas que possuem nascentes ou são íngremes. Vale ressaltar que a comunidade é contornada pela Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança[12], possuindo assim uma grande área de proteção ambiental.

A partir da década de 70, a comunidade foi marcada pela perda das áreas de uso comum que reduziram o território a um terço do que possuía originalmente. Um dos marcos desse processo de perda foi a construção da BR 277[13], que passou dentro das áreas do faxinal colocando em risco a circulação dos animais, forçando o faxinal a se concentrar somente de um lado da BR. Mais tarde, a prefeitura condicionou a construção da escola e do posto de saúde na comunidade à não circulação de animais na área que as instituições estariam. Na época, essas áreas faziam parte da área de uso comum, fato que disparou tensões nas relações entre os moradores (principalmente entre os que concordavam e os que discordavam da proposta), e gerou uma nova reconfiguração nos limites da comunidade, pois novamente ela perdeu parte de seu território.

Os relatos do atual presidente da associação e do anterior sugerem que o território pertencente à comunidade era mais extenso, "passava de 200 alqueires" esclarecer quando mede isso em km^2 de área comum. Nessa época, o faxinal abrangia a comunidade de Jesuíno Marcondes, que também era área de uso comum. Entretanto, a partir da década de 80, agravou-se o processo de redução do território e parte das áreas que antes eram de uso comum. Atualmente, elas integram o centro da

---

imigrantes, estes chamavam os caboclos de brigões, brasileiros brigões, por isso ficou conhecida como Linha Brasília.

[11] O art. 4º, no inciso II, do ESTATUTO DA TERRA, denomina as pequenas propriedades, com origem no Regime de Economia Familiar como: "Propriedade Familiar, o imóvel rural que, direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros". A citação do art. 11, inciso VII, da Lei nº 8.213/91, § 1º, dispõe: "Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados."

[12] A área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança foi estabelecida pela Lei Estadual 9.905/92. Foi criada para proteger a região, sua extensão está localizada na porção centro-sul do Paraná, constituindo-se na divisão natural entre o segundo e terceiro planaltos paranaenses. Site do Instituto Ambiental do Paraná. http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_de_Manejo/APA_Serra_da_Esperanca/TextPM_APA.pdf. Acessado dia 04/05/2015.

[13] A BR 277 é uma rodovia federal transversal do Brasil. Foi inaugurada em março de 1969, e tem 730 km de extensão, com início no Porto de Paranaguá e término em Foz do Iguaçu.

comunidade Jesuíno Marcondes, conhecida como uma das maiores comunidades rurais do município de Prudentópolis. Outra parte do território perdido se tornou área para cultivo de lavoura. Ainda de acordo com o atual presidente, atualmente o criadouro comum tem aproximadamente 53,5 alqueires.

A associação da comunidade de Brasília foi a primeira a inserir em seu estatuto uma cláusula apontando que somente faxinalenses poderiam fazer parte da mesma. O fundador da associação afirma que permitir a entrada apenas de faxinalenses foi uma ação realizada por receio de que pessoas que não moram no faxinal entrassem no grupo e interferissem nas definições sobre o território, como acabar com o uso comum das áreas, fato já ocorrido em parte do faxinal. A associação existe desde 1987 e, de acordo com Lupepsa e Schörner, (2010), sua criação e desenvolvimento sugere uma transformação na forma de organização da comunidade, antes baseada apenas em costumes. Ao passo que, agora, a comunidade possui como apoio para sua organização e auto-definição documentos escritos, que revelam justamente o comprometimento dos faxinalenses em continuar respeitando os mesmos costumes de seus antepassados.

Como há pouco mencionado, a comunidade é rodeada pela Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança, porém isso não a protege das pressões de desmatamento e de uso de áreas para a monocultura, modelo que destrói reservas, contamina os rios e fontes de água. A permanência das áreas em comum também tem sido ameaçada pelo desejo de agricultores e empresários comprar e “limpar” as áreas, inserindo o plantio de monoculturas, algo que na opinião dessas pessoas seria o equivalente a “desenvolver” a região. Essa forma de pensar aparece em entrevistas realizadas com agricultores da comunidade de Jesuíno Marcondes,

> O faxinal, aquilo ali é um atraso de vida, os bichos se criam todos soltos, ninguém mais compra bichos criados assim e depois dá um problema na cerca vão lá e comem as sementes da lavoura e estraga todo o plantio e dá problemas com os vizinhos, aqui ninguém mais quer faxinal. Olha este que tem ali na 2ª Linha não sei para que eles ainda criam aqueles bichos soltos, eles não têm planejamento, recebem ICMS eu acho, mas não têm nenhum implemento quando precisam (Entrevista dada a Lupepsa, 2010).

A partir dessa fala podemos entender as decisões tomadas pela associação no que diz respeito ao estatuto e à impossibilidade de participação de pessoas que moram fora do faxinal, já que estes não valorizam e tampouco compreendem a importância das áreas em comum. Além das questões culturais ligadas ao faxinal, é importante destacar que a maioria das pessoas que moram na Linha Brasília possuem poucas áreas (dentro e fora do faxinal) e dependem das áreas de uso comum para criação dos animais, pois essa atividade garante parte de sua sobrevivência.

1.1.2 Marmeleiro de Baixo

Localizado na estrada que liga as cidades de Irati a São Mateus do Sul, o Faxinal do Marmeleiro de Baixo recebeu suas primeiras famílias em meados de 1892. A comunidade também foi dividida por uma rodovia: construída nos anos 70, a rodovia PR-364 que pertencente ao governo do Paraná, possui extensão total de aproximadamente 587,4 km, porém o trecho que corta a comunidade de Marmeleiro de Baixo não é asfaltado. O corte feito pela estrada também gerou transtornos para os moradores do faxinal, reduzindo o território de uso comum e trazendo dificuldades para os animais que tiveram a circulação limitada. Contudo, essas informações não apareceram nas conversas com os jovens e seus familiares, muito menos como um problema. O pesar pela perda do território é sentido pelas lideranças do movimento APF (Articulação Puxirão) que moram na comunidade.

Acredita-se que a origem do Faxinal de Marmeleiro de Baixo ocorreu no final do século XIX devido à economia ervateira que se desenvolveu nessa região. A atividade atraiu pessoas que aos poucos foram se estabeleceram e formando a comunidade. Eram migrantes ucranianos, poloneses, alemães, russos, italianos, espanhóis e caboclos. Esses migrantes se integraram na atividade ervateira transformando as terras onde extraiam a erva-mate em áreas comuns para criação de animais. Já os moradores apontam que o sistema teve origem na revolta do contestado, já que muitos migrantes fugiram do conflito e compraram ou requisitaram a pose de terras em Rebouças. Informações que indicam que o início do sistema ocorreu a mais de um século (ALBUQUERQUE, 2000).

Importante destacar que comunidade está situada em uma região que atualmente se tornou produtora de grãos, como soja e milho. As áreas ao redor da comunidade são planas e férteis e estão, na maioria, abertas para produção. Condições que acirram as disputas entre as diferentes formas de ocupar as terras e de se relacionar com ela, como veremos no decorrer da análise.

1.1.3 Jovens participantes do percurso comentado

Foram participantes do percurso comentado em Linha Brasília, Ana,14 anos, mudou-se para Linha Brasília há 6 anos. Entretanto, morava em Jesuíno Marcondes durante o período que era área de uso comum, como já descrito, que hoje fica ao lado do faxinal. Lucas, 19 anos, mudou-se para a comunidade há 8 anos. Morava no

interior do mesmo município, porém não era faxinal. Marcos, 19 anos, e Marta, 12, moram na comunidade desde que nasceram.

Em Marmeleiro de Baixo foram Joice e André, ambos com16 anos e moram na comunidade desde que nasceram.

Tendo como objetivo entender a relação dos jovens com a comunidade e suas perspectivas de futuro, buscamos analisar os pontos que foram ressaltados pelos jovens, das duas comunidades, no decorrer do Percurso Comentado. Os pontos são: as áreas de uso comum e áreas de plantar, a igreja, a escola e a Associação. Também utilizamos falas e percepções das rodas de conversa e visitas às comunidades.

2. PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS FAXINALENSES

Este capítulo tem por objetivo apresentar, em linhas gerais, as principais características sociais que definem o modo de vida faxinalense. Para isso, buscaremos compreender os elementos históricos que contribuíram para sua formação. Em seguida, discutiremos as transformações que afetaram e afetam as comunidades, em especial, suas estratégias organizativas. E, ao final deste capítulo, discutiremos alguns conceitos que fundamentam as vivências das comunidades tradicionais.

2.1 Comunidades Faxinalenses

“O faxinal, a comunidade, são minha vida!”. Assim sou acolhida e apresentada para Linha Brasília. “Aqui temos tudo o que precisamos, liberdade, respeito entre as pessoas, amizades, troca de dias de trabalho, comemos a comida que produzimos e também temos muita fé. Só não temos reconhecimento” (Ana). Clareza da importância da comunidade e reivindicação por uma condição melhor, essas considerações são a síntese do que vivenciei no decorrer da pesquisa e das experiências que me levaram a compreender a importância do território para os faxinalenses.

Nesse sentido, aponto que compreendo o faxinal para além do espaço físico atrelado ao uso comum das terras, ou do reconhecimento do Estado e dos órgãos oficiais como o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), ou ainda, da definição de autores que pesquisaram e pesquisam o tema. Compreendo que esse modo de vida se constitui através de singulares relações sociais, nos trabalhos individuais e coletivos, na memória de seus moradores e na espiritualidade - como bem apontado pelos jovens. Em contrapartida, esse modo de vida também carrega o peso da invisibilidade e da falta de reconhecimento histórico por parte do Estado e dos órgão oficiais, como veremos no decorrer da pesquisa.

Para Nerone (2000), o faxinal é uma forma de organização camponesa baseada na produção animal desenvolvida em espaço coletivo, chamado de criadouro comum ou criadouro comunitário. Essa organização está alicerçada na distinção entre terras de plantar e terras de criar, que se diferenciam pelo uso, sendo que parte delas é de uso comum.

O criadouro comum é utilizado, como o nome sugere, por todos que moram nesse espaço, sem distinção entre as famílias que possuem mais ou menos terras ou as que não possuem terras dentro dele, mas que moram no local e utilizam o espaço.

É no território de uso comum que as famílias constroem suas casas, criam seus animais à solta e mantém a vegetação nativa para alimentação deles. Atualmente, o território comum é cercado, pois, ao redor, encontram-se as terras de plantar, que são utilizadas de maneira privada, em que há cultivo de milho, feijão, mandioca, abóbora, batata, fumo e arroz.

Pilar Rocha (2008) aponta o faxinal a partir de três espaços diferenciados, e não dois, cada um com formas de manejo dos recursos naturais. São eles:

> a) o "quintal", área cercada próxima às moradias onde são cultivadas espécies vegetais e exóticas para uso alimentar e medicinal;
>
> b) o "criadouro comunitário", onde se pratica o extrativismo florestal tanto madeireiro (lenha e madeira) como não madeireiro (coleta de pinhão, folhas de erva-mate, plantas medicinais) utilizado, normalmente, em regime de uso comunal, limitados por cercas e valas e onde se encontra a criação de equinos, suínos, caprinos, bovinos e galináceos que se alimentam das pastagens e diversas árvores frutíferas, e;
>
> c) as "terras de plantar", localizadas nos limites do criadouro, geralmente em encostas, as quais possuem caráter individual ou familiar e cujos produtos como o feijão, arroz, amendoim, milho, mandioca, além de frutas e verduras, e mais recentemente o fumo são destinados tanto à subsistência quanto à comercialização.
>
> (PILAR ROCHA, 2008, p.2, relatório não publicado, IEEP)

Nesses termos, Rocha nos chama a atenção para o uso de áreas dentro do criadouro comunitário para o cultivo de verduras, frutas e plantas medicinais, o quintal. Esses alimentos fazem parte da produção para o autoconsumo da família, assim como para a produção de chás e remédios caseiros, bastante utilizados pelos moradores das comunidades. O espaço, geralmente, é manejado e de responsabilidade das mulheres, já que são elas, na maioria das famílias, que preparam os alimentos para as refeições e permanecem mais tempo em casa ou ao redor dela. O quintal é protegido por pequenas cercas para isolar os animais. Desse espaço também destacamos o manejo agroecológico da produção e a doação do excedente.

> Esse aqui é meu canto. Para a roça não consigo ir mais e como aqui fica pertinho da casa consigo cuidar, mexo todo dia. Já perdi muita verdura porque não conseguimos comer, você vê esses tomates estou distribuindo pros vizinhos e mesmo assim tá se perdendo. Esse ai você pode comer sem medo, não usamos um pingo de veneno" (Mãe de Marcos)

Para Schörner (2010), os faxinais são mais que um sistema agrosilvopastoril[14], pois formam uma organização comunitária que promove melhor utilização dos recursos naturais. A utilização desses recursos remete a diferentes aspectos: ecológico, que se refere à manutenção de uma das últimas reservas de florestas contínuas, alteradas somente pelo pastoreio e pelas atividades extrativas vegetais; econômico, que diz respeito à atividade extrativa aliada ao pastoreio extensivo; e social, enquanto uma importante experiência interpretada como resultado da interação entre a abundância de meios de produção e elementos culturais. O autor também considera que os faxinais formam um amplo sistema comunal, ligado por antigos laços de consanguinidade, vizinhança ou casamento. Neles, as pessoas ainda nascem e morrem a poucos quilômetros dos lugares onde seus pais e avós viveram.

Quanto ao uso da propriedade privada e uso comum, muitos proprietários permitem que não proprietários morem e usufruam da área do criador comunitário. A permissão é dada de acordo com cada caso, sendo uma peculiaridade que admite diversas implicações na gestão dos territórios[15], por exemplo, alguns direitos relativos aos proprietários e outros aos moradores. Esses elementos demonstram que o território de faxinal só se mantém quando existe um consenso entre proprietários e aqueles que utilizam seus territórios. Suas características dependem de arranjos sociais que combinam e permitem o uso comum de recursos e apropriação privada da terra (BERTUSSI, 2009).

Os elementos próprios da cultura faxinalense auxiliam na articulação das comunidades. Em teses e artigos que analisam tal cultura (NERONE, 2000; LEMES, 2005; SAHR E CUNHA, 2005; SOUZA, 2007), está presente a ideia de que a organização e as representações desse modo de vida estão alicerçados na vida comunitária, solidária e de permanente união entre os sujeitos. Características que se manifestam e se mantêm nas rodas de conversa, na divisão do trabalho, nas festas religiosas, no tempo de colheita e de entre safra, nos mutirões ou puxirões[16], etc.

---

[14] São sistemas que associam árvores, campos de cultivo e animais. Esse sistema, em tese, consegue conservar os recursos naturais, aumentar a produtividade agrícola e pecuária, manter o homem e a mulher no campo com qualidade de vida (ORTEGA et al., 2008).

[15] Esse conceito será discutido a seguir, porém adiantamos que concordamos com a compreensão de Little (2002, p.3) que define territorialidade como: “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

[16] O termo “puxirão” está ligado às atividades coletivas realizadas nos faxinais. Podemos considerar que este conceito se aproxima do mutirão. Não está localizado na lógica capitalista, pois não se tem a obrigatoriedade de contabilizar as horas de trabalho ou retorná-las. Quando os serviços são feitos para alguém em particular, quando está doente, por exemplo, é a comunidade que se organiza e realiza os trabalhos sem o sujeito pedir. Os puxirões são feitos, geralmente, para manutenção das cercas e trabalhos na roça. Tamanha importância desse costume para as comunidades que ele passou a nomear o movimento que representa os

Nesse sentido, pode-se considerar que os faxinalenses possuem, agregada à concepção de propriedade, a solidariedade. Concepção esta, bastante subjetiva e coletiva que pode ser evidenciada no ponto de maior de integração comunitária, o seu criadouro comum[17], Bertussi (2009). Essas relações, de formas e contextos históricos diferenciados, também podem ser observadas em territórios quilombolas, caiçaras, fundo de pasto, vazanteiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, varjeiros, sertanejos, pantaneiros, catingueiros.

Cabe frisar que o sentimento de coletividade, a troca de serviços, as festas e reuniões são desenvolvidas de formas e com frequência diferentes nas comunidades investigadas, como veremos no decorrer da pesquisa. Enquanto na comunidade Linha Brasília notamos a forte presença da troca de dias entre os jovens, encontros, festas, novenas, reuniões na associação. Em Marmeleiro de Baixo foi citada apenas uma festa anual de encontro da comunidade. As outras atividades, tais como missas, novenas estão centralizadas na igreja.

Considera-se que alguns elementos sintetizam as diferenças entre os sujeitos faxinalenses e os outros camponeses. O primeiro diz respeito aos usos e relações com a terra. Os demais camponeses proprietários de terras ou posseiros a tem como instrumento de trabalho para se reproduzir enquanto “classe para si”. Utilizam a força de trabalho vivo familiar, e, quando precisam de força de trabalho na produção, geralmente em época de colheita, utilizam mão de obra assalariada. Além disso, a exploração das terras próprias ou de posse é individual. Os faxinalenses também têm a terra como instrumento de trabalho para se reproduzir enquanto “classe para si”, utilizam a força viva familiar, porém, quando falta mão de obra na produção, utilizam os laços de solidariedade de outros faxinalenses na forma de mutirão/puxirão (TAVARES, 2008).

Os laços de solidariedade faxinalenses, em que proprietários de terras ou posseiros separam uma parcela de sua propriedade ou posse para o uso coletivo da terra e de seus recursos naturais, tornam-se explícitos por meio das terras de uso comum e do criadouro comunitário. Sobre este, vale assinalar que ele é utilizado por todos os moradores faxinais, independentemente de serem proprietários de terra, posseiros ou sem terras no criadouro. Além disso, a solidariedade também se manifesta nas relações de parentesco ou compadrio, em que é cedido,

---

faxinalenses (Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses), que discutiremos no próximo capítulo.

[17] Com isso, não negamos os conflitos existente nas comunidades, inclusive relacionados à manutenção das áreas de uso comum, os animais soltos e outros pontos ligados às comunidades.

aproximadamente, um ou dois litros de terras[18] de sua propriedade ou posse no criadouro, para camponeses sem terra construírem sua casa com quintal de pomar e horta (TAVARES, 2008).

Há organização das terras de uso comum ou criadouro comunitário onde se cria gado alto e baixo[19], além de diferentes espécies de aves, ambos criados à solta. Nesse espaço, os faxinalenses expressam suas práticas sociais, culturais e religiosas, e afirmam seu modo de vida singular (TAVARES, 2008).

Por fim, é importante explicar que há diferença entre camponeses e camponeses faxinalenses, a presença do enraizamento vivenciado por estes, ao contrário dos camponeses estudados por Martins (1981). Os faxinalenses, como já apontado, permanecem em suas terras por gerações. No processo de construção desta pesquisa, notamos que as migrações realizadas por pessoas ou famílias faxinalenses são, na maioria, forçadas por questões econômicas. Temática que será discutida no decorrer do texto.

2.2 Terras de uso comum e elementos sobre a história de formação dos faxinais

Para auxiliar na compreensão sobre esta forma de organizar as comunidades faxinalenses, retomaremos um pouco à discussão sobre os elementos que contribuíram para a formação do uso comum das terras e para a formação dos faxinais.

De acordo com Almeida (2009, p. 45), as comunidades com uso comum das terras

> Emergiram, enquanto artifício de autodefesa e busca de alternativa para diferentes segmentos camponeses, para assegurar suas condições materiais de existência, em conjunturas de crise econômica também cognominadas pelos historiadores de ‘decadência da grande lavoura’.

O mesmo autor explica que as comunidades com uso comum de terras se constituíram em formas territoriais, presentes em regiões periféricas, em um momento de transição em que as populações historicamente submissas (indígenas, escravos e agregados) estavam acessando às terras. Nessa perspectiva, acredita-se que o sistema de uso comum foi construído historicamente no processo de desagregação e decadência de *plantations* algodoeiras e de cana-de-açúcar. Com a queda surge a fragmentação das explorações agrícolas, baseadas na propriedade fundiária, na

[18] Um litro de terra equivale a 605m².
[19] Gado alto: bovinos, equinos e muares. Gado baixo: cabritos, carneiros, suínos.

monocultura e nos mecanismos de imobilização da força de trabalho. O acesso desses grupos às terras se deu de diferentes maneiras, mesclando situações em que os proprietários entregavam, doavam formalmente ou abandonavam seus domínios, fato que permitia a ocupação dessas terras (ALMEIDA, 2009). Porém, elas já estavam inseridas na circulação do mercado, por meio da Lei n. 601/1850 que orientava sobre a medição, demarcação e venda de terras devolutas do Império, como será discutido a seguir.

Nesse sentido, a constituição do uso comum é compreendida a partir da necessidade produtiva e de autopreservação dos grupos, que abrange desde a abertura dos roçados e domínio das áreas, pois necessita de várias famílias para fazê-lo, até a produção dos alimentos e defesa das famílias e territórios.

> Os sistemas de uso comum tornaram-se essenciais para estreitar os vínculos e forjar uma coesão capaz, de certo modo, de garantir o livre acesso à terra diante de outros grupos sociais mais poderosos e circunstancialmente mais afastados. Certa estabilidade territorial foi alcançada pelo desenvolvimento de instituições permanentes, com suas regras de aliança e sucessão gravitando em torno do uso comum dos recursos básico. (ALMEIDA, 2009, p.47)

.

Dessa forma, pode-se compreender o uso comum da terra como uma relação social livre das restrições e exigências impostas pelos atos de compra e venda, que objetivam a transformação da terra em mercadoria. O uso comum pressupõe, em suma, “recursos abertos”. Vale destacar que por “recursos abertos” não entendemos a disponibilidade ilimitada ou ausência de regras de uso; não significa que cada membro da comunidade poderá usá-lo como bem lhe entender, indiferente aos interesses comunitários. O “aberto” significa que as comunidades podem utilizar os recursos cuja apropriação e uso são definidos e vividos comunalmente, ou seja, de maneira diferente da imposta pelo direito de propriedade, individualizante e excludente (ALMEIDA, 2010).

No caso das comunidades faxinalenses, o criadouro ou as áreas de uso comum são utilizados por todos os moradores para a criação de animais. Marcos explica alguns dos acordos construídos pela comunidade;

> Em toda essa área (apontando com a mão) nós soltamos os animais, agora a criação diminuiu bastante porque o criadouro perdeu mais da metade do tamanho que tinha antigamente. Aqui dentro ninguém passa veneno e também cuidamos das cercas, dos bueiros, mata burros. A área da associação que nós te mostramos também é responsabilidade da comunidade cuidar, sempre que temos reunião, almoço ou alguma atividade nos reunimos para limpar.

Em relação à história da formação social dos faxinais, como já mostramos, pode-se considerar que existem vários determinantes que influenciaram sua organização, tais como elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A seguir, buscaremos retomar alguns desses pontos. Entretanto, fazemos a ressalva de que não é uma tarefa simples, já que não há consenso entre os pesquisadores sobre essa temática. Nesse sentido, nosso esforço será evidenciar os momentos importantes ocorridos no Brasil e na região Sul.

A partir da perspectiva de certos autores (NERONE, 2000; TAVARES 2008), depreende-se os faxinais como uma formação camponesa[20] antiga, que teve influências das reduções ou missões jesuíticas, ocorridas no século XVI, no Sul do Brasil, Paraguai e Argentina. Na época, os jesuítas espanhóis avançaram do Paraguai para o leste, seguindo os rios e alcançando os Terceiro e Segundo Planaltos[21]. No caminho, foram encontrando indígenas de matriz Guarani, estes viviam em pequenos povoados no vale dos rios com suas grandes famílias. Garantiam sua alimentação básica através de uma agricultura de subsistência e da extração vegetal diversificada (MOTA, 1994).

Aos poucos, os espanhóis foram se estabelecendo, fundando nos três países treze Reduções ou missões Jesuíticas. Trouxeram, além da religião, novas técnicas agrícolas (ex. arado), a criação de animais (equinos, bovinos, ovinos e suínos) e intensificaram a produção de mate, prática já existente entre os indígenas. A presença dos jesuítas encerrou-se por volta de 1628 com a expulsão dos padres e indígenas por bandeirantes, caçadores de escravos de São Paulo. Tanto os Jesuítas quanto os Indígenas migraram para o atual estado do Rio Grande do Sul (Mota,1994). Mesmo sem comprovação arqueológica, parece ter havido um despovoamento do oeste do Paraná, até aquele momento já relativamente povoado. Os elementos culturais, de uso das terras e criação de animais, são apontados como fatores importantes na formação dos faxinais (NERONE, 2000; TAVARES, 2008).

---

[20] Concordamos com os apontamentos de Martins (1981) sobre os sujeitos camponeses. Estes são interpretados como produtores rurais, proprietários ou não da terra, que trabalham direta e pessoalmente com a terra, sendo que produção agrícola é baseada fundamentalmente no trabalho familiar, mas, ocasionalmente, vale-se de outras pessoas (mão de obra auxiliar e troca de dia, especialmente no período da colheita), remuneradas de diversas formas. Os produtos destinam-se ao consumo familiar, com possibilidade de venda do excedente. A policultura é preponderante e ocorre em pequenas áreas e com práticas rudimentares.

[21] O Segundo Planalto de Ponta Grossa, ou Segundo Planalto paranaense, é um compartimento de rochas sedimentares como os arenitos, que se depositaram ainda quando a América fazia parte do supercontinente Gondwana. É limitado com o primeiro planalto pela Escarpa Devoniana, e com o Terceiro Planalto através da Escarpa da Esperança. O Terceiro Planalto paranaense, ou planalto de Guarapuava se estende da Escarpa da Esperança até o rio Paranapanema, que faz divisa com o estado de São Paulo, e com o rio Paraná que faz divisa com o estado de Mato Grosso do Sul, com o Paraguai e com a Argentina, e continua em Santa Catarina. (MINEROPAR, 2015).

No século XVIII, foram encontrados ouro e pedras preciosas no sudeste brasileiro, fato que transformou todo o sistema de transporte e povoamento do Brasil. Com isso, foi preciso avançar em distâncias continentais e não mais marítimas. Os animais bovinos e muares tornam-se necessários no carregamento das cargas. Estes eram criados nos pampas do Sul do país e levados para São Paulo através de um sistema de caminhos de tropas (LOPES, 2002 & 2004; VILLELA, S.D.).

Nesta fase, os indígenas que habitavam parte do Paraná foram gradativamente empurrados para as matas, juntamente com vaqueiros, escravos fugidos e, talvez, o restante da população guarani e familiares dos bandeirantes. Assim, de acordo com Lowen Sarh e Cunha (2005) e Lowen Sahr e Sahr (2006) forma-se, no século XVIII, no Sul do Brasil, uma população autóctone, os Caboclos. Estes desenvolveram na floresta, quase sem referência na historiografia, um outro tipo de sistema agrosilvopastoril, os faxinais.

Tais autores também acreditam que a presença das reduções jesuítas foi um dos fatores que contribuíram para a formação dos faxinais, especialmente a partir dos elementos culturais trazidos pelos padres. Entretanto, atribuem a origem dos faxinais a essa população autóctone que passa a fazer parte do cenário cultural da região no século XVIII. Essa formação ocorre paralelamente ao desenvolvimento das grandes fazendas vinculadas ao tropeirismo na região de campos (CUNHA & LOWEN SAHR, 2005; LOWEN SAHR & SAHR, 2006).

Os Campos Gerais[22] são um fator importante na formação geográfica de algumas regiões do Sul. Essa configuração geográfica e a necessidade de animais para carga propiciaram a ocupação territorial ligada à criação de gado em grandes fazendas. A maioria dos animais foi obtida no período do Brasil colonial, através da doação de terras das sesmarias, nas quais desenvolveram atividades pecuárias (RITTER, 1980).

Os Campos Gerais do Paraná se transformaram em grandes fazendas, utilizadas para criação e campos de descanso de gados Vacum e Muar, animais utilizados para transportar carga no período do tropeirismo, atividade econômica de base do estado a partir de meados do século XVIII. Com a construção das estradas de ferro em São Paulo, em aproximadamente 1870, a economia do Paraná sofreu um grande impacto, haja vista que os produtos passaram a ser transportados nos trens. A crise gerada pela queda do tropeirismo gerou grande desagregação das terras e alguns proprietários abandonaram ou doaram suas áreas (ALMEIDA, 2006). Esse foi o

[22] Os Campos Gerais do Paraná, situado no segundo Planalto Paranaense, possui campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta, onde aparece o pinheiro araucária. Atualmente 24 municípios fazem parte de sua área, Maack (1948).

momento histórico, citado acima, em que o uso e a posse da terra estiveram juntos, e os camponeses foram, em certa medida, donos de seu pedaço de chão.

É importante trazer para a discussão que até a independência do Brasil (1822) as sesmarias foram a estratégia política e econômica utilizada para a divisão de terras no país e entendida pelos camponeses como um empecilho para a ocupação do território. Depois da queda das sesmarias, houve um período de apropriação do pedaço de chão em que estavam vivendo os camponeses, período breve em que a posse e o uso das terras estiveram atreladas. Porém, em 1850, a Lei N° 601 determinou que as terras devolutas[23] só poderiam ser ocupadas com a obtenção do título de compra e venda (SODERO, 1978).

Nesse contexto, ocorreu a transferência de "renda capitalizada" dos escravos para a terra, já que anteriormente os escravos eram tidos como maior riqueza dos fazendeiros, utilizados como hipoteca para obtenção de empréstimos, e, após 1850, a terra passa a desempenhar esta função. Como afirma Baldez (1997, p. 107), "no processo das garantias hipotecárias, passava-se do negro escravo à terra escravizada". Dessa forma, os grupos que detinham o poder econômico e político e que já possuíam o acesso aos cartórios de registro oficiais passaram a deter extensões imensas de terras, até então ocupadas por ex-escravos e camponeses, pelo processo denominado "grilagem oficializada"[24].

Dessa maneira se oficializa a propriedade privada da terra, passando a ser mercadoria valiosa e extinguindo a possibilidade da posse como forma de aquisição. Assim, é retirada do trabalhador camponês pobre a possibilidade de acesso a esse bem, fonte primordial de sustento e vida. Para Silva (1996), a transformação da terra em mercadoria fortaleceu a divisão entre dois grupos, de um lado os grandes proprietários fundiários, de outro, os que não teriam possibilidade de comprar a terra, dentre eles escravos, imigrantes e outros sem recursos econômicos. Separação que se mantém e se acirra nos dias atuais.

Em grande medida, a separação entre uso e posse da terra foi um dos mobilizadores da Guerra do Contestado, fato que, de acordo com Campigoto e Sochodolak (2009), foi um processo importante para a formação dos faxinais.

---

[23]Existiam duas formas de terras no Brasil colonial, as devolutas, patrimônio públicos, mas não registradas e nem cadastradas, e as patrimoniais ou próprias, provindas do processo de discriminação e demarcação, ou por qualquer processo permitido pelas formas de lei da época (SODERO, 1978).

[24] Grilagem foi usada para nomear a técnica usada para o envelhecimento forçado de papéis, que consiste em colocar escrituras falsas dentro de uma caixa com grilos, o que deixa os documentos amarelados (devido aos excrementos dos insetos) e roídos, dando-lhes uma aparência antiga. Essa técnica foi usada para falsificar documentos que deram a posse de inúmeras porções de terras devolutas.

A Guerra do Contestado foi um conflito ocorrido no Planalto Catarinense entre os anos de 1912 e 1916. A área era disputada entre Paraná e Santa Catarina, desde 1853, quando da criação da Província do Paraná, desmembrada de São Paulo. A guerra foi alimentada por vários fatores sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos. O conflito envolveu sitiantes, agregados, coronéis, políticos das esferas estaduais e federal, forças policiais, militares estaduais, exército, trabalhadores da ferrovia, operários da empresa Lumber e imigrantes (TONON, 2010).

A empresa Lumber foi contratada para instalar a estrada de ferro que ligou São Paulo ao Rio Grande do Sul. Em contrapartida aos trabalhos realizados, ela recebeu cerca de quinze quilômetros de cada lado da linha do trem. Além disso, teve a autorização para construir serrarias e a permissão para vender as terras já limpas, usadas para a fixação dos imigrantes na região. Os que moravam na região, na maioria posseiros e caboclos, e desejavam continuar em suas terras, tiveram que lutar para defender as áreas da invasão estrangeira.

De acordo com Tonon (2009), a Proclamação da República, o governo controlado por coronéis, a chegada dos imigrantes, a implantação da ferrovia e a extração madeireira contribuíram para gerar uma nova conjuntura política, econômica e social ainda mais desfavorável e excludente para o sertanejo. Este preferiu resistir e morrer a fugir para outros locais com poucas condições econômicas. Tendo os sertanejos assumidos resistir e morrer, o autor indaga, onde estariam seus descendentes? Segundo ele, “estão pulverizados em todo o território do acontecimento, nas cercanias das cidades, empobrecidos, nas áreas rurais como meeiros, agregados, bóias-frias, ou em algum Faxinal que ainda sobrevive às duras penas” (TONON, 2009, p. 339).

Para Campigoto e Sochodolak (2009), o combate do Irani ocorreu nos chamados Faxinais de Irani, onde o faxinal era definido como arraial de posseiros e caboclos. Porém, não é possível concluir que “os chamados redutos dos caboclos do Contestado adotavam o Sistema Faxinal” (p. 206). Segundo Carvalho (2008), existia entre os moradores da região do Contestado uma economia diferenciada que ele nomeou de economia moral. Ela era baseada no apossamento das terras, no aproveitamento do meio ambiente, tais como ervais. Essas práticas foram sendo apropriadas pelos caboclos e com o passar dos anos foram consagradas pelo tempo como direitos.

Tonon (2009) complementa que os sertanejos do contestado possuíam uma forte tradição na região, onde vivenciavam suas práticas religiosas e populares fundamentadas em uma ética de fraternidade e espírito comunitário. Esse espírito e a prática comunitária, como a presença de “puxirões”, sugerem aproximações com os

faxinais. Entre as semelhanças, indica o compartilhamento comunitário das terras, pastagens, florestas e outros bens, fatores que garantiam a sobrevivência de muitos sertanejos.

Tavares (2008) afirma que analisar a contribuição dos camponeses que participaram deste movimento na consolidação da formação social dos faxinais não é uma tarefa das menores, dada a complexidade de compreender o episódio que foi a Guerra do Contestado, a ampla literatura existente acerca dessa região e as diferentes visões sobre o que ocorreu neste conflito. Porém, destaca a contribuição significativa de uma fração de camponeses que participaram da Guerra do Contestado na consolidação do sistema faxinal. Para ele, tanto a imigração dos caboclos do Contestado quanto a de europeus (especialmente ucranianos e poloneses), foram determinantes para a consolidação dos faxinais.

Como já dito, além dos camponeses já presentes no território, o Paraná recebeu nas últimas décadas do século XIX, imigrantes europeus, tais como, alemães, italianos, poloneses e ucranianos, na sua maioria também imigrantes camponeses. Conforme Tavares (2008), a vinda desses imigrantes marcou a consolidação dos faxinais.

> A junção da prática de uso comum pelos índios, a prática de criação de animais pelos escravos africanos, mais a prática da extração de erva mate por ambos os sujeitos sociais – pelo lado indígena, adquirida antes das reduções ou missões jesuíticas, e pelo lado do escravo negro africano, adquirida nas grandes fazendas de criação de gado no planalto de Curitiba – constituíam elementos fundantes nas construções dos faxinais no início do que, ao longo do tempo, recebeu a contribuição significativa dos imigrantes europeus, especialmente dos camponeses originários do leste europeu (Ucrânia e Polônia). (TAVARES, 2008, p. 383).

Cabe frisar que os migrantes eram vistos, pelo governo, como portadores de tradição e técnicas mais evoluídas. Nesse sentido, teriam a missão de compensar o atraso e as técnicas rudimentares do caboclo que habitava o Sul do país. Porém, devido a vários fatores, como as condições físicas e climáticas diferentes de sua terra de origem, as precárias condições de infraestrutura de produção e mercado, e a falta de apoio do governo, os imigrantes “ao invés de renovarem as técnicas, foram obrigados a se adaptarem às condições oferecidas, adotando as técnicas locais de produção” (CHANG, 1988, p. 34).

Chang (1985), Tavares (2008) e Lowen Sahr (2005) concordam que os faxinais já existiam antes da chegada dos imigrantes. Mesmo estes tendo papel importante,

não relacionam aos imigrantes a formação desse modo de organização social. Aliás, os autores que relacionam a origem dos faxinais à Europa têm sido, atualmente, questionados por pesquisadores da área, que denunciam a perspectiva de colonização no campo teórico.

> Sabe-se que os ameríndios usavam a terra coletivamente e, então, algumas questões nada desprezíveis tornam-se inevitáveis: por que estabelecer relações entre os Faxinais e a origem Europeia? Não estaria funcionando, aí, um mecanismo de menosprezo aos povos nativos? Não seria este o caso de um maquinismo cultural colonialista incorporado e reproduzido pelo historiador colonizado? (CAMPIGOTO E SOCHODOLAK, 2008, P. 21).

Uma das lideranças da comunidade de Linha Brasília conta o seguinte sobre o início do faxinal:

> A mata era muito grossa, por isso o pessoal soltava os animais, especialmente os cavalos, para limpar (a vegetação) por baixo. Na época os cavalos eram vendidos para o exército, o pessoal conta que era proibida a criação de cavalos, mas como eles ficavam no interior do mato ninguém via. A proibição existia porque eles (governo) tinham medo que as comunidades tivessem esses animais e ficassem fortes. Já a plantação era feita nas lombas pela vegetação ser mais fina, naquela época eles só tinham o machado e a foice, foi muito sofrido abrir as roças para plantar. E nas lombas a terra é melhor, produz mais, por isso se plantava nelas.

Os elementos relacionados às condições ambientais são apontados como marcantes no processo de formação dos faxinais, Chang (1985) e Carvalho (1984). Para esses autores, as etapas de desenvolvimento dos ciclos econômicos do Paraná fundamentam a origem, consolidação e desagregação dos faxinais. Como base para a origem dos faxinais, apontam a histórica queda da produção pecuária na primeira metade de século XIX, já discutida neste trabalho, e o aumento da demanda por erva-mate. Ocorre a migração populacional em busca da erva-mate, sendo o pontapé inicial dos faxinais. A presença e comercialização dessa espécie foi determinante na ligação e permanência dos caboclos e, posteriormente, dos imigrantes às áreas que se tornaram faxinais. No entanto, a compreensão de que a formação e manutenção dos faxinais estão baseadas nos ciclos econômicos pode ser contestada, já que sugere uma leitura, em certa medida, linear do processo, além de desconsiderar os elementos culturais das comunidades. Fator entendido como fundamental para a permanência das mesmas. A leitura realizada pela autora sugere o fim das comunidades faxinalenses a partir da finalização de determinado ciclo econômico, como será discutido abaixo.

Ainda de acordo com Chang (1988), nas áreas de mata mais densa é que se formaram os criadouros comunitários, para o aproveitamento dos espaços conjugados entre a criação extensiva de animais (alto e baixos) e o extrativismo da erva-mate, e a preservação de outras espécies nativas, como pinheiro, araçá, guabiroba etc., que contribuíram na alimentação dos animais e moradores.

Assim, tanto na formação das comunidades faxinalenses quanto em suas definições, notamos que as condições físicas e ambientais foram e são fundamentais. Para Campigoto (2008a) os faxinais se caracterizam "pela forma própria de uso e posse da terra, o aproveitamento ecológico dos recursos naturais - pinhão, guabirobas, araçás, pitangas, jabuticabas -, o cultivo da vida comunitária e a preservação de memória comum" (p. 21). A dimensão ambiental, no sentido da forte relação de uso e preservação das florestas são fatores que compõem a identidade faxinalense.

2.3 Antagonistas das comunidades Faxinalenses

Há décadas esse modo de vida vem sendo pressionado pelo atual modelo de agricultura e sistema econômico. As pesquisas de Chang (1985) já apontavam elementos que colocavam em xeque esta forma de organização. Dentre as principais mudanças, podemos citar aquelas geradas pelo início da chamada agricultura moderna. Esta veio alinhada aos ideários da "Revolução Verde", modelo que torna os agricultores dependentes de insumos, agrotóxicos e sementes, e força a produção de monoculturas para exportação.

> O discurso da Revolução Verde estava repleto de uma perspectiva ocidental sobre a ciência, o progresso e a economia, que deviam promover-se (impor-se, se for preciso) nos países do chamado Terceiro Mundo. Em consonância com a teoria da modernização, que era o modelo de desenvolvimento próprio desses anos [...] a Revolução Verde identificava no Terceiro Mundo uma série de carências que deviam não deveriam ser satisfeitas, à base de aumentar quantitativamente os bens e os serviços. Ao mesmo tempo, essa febre produtivista, que em teoria beneficiaria os países pobres, servia tanto para aumentar a produção de matérias-primas baratas, destinadas às agroindústrias do denominado Primeiro Mundo que as beneficiavam, incrementando seu valor, como para aumentar a produção de maquinário e insumos químicos desses países ricos que vendiam para os países pobres. (GÓMEZ, 2006, p. 185).

Chang (1985) relata a necessidade sentida por parte dos agricultores de possuir maior área para plantio, a compra de equipamentos, fertilizantes e insumos para maior produtividade. Esse processo construiu dois grupos distintos dentro do

faxinal, um defendia a manutenção do criadouro comum e outro que passou a ver aquela organização como atraso para a agricultura. Este último grupo era numericamente menor, já que o acesso às técnicas exigia capital e terras. De outro lado, e em maior número, estavam os agricultores pobres que não tinham condições de se tecnificar e que defendiam a continuidade do criadouro comum. "A capacidade de aderir às técnicas modernas deste grupo é muito limitada, não por serem desnecessárias, mas por falta de recursos" (CHANG, 1985, p. 81). A autora sustenta que

> Deriva-se da ideologia do desenvolvimento, a modernização agrícola conservadora, a qual advoga e pressiona a tecnificação no campo a todo custo. As formas tradicionais e extensivas de produção, como são os criadouros comuns, estão condenados, não obstantes o papel que estes representam na reprodução da maioria que neles vivem e produzem. Tal ideologia implica em amarrar as unidades de produção cada vez mais ao consumo de insumos modernos, tais como, fertilizantes químicos, agrotóxicos, concentrados, vacinas, raças e sementes melhoradas. A adoção destas técnicas de produção implica por sua vez num endividamento prévio da produção e numa dependência contínua e irreversível dos mercados fornecedores de insumos industrializados. Trata-se de uma tecnologia seletiva, individualizada que não comporta qualquer forma coletiva de meios de produção (CHANG, 1985, p. 85).

A pesquisadora ainda afirma que, em nível local, esta compreensão foi advogada pelas prefeituras, assistência técnica, extensão rural, agências financeiras públicas, privadas e cooperativas. Os créditos estavam sendo acessados pelos médios e grandes agricultores e incentivos fiscais para empresas de reflorestamento, ameaçando as áreas de uso comum (CHANG, 1985).

Outros fatores de pressão foram o incentivo à produção de *commodities* e o aumento de consumo de recursos madeiráveis (pinheiros, imbuias). O valor das terras também subiu e, consequentemente, a venda de áreas que faziam parte do criadouro comum para pessoas de fora do faxinal, comerciantes, autônomos, empresários começou a ser recorrente. Estes compravam as áreas e fechavam a parte adquirida. Processo que gerou e gera inúmeros conflitos e instabilidade nos faxinais, Chang (1985). Vale destacar que o preço das terras na região centro-sul do Paraná era mais baixo que nas outras regiões, o que gerou interesse dos chamados "gaúchos" e em agricultores que foram expulsos de suas terras na construção da usina de Itaipu.

Outra forte ameaça aos faxinais foi a chamada popularmente de "Lei dos Quatro Fios" ou "Lei Federal", como já mencionamos. Baseada no código civil 1916,

artigo 588, orienta sobre a construção de tapumes e cercas[25]. Entretanto, a interpretação dada, de acordo com as influências e pressões de cada município e região, foi a de que obrigava a construção de cercas para impedir a passagem dos animais. Essa obrigação e responsabilidade passa a ser dos proprietários, compreensão que contradiz as leis municipais e acordos comunitários que organizam os faxinais.

Esse mesmo processo de desagregação das áreas de uso comum, devido à "Lei de Quatro Fios", foi vivenciado nas comunidades Fundo de Pastos, lá também conhecida como "Lei do Pé Alto". O legislativo de muitos municípios baianos, apoiado no judiciário, privilegiou os interesses dos grileiros e latifundiários emergentes. Ao se embasar no código civil encontraram subsídios legais para desarticular a lógica do sistema produtivo nas comunidades tradicionais de Fundo de Pastos. Assim, "Em muitos municípios, devido à 'Lei dos quatro fios', a criação solta – o que caracterizava os Fundos de Pasto – desapareceu por completo" (SANTOS, 2009, p.6).

Nas comunidades faxinalenses a interpretação do código civil passou a ser reivindicadas com mais força a partir da chegada dos chamados "gaúchos". Estes migraram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, acostumados com os animais fechados e a utilização das áreas abertas para cultivo. Compreensão diferente daquela desenvolvida pelos faxinais, fato que agravou o processo de disputa entre as formas de organizar a comunidade, tendo como um dos elementos de embate o uso das cercas; "na ótica do recém-chegado, ela representava um obstáculo ao progresso e era necessário romper a qualquer custo com essa tradição" (NERONE, 2000, p. 186). A autora explica que a chegada dos chamados "gaúchos" gerou mudanças socioculturais na região de faxinais, já que os migrantes traziam fortes diferenças culturais em relação àqueles que já moravam nas comunidades. Essas diferenças sustentaram e sustentam inúmeros conflitos que, na maioria das vezes, tem a lei ao lado da propriedade privada, nesse caso a partir da interpretação do código civil.

Outro ponto a ser discutido é o estigma sugerido pelos teóricos, em que a criação de animais e as plantações extensivas dentro do faxinal, passam a ser

---

[25] Código Civil 1916; Capítulo II; Da propriedade imóvel; Seção V; Dos direitos de vizinhança do uso nocivo da propriedade; Do direito de tapagem. Art. 588. O proprietário tem direito a cercar, murar, valar, ou tapar de qualquer modo o seu prédio, urbano ou rural, conformando-se com estas disposições: § 2o Por "tapumes" entendem-se as sebes vivas, as cercas de arame ou de madeira, as valas ou banquetas, ou quaisquer outros meios de separação dos terrenos, observadas as dimensões estabelecidas em posturas municipais, de acordo com os costumes de cada localidade, contanto que impeçam a passagem de animais de grande porte, como sejam gado vacum, cavalar e muar. § 3o A obrigação de cercar as propriedades para deter nos seus limites aves domésticas e animais, tais como cabritos, porcos e carneiros, que exigem tapumes especiais, cabe exclusivamente aos proprietários e detentores. (Redação dada pelo Decreto do Poder Legislativo nº 3.725, de 15.1.1919)

compreendidas como atrasadas e prejudiciais ao progresso econômico e agrícola dos municípios em que eles estão localizados. Além disso, a falta de uma política que mantenha o pequeno proprietário em suas terras, garantindo os pressupostos básicos para a sobrevivência de suas famílias, faz com que muitos desses pequenos proprietários vendam as suas terras para grandes fazendeiros (CUNHA & SAHR, 2005; LÖWEN SAHR & IEGELSKI, 2003).

Os autores citados apontam que a desarticulação do sistema faxinal tem implicações econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais para os camponeses que vivem nas comunidades, pois deixam de ter a relação que antes tinham com a terra e que referencia a sua concepção de mundo. Sugerem que o fim dos faxinais afetaria toda a sociedade, pois as implicações do desaparecimento desse sistema são amplas e abrangem questões e problemas como a reforma agrária, a política ambiental e a conservação da memória destas comunidades (CUNHA &SAHR, 2005; LOWEN SAHR & IEGELSKI, 2003).

Os mesmos autores consideram que as comunidades são possuidoras de um patrimônio natural e cultural a ser preservado, revitalizado e valorizado, porquanto possuem um sistema de exploração com valor ambiental sustentável e com um modo de vida fundado em uma cultura secular. Sugerem que as concepções de desenvolvimento rural poderiam ser reavaliadas a partir dos faxinais. Também defendem que este modo de vida pode contribuir para a proteção e preservação da natureza, pois é “uma forma de uso mais sustentável, que preserva a Mata do Pinheiro do Paraná sem renunciar totalmente ao uso deste ecossistema” (CUNHA & SAHR, 2005, p. 102).

Chang (1985) faz críticas à pretensão de modernizar a agricultura sem o debate das bases fundiárias. Ela finaliza sua análise sugerindo que em dez, doze anos esse sistema de produção (faxinal) não faria mais parte do setor produtivo rural do Paraná. A análise feita pela autora parte de uma perspectiva marxista materialista, com isso alguns questões de um marxismo mais ortodoxo surgem, tais como o fortalecimento do capitalismo em detrimento de outras formas de organização dos camponeses, a proletarização dos camponeses e a análise da organização desse modo de vida e de seus territórios por meio dos ciclos econômicos.

Não podemos desconsiderar os fatores históricos nacionais no período que a autora desenvolve sua pesquisa. O país vivia a abertura para a entrada das multinacionais, as grandes empresas de químicos agrícolas iniciavam as propagandas massificadas dos insumos e agrotóxicos, e no espaço acadêmico havia um pessimismo e a profecia sobre o fim do campesinato que daria espaço para as grandes plantações, sendo que em tal cenário os camponeses tornar-se-iam

proletários[26]. Diante desta conjuntura aliado a perspectiva teórica é compreensível a previsão da autora sobre o que denomina de sistema de produção faxinal.

2. 4 Território, Enraizamento, Memória e dados sobre os Povos do Campo

A partir das discussões iniciais sobre as características de organização e modo de vida faxinalense, dos elementos históricos que contribuíram na sua formação e seus antagonistas destacaremos, a seguir, conceitos teóricos que fundamentam a existência dessas comunidades. Nesse sentido, apontamos os conceitos de *território*, *enraizamento* e *memória* como fundamentais para as comunidades tradicionais, sejam as faxinalenses ou outras.

Não é tarefa fácil definir o que são as comunidades tradicionais. Nesse sentido, o esforço será apontar elementos técnicos e políticos, presentes nas comunidades que contribuam nesta discussão. As comunidades tradicionais são populações que se caracterizam pelo uso sustentável da terra, fator que inclui a situação fundiária ou jurídica, ou seja, as comunidades tradicionais podem ter posse permanente da terra, usufruto exclusivo, propriedade com titulação definitiva, uso comum sem posse, ou não ter propriedade. Também pode existir o reconhecimento jurídico do grupo social (caso dos quilombolas e indígenas) na Constituição, em leis federais ou estaduais, mas ainda predominam as situações de expropriação, redução ou expulsão de suas terras.

Entende-se que território, o uso da propriedade comum, gera um sentido de pertencimento a um lugar específico e a profundidade histórica da ocupação guardada na memória social do grupo, sendo que tais fatores conformam similaridades entre todos os povos tradicionais. A territorialidade pode ser apontada como o

> Esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland (cf. SACK, 1986: 19). Casimir (1992) mostra que a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. (LITTLE, 2002, p. 3).

[26]Na segunda metade do século XX, já sentindo as transformações na agricultura brasileira, passa-se a discutir o futuro da agricultura camponesa. Assim como foi prevista a extinção do campesinato na Europa, se considerou o inevitável fim do campesinato brasileiro (CARVALHO, 2005). Porém, até hoje essa população resiste, com dificuldades, mas continua lutando pelo direito de permanecer na terra.

A territorialidade também possui uma multiplicidade de expressões, o que resulta em um diversidade de territórios, cada um com suas especificidades culturais. O autor também apresenta o conceito de “cosmografia” para defini-lo; são “saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”. A cosmografia de um grupo inclui “seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território especifico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2002, p. 4).

Outra característica das comunidades tradicionais é o destino da produção, que não possui a venda para o mercado como único fim. Parte dela pode ser destinada às práticas sociais como festas, ritos, procissões e/ou à subsistência dos membros da comunidade e família.

Notamos esses costumes com mais força nos jovens de Linha Brasília que estão produzindo alimentos para comercializar nos programas Institucionais (Programa nacional de Alimentação Escolar PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos PAA). Possuem a consciência sobre a importância que os faxinalenses possuem para a produção de comida que enviam à cidade. “Por isso os movimentos gritam quando se reúnem que se o campo não planta a cidade não janta” (Marcos). Eles também apontam a produção agroecológica como formas de cuidar de sua própria saúde, da saúde de seus consumidores e do meio ambiente. “Nós estamos produzindo sem veneno há um tempo já, não é só por nós é por quem vai comer o maracujá que estou cuidando, é pela terra, água que não vai ser contaminada” (Lucas).

Marta, jovem de poucas palavras, acompanhou os comentários, respostas, gestos dos colegas com atenção, riu e se entristeceu junto em diferentes momentos do percurso. Falar espontaneamente, porém, foram somente duas vezes, uma delas foi quando o grupo discutia sobre as tensões da saída dos amigos da comunidade e a falta de reconhecimento que tem por parte do Estado. Impetuosamente sentenciou:

> Se os jovens não ficarem no campo, mais para frente a cidade não terá comida. Por que os do campo que produzem comida mandam para o comércio da cidade. A comida que produzimos é café, almoço e janta deles e nós sabemos disso, mas parece que eles não sabem.

Além dos alimentos que são comercializados, parte é produzida para o autoconsumo das famílias, uma parte também é doada, trocada com os vizinhos e

conhecidos.[27] Nos encontros, almoços e jantares, a comunidade também se organiza para cada família levar os alimentos, comprando de supermercados uma pequena parte que falta, outras vezes nada é comprado, tudo é doado.

As terras tradicionalmente ocupadas são territórios em que os recursos básicos são geridos a partir de acordos formulados por um grupo de camponeses ou por um conjunto menor de seus membros. Neles existem normas instituídas (acordos comunitários) que estão além das normas legais. As normas instituídas são apropriadas de maneira consensual, por meio das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que formam uma unidade social. Nesta, o território é fundamental para a sobrevivência e defesa dos povos e comunidades, é a garantia da geração e manutenção de suas condições de existência (ALMEIDA, 2006).

Discutir território é mais complexo que as explicações sobre a superposição dos sistemas naturais e dos sistemas criados pelo homem, visto que o território se constitui no uso que a população faz do mesmo. Inicialmente as pessoas o mudam, produzem suas moradas, fazem atividades para garantir sua sobrevivência, mas com o passar do tempo, é o território que constitui as pessoas. “O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (SANTOS, 2000, p. 47).

Ele é o chão, a população, sua identidade, os acontecimentos e as relações de pertencimento estabelecidas entre eles, é o sentimento de “(...) pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2000, p.47). Todas as manifestações essenciais da existência dos moradores estão ligadas ao território. Isso deflagra um sentido de identidade entre as pessoas e o seu espaço geográfico que também está ligado à produção necessária da sobrevivência do grupo, aos limites e à ideia de domínio e poder.

Esse processo descrito pelo autor pode ser visto na formação das comunidades faxinalenses, que aos poucos se apropriaram das condições ambientais e culturais, transformando-as e se transformando. Assim, formou-se uma maneira diferenciada de conviver com a natureza e com a comunidade, forjando um modo de vida com costumes e jeitos próprios, especialmente no que diz respeito às relações comunitárias e à apropriação do território, em que parte dele é utilizada de forma comum.

Em virtude desse processo histórico de apropriação do território e constituição de costumes e normas que passam a organizar as relações comunitárias, colocamos

[27] Todas as vezes voltei para casa com sacolas de alimentos (frutas, verduras, sucos, geleias) mesmo insistindo que não era necessário.

em evidência outras duas características que entendemos como imprescindíveis para desenvolvimento e permanência deste modo de vida, o enraizamento e a memória. Conceitos que separamos didaticamente, porém na vida cotidiana estão amalgamados.

O enraizamento pode ser entendido como uma das necessidades mais importantes do ser humano. “Fiquei um ano morando e trabalhando em Ponta Grossa, foi muito difícil. Faz bem pra gente, ser responsável por alguma coisa na comunidade, faz bem para a gente” (Marcos). “Éh, saber que a gente faz parte da história, que a gente ajuda”.

O enraizamento é a experiência de participação real e ativa das pessoas em uma coletividade; experiência que conserva o passado e gera expectativas sobre o futuro. O homem e a mulher enraizados participam de grupos que mantêm heranças culturais, que podem ser expressas oralmente pelos mais velhos, através de um ensinamento, uma sugestão prática ou uma norma. Tais heranças podem ser bens materiais, a paisagem de uma cidade, a terra revolvida pelos ancestrais, a casa por eles habitada ou objetos que relembram feitos de antigas gerações. Nesse sentido, as heranças são princípios que irão informar sobre a existência e direcionar as ações (WEILL, 2001).

Existe uma necessidade dos grupos humanos criarem raízes em lugares específicos, cujas origens são as mais variadas. Onde a memória coletiva se torna uma das maneiras mais importantes da comunidade se localizar e se identificar com um espaço geográfico. Tornando-se, assim, possível relacionar a construção da territorialidade de um grupo a aspectos como o sentimento de pertencimento ao lugar e às experiências cotidianas nos locais de moradia, trabalho e lazer (LITTLE, 1994).

Nesse quadro, a memória pode ser compreendida como mediadora do enraizamento, mobilizadora da transformação do espaço em território e propulsora de perspectivas do futuro. Sendo assim, a memória ou os fatos do passado, não são entendidos como algo morto, acabado, mas como a inspiração para ações (...) a memória deixa de ter um caráter de *restauração* e passa a ser *geradora* do futuro (BOSI, 2003, p.66).

> A gente se inspira nisso aqui (apontando para o moinho que será transformado em museu). Imagina quanta gente trabalhou aqui e passou por aqui, é um tesouro para a comunidade, por isso precisamos cuidar, continuar pintando e organizando. Um dia quero ver muita gente vindo visitar, conhecendo a nossa história. (Marcos)

Por sua vez, o desenraizamento seria a eliminação do passado, uma ação de matar-se, “pois não possuímos outra vida, outra seiva, senão os tesouros herdados do

passado e digeridos, assimilados, recriados por nós" (WEIL, 2001, p. 50). O futuro depende da existência e da posse do passado, haja vista que o futuro em si não traz nem fornece nada; são os homens que o constroem tendo como base o patrimônio formado pelo passado que possuem e as influências do presente. Assim, quando o passado é aniquilado desfecha um golpe mortal na capacidade das pessoas construírem seu futuro.

Tendo isso em vista, pode-se compreender que o conceito de tradição, que em certa medida nomeia as comunidades tradicionais, guarda estreito vínculo com a experiência do enraizamento, e também é fundamental para a sobrevivência desses povos. A tradição pode ser entendida como certa persistência da memória social que seleciona valores, sentimentos, papéis e interações sociais, porém não deve ser tomada como algo dado, estático, congelado, mas em constante mudança, convivendo com a permanência e a transformação. Ademais, a tradição também não possui somente características de rigidez e conservadorismo, mas igualmente aspectos críticos e de negação da sociedade existente, através da afirmação de formas de solidariedade e da crítica à tendência acumulativa e consumista da sociedade moderna (VIANA, 2009). Como podemos evidenciar nos costumes e acordos construídos pelas comunidades tradicionais, seja na forma de ocupação do território, nas trocas de trabalho, mutirões, etc.

Dessa forma, apontamos como fundamentais os conceitos de territorialidade, enraizamento, memória e tradição como processos unidos e que garantem a sobrevivência e manutenção do modo de vida faxinalense. Entendemos que colocar em xeque ou privar as comunidades do acesso e permanência de seus territórios poderá deflagrar a ruptura do enraizamento e da memória coletiva dos sujeitos e comunidades faxinalenses. Nas palavras de Arroyo (2009, p. 77-78), parafraseando Dom Tomás Balduíno: "(...) a terra é mais do que a terra. A produção é mais do que a produção. Por quê? Porque ela produz a gente. A cultura da roça é mais do que cultura. É cultivo do ser humano. É o processo em que ele se constitui sujeito cultural".

Em relação a esta discussão, é importante considerar que não é somente para as comunidades tradicionais que o território é importante, mas para todos(as) aqueles(as) que vivem e dependem da terra. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, existem aproximadamente 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários no país. Desse total, foram identificados cerca de 4,4 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área.

Sobre a ocupação de terras no nosso país destaca-se que 46% das terras estão em posse de 1% dos proprietários rurais, sendo um dos maiores índices de concentração de terra do mundo. Fator que acirra os conflitos gerados no campo. De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2011), temos 1.363 conflitos no campo, dentre eles destaca-se os conflitos protagonizados pelo poder privado, fazendeiros, empresários, madeireiros e outros, que são responsáveis por 689 dos conflitos por terra. No levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (2013), os registros de conflitos envolvendo comunidades tradicionais tiveram um crescimento exponencial de 32%. A principal causa, de acordo com a comissão, são as disputas pelos territórios, onde o capital sempre quer tornar privados os espaços comuns do povo, principalmente os das comunidades tradicionais. Nesse levantamento, as regiões mais atingidas foram aquelas que possuem riqueza nos recursos hídricos.

Em relação às comunidades faxinalenses, no ano de 2007, o Movimento Articulação Puxirão apresentou no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná um dossiê de denúncias. Evento organizado após o homicídio de uma liderança faxinalense no município de São Mateus do Sul[28]. No dossiê, denunciam as contínuas violências sofridas: lesões corporais, ameaças, tentativas e consumação de homicídios, incêndios criminosos, danos à criação, roubo de criação, pistolagem, além de envenenamento de fontes, fechos e outros. A Articulação Puxirão afirmou que acompanhava 12 ameaças de morte a lideranças na região Centro-Sul do Paraná, (ROCHA & MARTINS, 2007; FAXINALENSES, 2007; TERRA DE DIREITO, 2007). No ano de 2014, outro homicídio ocorreu envolvendo uma liderança faxinalense e disputas de território, desta vez no município de Rio Azul.

Os conflitos denunciam a imensa desigualdade social e violência existente no campo brasileiro. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2011), aproximadamente 8 milhões de famílias residem no meio rural, 6,5 milhões sobrevivem com até três salários mínimos, e apenas 147 mil famílias sobrevivem com uma renda de mais de 10 salários mínimos e até mais de 20 salários. Os dados do IBGE (2011) sobre a população considerada em situação de miséria no Brasil também apontam para essa desigualdade no meio rural brasileiro, já que entre os 16 milhões de habitantes da população que foram considerados em situação de extrema pobreza estima-se que 7,9 milhões estão no espaço rural. Acredita-se que 48% dos domicílios considerados rurais estão em situação caracterizada como de

[28] Maiores informações em: http://terradedireitos.org.br/2007/07/04/audiencia-divulga-novo-mapa-das-comunidades-tradicionais-no-estado-do-parana/

extrema pobreza, sem acesso à rede geral de distribuição de água e com ausência de poço ou nascente na propriedade (IBGE, 2011).

Em relação aos jovens que moram no meio rural, Barcellos e Mansan (2014) baseados no Cadastro Único da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (2012), apontaram um alto índice de pobreza de 58%, ou seja, 4.691.131 dos jovens vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.

Sobre o êxodo rural no Brasil, em 2000 a população rural era de 31.835.143 habitantes, dos quais aproximadamente nove milhões eram jovens. Em 2010 havia 29.830.007 habitantes, sendo 8.060.454 jovens (IBGE, 2010). Entretanto, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2011) estimou que em 2011 apenas cerca de 7 milhões de pessoas entre 15 a 29 anos estavam residindo no meio rural, sendo a maioria composta por homens. Na região Sudeste ocorreu o maior êxodo da população rural, caindo de 6,9 milhões para 5,7 milhões (-17,4%). Demonstra que cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural, destes 1 milhão da população que migrou são de diferentes grupos etários, tais como crianças, adultos e idosos e 1 milhão são de jovens rurais (18-29 anos), ou seja, metade da migração para a cidade é de jovens.

Cabe assinalar que a migração está, nitidamente, relacionada às condições sociais das pessoas envolvidas. A migração do meio rural para o urbano é mais expressiva entre os jovens com menor escolaridade e que vivem em famílias com pior situação socioeconômica, já a migração para outros países é de jovens com melhor situação econômica e com nível superior de ensino. De acordo com os dados, a porcentagem de jovens da faixa A/B que fez mudanças entre área rural e urbana é de 9% (7% da rural para urbana e 1,8% da urbana para a rural), na faixa D/E, esta mobilidade atinge cerca de 30%. Entre esses, 12,5% mudou da área rural para a urbana, 6,3% de área rural para outra área rural e 9,4% de área urbana para a rural. Esse último dado, sobre a migração da área urbana para a rural, pode ser indicativo de um retorno ao local de origem após a tentativa fracassada de encontrar trabalho na área urbana (IBASE, 2010).

A diferença social também é notória quanto ao nível de escolaridade, uma vez que os jovens com menor escolaridade chegam a 20% daqueles que se mudaram do meio rural para o urbano, porcentagem que é de apenas 6,6% entre os que têm nível universitário, ao passo que as mudanças de país estão concentradas na categoria dos que têm ensino superior (IBASE, 2010). Outro fator importante é a questão do acesso à terra, já que há impossibilidade de divisão da propriedade familiar, devido ao tamanho, e dificuldade de aquisição de novas terras, visto a estrutura fundiária que

concentra a terra nas mãos de poucos e eleva o valor a um nível que as famílias não conseguem adquirir.

Em relação aos processos de reforma agrária, que ainda são irrisórios em nosso país, os jovens solteiros não são prioridade e dificilmente são beneficiados por ela. Para eles é quase impossível o acesso à terra, já que a prioridade governamental são as famílias com filhos. Sendo assim, os jovens são postos nas últimas posições da fila de espera, ou alocados nos lotes com os pais quando estes são assentados. Essa regra é do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e entendida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como geradora de dificuldades para a permanência dos jovens no campo, fator que conduz à migração para os centros urbanos. De acordo com o MST, são poucos os casos de assentamentos de jovens[29] e muitos vão ficando para trás (SANTOS, 2007).

Sobre dados dos jovens das comunidades tradicionais, infelizmente, não encontramos nenhuma pesquisa específica e entendemos que precisa de maior atenção e investigação. Imaginamos que o êxodo também seja alto, pois, nas comunidades que acompanhamos, o número de jovens é baixo e existe um forte envelhecimento das comunidades. Entendemos que a responsabilidade em promover a sucessão rural e permanência no campo não é somente das famílias e comunidades, mas especialmente é responsabilidade e dever da agenda pública, já que, como apontado pelas pesquisas, são muitos fatores que interferem na saída ou permanência, tais como educação, renda, acesso à terra e outros. Nesse sentido, é imprescindível discutir as políticas públicas e programas voltados para esse público, temática que será abordado adiante.

3. CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES (APF) PARA AS COMUNIDADES

Fato comum em pesquisas relacionadas aos faxinais desconsiderar o movimento APF e suas contribuições. Isso se deve em parte a constituição recente do movimento e sua curta trajetória. Porém, compreendemos que este capítulo é de fundamental importância para a análise que teceremos a seguir, afirmação que se deve a elementos que encontramos no percurso comentado, aonde, por muitas vezes, o movimento foi alvo de conversa entre os jovens. E, como o projeto visa analisar as perspectivas de futuro destes sujeitos e de suas comunidades não poderíamos deixar

[29]Em Laranjeiras do Sul- PR, município próximo à região Centro-Sul, foi construído em 2014 um novo assentamento nomeado “Filhos da Luta”, pois é constituído por jovens filhos(as) de assentados(as).

de apontar as atuais e possíveis políticas voltadas para público, pois devido à organização e pressão exercida pelo movimento este modo de vida foi reconhecido em inúmeras leis municipais, bem como na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Para Gonh (2007), movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. O processo desencadeado por eles destaca atores específicos em determinados momentos históricos. Tais atores vão de transformando com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política. Gohn afirma que "Enquanto a sociedade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos." (2007, p.20).

Para a autora, os movimentos sociais são aqueles que promovem ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural, viabilizam as distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. As intervenções, maneiras e estratégias utilizadas pelos grupos se diferem, variam da simples denúncia, passando pela pressão direta que pode ocorrer por meio de mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil e negociações (GOHN, 2007). Gohn também afirma que nunca haverá uma teoria completamente pronta e acabada sobre os movimentos sociais, sendo esta uma característica do próprio objeto de estudo, que se caracteriza por ser fluido, fragmentado e perpassado por outros diferentes processos sociais. Dessa maneira, não há teoria, concepção e tipo único de movimento social; "Há várias teorias formadas em paradigmas teóricos explicativos" (p.327). Além disso, ressalta que precisamos entender a dinâmica dos movimentos sociais por meio da identidade coletiva construída por eles. A identidade é parte constitutiva da formação dos novos movimentos sociais, que crescem em função da defesa dessa identidade.

Nesta mesma perspectiva, Castells (2008) sugere que a identidade se forma e utiliza como matéria prima a história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, memória coletiva, fantasias pessoais e revelações religiosas. Entretanto, esse arcabouço de informações não é organizado individualmente, mas sim pelos grupos, em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social e em sua visão de tempo e espaço.

O autor também aponta três maneiras de compreender a identidade dos grupos sociais: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto. Para nós, cabe explorar as duas últimas. A identidade de resistência é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação preponderante. Para sobreviver a estas condições, os grupos e movimentos constroem proteções, "trincheiras" de resistência e

sobrevivência, e, nestes, utilizam seus princípios como suporte. É neste fazer que a identidade de resistência é desenvolvida (CASTELLS, 2008).

Já a identidade de projeto se constitui quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade. Neste processo, desdobram ações para a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2008).

A identidade de resistência leva à formação de comunidades, desenvolve formas de resistência coletiva diante de uma opressão, do contrário esta não seria suportável. Neste sentido, as comunidades de resistência protegem seu espaço, reivindicam sua memória histórica, defendem a permanência de seus valores e mantém as relações horizontais. Já a identidade de projeto desenvolve sujeitos alinhados à coletividade, que buscam as transformações de toda a estrutura social (CASTELLS, 2008).

No decorrer dos levantamentos sobre o Movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) notamos que as características das identidades citadas encontram-se presentes. De acordo com o relatório (2005) elaborado pela assessoria da APF, o primeiro encontro das comunidades e povos faxinalenses foi realizado nos dias 05 e 06 de agosto de 2005, em Irati, Paraná. O qual constitui um marco na organização e nascimento do movimento social.

Figura 2 – Foto do primeiro encontro dos povos dos faxinalenses.

"**Terra de Faxinal: resistir em puxirão pelo direito de repartir o pão**", este foi o lema do encontro denotando o apelo pela resistência e organização. O encontro foi o espaço para debater, denunciar e propor ações futuras, a serem encampadas pelas comunidades. Também neste encontro elegeu-se a coordenação regional do movimento, bem como o desenho da bandeira e o "grito de guerra", característico de movimentos sociais.

Observa-se ainda no relatório[30] que após eleita a coordenação, foi definido o organograma da articulação, estabelecida uma agenda com as ações e mobilizações vistas como importantes pelos faxinalenses. Dentre estas, fica claro a necessidade de saber o número de faxinais existentes, número de famílias, onde estão localizados, suas formas de vida e de resistência, e seus antagonistas.

Discordando das informações oficiais[31], amparado por novas discussões teóricas[32], e com o apoio de pesquisadores ligados à Universidade Federal do Paraná (UFPR), à Universidade Federal de Manaus (UFMA) e ao Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), o movimento propôs um novo modelo de identificação e interpretação baseado em um mapeamento com novas categorias de enquadramento[33].

O grupo, composto por pesquisadores, militantes e integrantes de ONGs, percorreu aproximadamente 12.000 quilômetros, somando ao todo 39 municípios situados em 10 microrregiões do Paraná, que correspondem a 4 mesorregiões: Centro-Oriental, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana de Curitiba. Tem-se por estimativa que aproximadamente 1/5 da área do Estado do Paraná tenha sido coberta pela pesquisa, totalizando a identificação de 227 faxinais (SOUZA, 2009). A região pesquisada foi dividida em três sub-regiões, o que facilitou a operacionalização dos dados, e considerou os critérios político-administrativos da APF, tendo por base três cidades de referência: 1) Setor Centro (Guarapuava); 2) Setor Centro Sul (Irati) e, 3) Setor Curitiba/Quitandinha (SOUZA, 2009).

---

[30] Relatório do I Encontro dos Povos Faxinalenses. IEEP, 2007.

[31] Dois levantamentos oficiais foram realizados desde 1994. O primeiro efetivado pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER-PR (1994) em que localizou faxinais em 25 municípios, totalizando 118 faxinais. O segundo, coordenado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), em 2004, apontou a existência de 44 faxinais (Marques, 2004). Estas informações referendariam o "esfacelamento", o "fim" deste modo de vida.

[32] Leitura dos Novos Movimentos Sociais e do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).

[33] Foram consideradas quatro categorias dos faxinais: faxinais com uso comum – "criador comum aberto"; faxinais com uso comum – "criador comum cercado"; faxinais com uso comum – "criador com criação grossa ou alta"; faxinais sem uso comum – "mangueirões" e "potreiros" (SOUZA, 2009).

Dois anos após o primeiro encontro foi realizado o segundo encontro nos dias 10 e 11 de agosto de 2007, também em Irati, Paraná, com o lema: **"Na luta pela Terra, nascemos faxinalenses"**[34]. No segundo encontro foram lançadas as informações coletadas sobre o mapeamento, bem como traçadas estratégias para melhor compreender a nova realidade apontada pelo mapeamento (de 44 faxinais para 227), demanda que estreitou a relação entre o Movimento APF e o Projeto Nacional Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Neste contexto, surge o interesse e necessidade de realizar a autocartografia dos povos e comunidades tradicionais faxinalenses, a fim de conhecer melhor o processo de ocupação das regiões e construir um instrumento para o fortalecimento do movimento social.

Os materiais produzidos pelo PNCSA são fascículos, boletins informativos, livros e outras publicações. Os fascículos resultaram das oficinas de mapeamento participativo com os faxinalenses, em que os sujeitos sociais disseram quem são, onde e como vivem, como entendem o faxinal, quais dispositivos jurídicos protegem o faxinal, quais são as práticas de conservação e de produção no faxinal, em que consistem as práticas religiosas, dentre outros temas. Sobre a compreensão de faxinal, entendem que:

> O faxinal é onde existe uma área onde o pessoal vive em comum né, porque ali mora as famílias e elas criam em comum, tem uma cerca em roda pra arredar as criação pra não ir pras lavouras e ali as pessoas que tem terra e que são sem terra elas vivem em comum, tem os mesmos direitos de criar e morar dentro do faxinal." (Acir Túlio, Fascículo 5)
>
> Faxinal é aquela identidade que nós construímos desde o tempo de nossos avós e hoje nós queremos conservar, comunidades com mais de 200 anos, nós queremos que continue aquele sistema de solidariedade que foi criado há mais de 200 anos, nós queremos conservar. (Vitor Iankoski, Fascículo 3).
>
> O faxinal é a união do povo, pela tradição do povo, pela cultura, tudo aquilo que é costumeiro, se eu tenho o costume de visita um amigo, tomar chimarrão na casa dele, tenho o costume de se encontrar com os amigos aqui na casa de oração, tem o costume de trabalha junto no mutirão, criar animal solto, no meu entender o faxinal é isso, são as plantas medicinais. (Carlito Taborda Ferreira, Fascículo 5)

Nos fascículos, também são apontados os antagonistas: o "agronegócio", representado pelas empresas madeireiras, monoculturas, agrotóxicos, acesso aos recursos hídricos e formas de violência. As conquistas e as reivindicações dos agentes enquanto coletivo organizado também são apontadas.

---

[34] Ver Relatório do II Encontro dos Povos dos Faxinais.

> Pra nós o que mais traz problema são as pessoas que vem de fora, os chacreiros. Eles acham que é que nem na cidade, na cidade cada qual tem um pedacinho de terra, e um só vive naquele pedacinho, e não pode se quer nem entrar no pedaço do terreno dele. E assim daí eles compram os pedacinho de terra aqui no faxinal e querem manter a mesma coisa, como se fosse na cidade. Então eles chegam ali e compram pedacinho de terra, e dai eles ficam pensando que ali eles compraram eles mandam ficam prejudicando, não querem uma criação, nem que pise em cima, isso dificulta muito. Os chacreiros, principalmente são pessoas aposentadas, que não depende de viver na cidade, daí comprar pedacinho de terra, colocam suas chacrinhas e vem botar ordem no faxinal, prejudicando os faxinalense. O problema são os fechos, continua cada vez diminuindo mais, daí eles fazem a cerca meio de qualquer jeito, aí ficam prejudicando a criação, daí pegam e matam, jogam fora, comem a carne da criação. (Antônio Barbosa**,** fascículo 3)
>
> A ameaça lá é matar criação, envenenar criação, destruir mata nativa, colocar veneno dentro do faxinal. Os de fora, são esses que ameaçam nós, que antes eram de dentro do faxinal, e hoje estão fora, sempre entraram fazendo lavoura dentro do faxinal e daí aparecem esses veneno, criação atirada. Os plantador que querem acabar com o movimento, com os faxinalenses. (Luis Carlos Domingos Soares, fascículo 3).

Os fascículos apresentam as seguintes pautas da Articulação Puxirão, Setor Metropolitano:

> – Luta para ampliação dos espaços territoriais através de uma política fundiária para os faxinais;
> – Preservação e fortalecimento das práticas sociais faxinalenses;
> – Propor para o Estado, políticas públicas específicas para comunidades tradicionais;
> – A sustentabilidade social, ecológica e econômica das comunidades dos faxinais;
> – A luta para criação de instrumentos jurídicos que reconheçam as comunidades dos faxinais;
> – Registrar por meio de foto aérea ou vídeo a realidade atual dos faxinais, e outras culturas tradicionais: indígenas, quilombolas, provando para os órgãos ambientais e governamentais a proteção das matas nativas e os recursos naturais nos territórios que esses povos vivem;
> – Educação e saúde voltada ao modo de vida de suas culturas;
> – Voltar as escolas em seus territórios;
> – Formar profissionais nas diversidades de suas culturas visando o entendimento e fortalecimento de suas culturas (Fascículo 4).

Apesar das falas serem de faxinalenses de regiões diferentes, notamos que os antagonistas identificados são os mesmos. O processo de troca de informações e experiências, desencadeado pelas oficinas de mapas e encontros, fortaleceu a noção de identidade de resistência, pois propiciou a compreensão de que os problemas são enfrentados por todos os grupos e travados individualmente, mas encarado por todos.

> Identidade de Resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (CASTELLS, 2008, p.24)

Nesta fase, criaram-se ilustrações que constituem desenhos, esboços, reproduções de símbolos e objetos (cercas, mata-burros, porteiras, instrumentos de trabalho, animais, plantas, etc.) que se tornam ícones para compor as legendas dos mapas, uma estratégia fundamental, já que muitos faxinalenses não dominam a escrita, porém carregam elementos sociais e históricos em linguagens orais.

Figura 3 – Foto da oficina de mapas.

Figura 4 – Croqui do Faxinal Água Clara de Baixo.

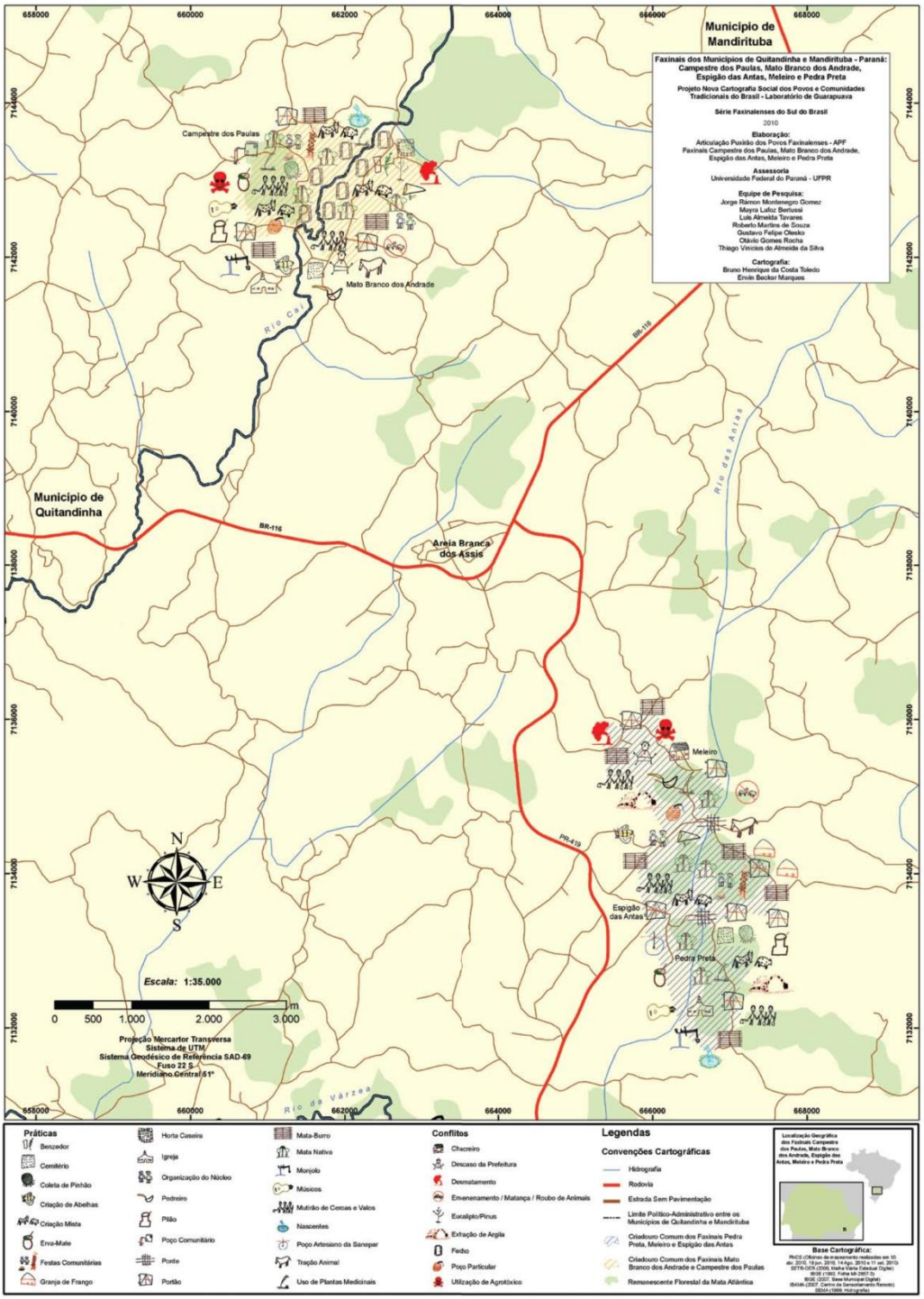

Figura 5 - Faxinais dos municípios de Quitandinha e Madirituba.

Em seguida, sem a presença dos pesquisadores, os faxinalenses percorreram seus territórios e georreferenciaram os pontos que consideravam significativos. Depois, o PNCSA recolheu as informações e lançou os dados em uma base cartográfica, inserindo ilustrações produzidas nas comunidades. Ainda nessa fase,

foram transcritos depoimentos e selecionados para comorem o fascículo. Com o mapa concluído e os depoimentos selecionados, foram montados esboços dos fascículos, que foram remetidos às comunidades. Elas fizeram as correções desejadas e enviaram ao PNCSA. Em seguida, tomaram-se as providências para a publicação[35]. A construção dos boletins informativos foram importantes para sistematizar a história das comunidades, as pressões vividas, os costumes, reivindicações, conquistas e demandas. Não foi possível relatos específicos da participação dos jovens nesse conjunto de atividades.

O trabalho do PNCSA com os povos faxinalenses resultou na confecção de cinco séries ilustradas, intitulada “Faxinalenses no sul do Brasil”, sendo “Faxinalenses: Fé, Conhecimentos Tradicionais e Práticas de Cura”, quatro fascículos; “Faxinalenses no setor Centro do Paraná”, “Faxinalenses no setor Sul do Paraná”, “Faxinalenses no setor Metropolitano de Curitiba” e "Faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba”, e um livro “Terra de Faxinais”[36], bem como um boletim informativo.

O boletim informativo (2012) e o fascículo “Faxinalenses: Fé, Conhecimentos Tradicionais e Práticas de Cura” (2009) foram realizados com um grupo específico de faxinalenses. Este é constituído, na maioria, por mulheres mais velhas, reconhecidas popularmente como benzedeiras, curandeiras, rezadeiras, costureiras de rendidura e parteiras. São detentoras de práticas populares de cura, fazem orações, conhecem ervas, receitam chás, possuem conhecimentos e saberes tradicionais, por isso, são referência nas comunidades, merecendo um catálogo específico de organização e publicação.

Figura 6 - Encontro Municipal das Benzedeiras de Rebouças

[35] Maiores informações podem ser encontradas na site do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia http://www.novacartografiasocial.com.
[36] Os documentos estão disponíveis, na íntegra, em: http://www.novacartografiasocial.com.

Estas mulheres e homens faxinalenses construíram um grupo que se transformou em um movimento constituinte da APF, mas que possui uma organização denominada Movimento Aprendizes da Sabedoria – MASA. A organização foi demandada devido à invisibilidade social, o preconceito e a marginalização sofridos por centenas de Benzedeiras, Benzedores, Curandeiras, Curadores, Rezadeiras, Remedieiros, Costureiras e Costureiros de Rendidura e Parteiras (MASA, 2012a).

O MASA realiza encontros, seminários, debates, levantamentos preliminares e diálogos com o poder público, organiza as Benzedeiras para reivindicarem seus direitos como povos tradicionais, demanda a valorização e o reconhecimento das práticas tradicionais de cura, sobretudo fomentando o acolhimento dessas práticas no sistema formal de saúde (MASA, 2012a).

As ações do movimento tiveram retornos de reconhecimento significativo para as benzedeiras, no qual podemos destacar a ação do município de Rebouças, Paraná, com a certificação de Detentoras de Ofícios Tradicionais e entrega das carteirinhas de identificação para realizarem visitas, fato que inseriu suas práticas de saúde na Política Municipal de Rebouças,[37] o Prêmio Saúde e Cultura, em uma ação promovida pelo Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/MinC), e pela Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), de Brasília. Também é digna de nota a premiação realizada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural Nacional (IPHAN), em que o MASA foi vencedor nacional da categoria “Salvaguarda de bens de natureza imaterial”, em reconhecimento ao Mapeamento Social feito em Rebouças e São João do Triunfo, Paraná.

Voltando a falar do movimento de forma geral, outro material publicado pela APF foi o livro “Terra de Faxinais”. Este tem como organizadores Alfredo Wagner Berno de Almeida, Antropólogo, Professor-visitante da Universidade Federal do Amazonas (UFA) e coordenador PNCSA, e Roberto Martins de Souza, pesquisador, militante e assessor do movimento em questão. As discussões que constituem o livro perpassam os direitos dos faxinalenses, a construção do mapeamento, localização dos faxinais, os modos, costumes e organização das comunidades e história de faxinais específicos, como dos Kruger. Os escritos ajudaram a sistematizar, registrar e dar visibilidade ao modo de vida destes povos, especialmente no espaço acadêmico.

A cartografia e demais publicações, mais do que simples ferramentas de localização, ajudaram os faxinalenses a identificarem inúmeras violações de seus direitos, bem como o forte descaso dos órgãos públicos no combate aos crimes e o

---

[37] Benzedeiras são consideradas profissionais da saúde no Paraná. Disponível em http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/05/benzedeiras-sao-consideradas-profissionais-da-saude-no-parana.html . Acesso em 03/04/2013.

baixo apoio às comunidades. Como principais exemplos, podemos citar; a matança de animais, o desmanche de cercas, assassinato de pessoas, invasão dos territórios, contaminação de fontes de água, dentre outros. Em virtude desse contexto, percebeu-se a necessidade de um espaço de formação que instrumentalizasse os faxinalenses, especialmente, no que toca à luta pela garantia de seus direitos, especialmente aos que dizem respeito aos seus territórios, que sofrem com matança de animais, ameaças às lideranças e outros.

Partindo da demanda jurídica, a APF fez contato com a ONG Terra de Direitos, organização que atua na assessoria dos movimentos[38]. Foram realizadas oficinas com o objetivo de esclarecer e capacitar os faxinalenses para acessarem e intervirem em espaços oficiais (câmaras de vereadores, assembleia legislativa, delegacia de polícia, fóruns, dentre outros)[39].

Mesmo tratando-se de um movimento consideravelmente novo, os faxinalenses, juntamente com suas assessorias, conseguiram sistematizar os inúmeros momentos vividos, e, mais que isso, produziram materiais científicos que foram apropriados pelo movimento transformando-os em ferramentas de fortalecimento e luta. Materiais como os mapas produzidos coletivamente contribuíram para definições de novas geografias, bem como deu nova visibilidade política aos sujeitos.

Normalmente o papel de mapear, identificar e caracterizar fica como função das universidades e de pesquisadores que, geralmente, fazem em um processo desligado das ações dos movimentos. Nesse caso, trata-se de uma ação incorporada às lutas e reivindicações, fato que promoveu o fortalecimento da identidade do movimento.

A metodologia de construção do mapeamento que resultou nos fascículos é uma estratégia interessante de aproximação e reconhecimento entre os agentes sociais. A partir da retomada histórica de construção da APF, apontamos que ela foi determinante para a constituição do movimento, haja vista que no seu desenvolvimento são narrados e discutidos o que caracteriza o faxinalense, conceito de faxinal, dispositivos jurídicos de proteção ao faxinal, práticas de conservação do faxinal, práticas de produção, práticas religiosas, os principais conflitos enfrentados

[38] A ONG Terra de Direitos atua na defesa e promoção dos direitos humanos, especialmente dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A organização surgiu em 2002 e trabalha com casos encaminhados por movimentos sociais e organizações da sociedade civil que envolvem situações de violação aos direitos humanos. A equipe é formada por assessores jurídicos populares, por uma assessoria de comunicação e integra colaboradores de outras áreas de atuação. Informações retiradas do site http://terradedireitos.org.br/quemsomos-2/ . Acessado em 24/01/2014.

[39] Relatório de reunião- IEEP/CEMPO, 2008, p. 3, não publicado.

pelos grupos, dentre outros. Além disso, são colocadas em foco as ameaças vivenciadas, como podemos constatar nos quatro fascículos.

A abertura de espaço para as trocas de experiência possibilitou que os sujeitos se identificassem e fortalecessem suas lutas e reivindicações. Nas palavras de um dos participantes: “É muito importante porque é um meio de se identificar quem somos, quanto somos e onde estamos.” (Ivan Colaço Santos, Fascículo 4)

Além disso, as informações levantadas nos materiais foram imprescindíveis para que o movimento, os órgãos públicos, pesquisadores e população de maneira geral pudessem reconhecer a dimensão dos faxinais no Paraná, dar visibilidade a este modo de vida e cobrar políticas públicas de suporte para manutenção, conservação e proteção das áreas e dos próprios faxinalenses. Vale lembrar que o estudo anterior, realizado por um órgão público, como já mencionado acima, identificou a presença de apenas 44 faxinais. Resultados que foram colocados em xeque com a identificação dos 227 faxinais encontrados na pesquisa.

Compreendemos as atividades desenvolvidas na construção do movimento APF como espaços de formação, baseada na concepção de educação que está além das amarras institucionais, e que ocorre em diferentes lugares e territórios (MESZÁROS, 2008; MOLINA, 2005; RIBEIRO, 2010). Nesse sentido, apontamos que as ações como encontros, oficinas e mobilizações se tornaram ferramentas de construção de vínculo e fortalecimento da identidade coletiva, bem como, auxiliaram na promoção da visibilidade do movimento e de suas conquistas.

Levando isso em consideração, levantamos uma indagação, já feita por Santos (2003), qual seja, dado que historicamente o Direito tem atuado para exterminar as possibilidades emancipatórias e para consolidar as diferenças sociais, de algum modo, ele poderia ser emancipatório? Poderia o Direito ser utilizado como instrumento de luta para a construção de uma sociedade menos desigual?

Gorsdorf (2010), conselheiro da Terra de Direito, afirma que os movimentos sociais são sujeitos da negação neste mundo de capitalismo globalizado. Para ele, o conceito da negação está vinculado à exclusão do acesso a direitos, negação pela não reparação das violações dos direitos humanos, negação do reconhecimento social e político dos movimentos sociais como demandantes de direitos e de reconhecimento jurídico.

Ainda de acordo com o autor, a função do assessor jurídico é de desconstrução de um Direito que reforça o processo de desigualdade na sociedade e que permite os processos de exclusão do acesso a direitos. Defende que “(...) o Direito pode ser reconstruído num viés emancipatório, a partir dos Direitos Humanos construídos com a prática dos movimentos sociais” (GORSDORF, p. 11, 2010). Afirma que é necessário

ficar atento, pois o campo jurídico é um campo de disputa de poder, disputa de sentido, de símbolos e de afirmação política dos movimentos sociais.

Neste viés, apontamos que as oficinas de Operadores de Direito foram uma formação político-educativa significativa para os faxinalenses e demais participantes da APF. Prova disso são os inúmeros ganhos ligados à proposição de dispositivos legais no âmbito da esfera municipal, estadual e federal, tais como; a Lei n. 15.673, de 13 de novembro de 2007, que dispõe sobre os faxinais e o processo de reconhecimento dos faxinalenses no Estado do PR; Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, liminares favoráveis a manutenção do uso comum da terra em alguns faxinais, aprovação de Leis Municipais em Pinhão, Antônio Olinto e São Mateus do Sul, participação no conselho Nacional das comunidades Tradicionais, criação da Comissão Fundiária dos faxinais junto ao INCRA-PR, fortalecimento e visibilidade de outros grupos sociais no Estado do Paraná (ARTICULAÇÃO PUXIRÃO, 2007; 2008; Souza, 2009).

Nas palavras de uma das participantes das oficinas:

> Porque antes a gente nem sabia que poderia reivindicar alguma coisa. A Articulação Puxirão trouxe um grande aprendizado pra comunidade, muitas coisas que nós estávamos sendo deixados de lado, como os nossos direitos que a gente nem sabia que existiam. (Lucimara Taborda Ferreira, Fascículo 4)

Retomando a questão levantada acima, sobre possibilidades do Direito ser um instrumento de luta para diminuir as desigualdades sociais e constituir um espaço de emancipação; é necessário considerar a estratégia de formação político-educativa, juntamente com outras inúmeras ações, encontros, debates desenvolvidos pela APF, e os avanços conquistados no campo jurídico pelo movimento. E, por isso, sugerimos, respaldados por Santos, que o Direito pode ser um espaço que promove a emancipação dos sujeitos sociais. De acordo com o autor;

> No fim e ao cabo, o direito não pode ser nem emancipatório e nem não emancipatório, porque emancipatórios e não-emancipatórios são os movimentos, as organizações e os grupos cosmopolitas subalternos que recorrem à lei para levar suas vidas adiante (SANTOS, 2003, p. 71).

A partir desse contexto, podemos conceber que os espaços e processos político-educativos desencadeados pelo movimento ocorreram em dois níveis, interno e externo. Internamente, está intrinsecamente ligada à metodologia de produção dos materiais (mapas, boletins informativos, livros, dentre outros) e espaços de formação,

por se tratar de uma construção coletiva a partir de elementos práticos, que possibilitaram aos sujeitos refletirem sobre suas práticas e ações cotidianas. Dessa forma, mais que a produção de materiais e formação teórica, ocorreu um processo de transformação dos próprios sujeitos, na sua identificação e posicionamento diante das relações pessoais e instituições, sugerido pelo fortalecimento do movimento Puxirão, das Benzedeiras e pelos inúmeros ganhos jurídicos citados acima.

Externamente, pelo fato dos materiais produzidos pelo movimento terem ganhado canais operacionais diretos, transformados em ferramentas de reivindicação e luta. Como é comum vermos depoimentos de pessoas que participaram de oficinas relatando que após as atividades encaminham-se ações concretas, como registros de boletins de ocorrência, denúncias a órgãos governamentais, etc., reconfigurando assim uma nova prática, baseada nas ações e discussões que partem do movimento. Também podemos citar como ganhos promovidos pelas estratégias político educativas, o acesso a outros espaços de discussões e políticas públicas como conselhos e a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Partindo das leituras e análise dos materiais, apontamos que a participação dos faxinalenses nas ações do movimento foi um dos grandes definidores da ressignificação do estigma de agricultores "atrasados"[40] imposto aos sujeitos, como também a garantia de formação da identidade coletiva. Notamos a redefinição das identidades a partir de resistência e de novos projetos "[...] as identidades de resistência podem resultar em identidades de projeto, voltadas à transformação da sociedade como um todo, dando continuidade aos valores da resistência comunal oferecida aos interesses dominantes sustentados pelos fluxos globais de capital, poder e informação" (CASTELLS, 2008, p. 420).

Os sujeitos eram reconhecidos antes da constituição do movimento como agricultores familiares, trabalhadores rurais, pequenos agricultores e outros (SOUZA, 2009). Embora desempenhassem essas funções, a partir dos encontros e mobilizações reforçaram e assumiram com maior veemência sua identidade de faxinalenses, por ser a mais significativa e forte.

Com efeito, vale acrescentar que Castells (2008) sustenta que é possível o sujeito possuir múltiplas identidades, e, mais do que isso, o autor opera uma importante diferenciação entre os conceitos de identidade e papeis. Estes são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. Mesmo que as identidades sejam influenciadas por instituições e estejam de acordo com papéis sociais, são elas que organizam os significados, enquanto os papéis

[40] Estigma vinculado, especialmente, pela forma de apropriação do território, manutenção das áreas em comum e outros costumes próprios dos faxinalenses, não compartilhados pelos demais camponeses.

sociais organizam as funções. Nas palavras do autor “significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator” (2008, p.23). Tem de encaixar melhor essa passagem, pois está meio desarticulada. Para ele, o significado organiza-se ao redor de uma identidade primária, que estrutura as demais, bem como permanece ao longo do tempo e do espaço. A partir dessa compreensão, sugerimos a construção da identidade faxinalense como identidade primária, pois é responsável por organizar os significados de quem são os integrantes dos faxinais, que, aliás, não deixam de desenvolver suas atividades de camponeses, porém se assumem como camponeses faxinalenses[41]. O que outrora fora símbolo de atraso, pelo uso das terras em comum, agora é um dos símbolos que caracteriza sua luta.

Castells (2008) também nos auxilia na compreensão da construção da identidade do movimento. Como vimos, em 2005 quando os faxinalenses se reuniram pela primeira vez, com o lema “Terra de Faxinal: resistir em puxirão pelo direito de repartir o pão”. Percebemos que tal lema sugere a necessidade de proteção e resistência. Fatores que condizem com à identidade de resistência construída por sujeitos que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação.

O autor sugere que para sobreviver a essas condições, os movimentos constroem proteções, “trincheiras” de resistência e sobrevivência, e utilizam seus princípios como suporte, protegem seu espaço, reivindicam sua memória histórica, defendem a permanência de seus valores. Neste ponto, as ações de trocas de experiência realizadas nos grupos, e, também, as mobilizações e reuniões nas comunidades, que buscavam construir e disseminar o movimento e suas pautas, podem ser tomadas como estratégias importantes de resistência e sobrevivência.

Já na realização do segundo encontro, como já observamos, o lema foi “Na luta pela terra nascemos faxinalenses”, no qual percebemos um momento um pouco diferente do movimento, já existindo uma conotação de identidade coletiva. Nesse quadro, apontamos uma aproximação com o conceito de identidade de projeto, discutido por Castells (2008), em que os sujeitos, utilizando-se do material cultural que está ao seu alcance, constroem uma nova identidade, capaz de redefinir sua posição na sociedade cria sujeitos, que são diferentes de indivíduos, mesmo sendo gerado a partir deste, ou seja, não mais camponeses, porém camponeses faxinalenses.

---

[41] Tavares (2008) levanta quatro pontos que sintetizam as diferenças entre os camponeses e os faxinalenses, usos e relações com a terra, os laços de solidariedade faxinalenses, organização nas comunidades e o enraizamento.

4. CAMINHOS, LUGARES E NARRATIVAS: OS JOVENS FAXINALENSES E AS COMUNIDADES

Neste capítulo pretendemos demonstrar que o processo de desarticulação das comunidades faxinalenses não está ocorrendo em função de uma espécie de transformação natural do modo de vida e de produção no campo, muito menos pela simples falta de adaptação ao sistema econômico hegemônico ou por vontade individual das pessoas que vivenciam esse modo de vida. Podemos observar que existem diversos fatores sociais influenciando as transformações das comunidades, operando de uma maneira complexa, envolvendo diferentes fatores ligados ao Estado, à Igreja, à Agricultura Moderna, á Educação e aos Movimentos Sociais. Para isso, buscaremos discutir, por meio das histórias narradas pelos jovens participantes na pesquisa, como estes diferentes fatores foram agindo nas relações e território faxinalense.

4.1 Áreas de uso comum e áreas de plantar *versus* “modernização” da agricultura e revolução verde

As mudanças no modelo de agricultura, produzidas pelo atual sistema econômico, geraram e geram forte pressão para as comunidades camponesas e faxinalenses. Um dos marcos dessas mudanças foi a chamada Revolução Verde. Modelo que carrega a ideia de crescimento e desenvolvimento econômico, progresso e modernidade por meio da adoção de uma agricultura dependente da indústria química, genética e tecnológica.

O pacote da revolução verde é extensivamente anunciado, baseia-se nos índices de produtividade em que compara o rendimento da área plantada, a menor utilização de mão de obra, e maior eficiência. Porém, muitos fatores são deixados de lado nessa discussão, as informações são manipuladas conforme os interesses das grandes corporações. A pesquisa e a extensão universitárias, que têm o papel de melhorar as condições de trabalho das pessoas que vivem no campo, baseiam-se em referências das grandes empresas, e, boa parte são financiadas pelo capital e a fim de disseminar suas ideias.

Como essas tecnologias são massivas, antagonizam ao modo de vida nos faxinais. Afinal, como desenvolver monocultivos tecnificados em áreas florestadas e extremamente diversificadas, tanto no que tange à biodiversidade quanto aos aspectos culturais? O antagonismo neste caso é tido como empecilho ao desenvolvimento, e termos pejorativos como “modelo atrasado”, “bolsão de pobreza”

são comumente utilizados por órgãos de pesquisa, de assistência técnica e pelo poder público. Contudo, mais do que formas pejorativas de classificação, as ações públicas são bastante prejudiciais aos faxinais, como é o caso de abertura de estradas, que divide faxinais e obriga à realização de “fechos”, que limitam o acesso dos animais, e também há realização de campanhas sanitárias, que colocam os alimentos produzidos nos faxinais (porco solto) como vilões.

Em consequência dessas mudanças, ocorrem várias migrações, desde a saída de famílias em direção a centros urbanos até a migração de agricultores de outros estados em busca de terras menos valorizadas e que chegam até os faxinais. A migração dos “gaúchos” é exemplo disso. Ao chegarem em territórios faxinalenses, eles têm a ilusão de que encontraram terras baratas, prontas para desmatar e estabelecer suas lavouras. A chegada desses agricultores geram conflitos nas comunidades faxinalenses, já que possuem outra forma de se relacionar com a terra, uma vez que cultivam milho e feijão em maiores proporções e não aceitam a criação de animais à solta.

A entrada dos “gaúchos” e “chacareiros” nos faxinais, a compra dos pacotes tecnológicos de insumos e agrotóxicos e a abertura de áreas para plantio de monoculturas são fatores que influenciaram as comunidades, e, consequentemente, a relação dos jovens com as mesmas.

Entendemos que a localização das comunidades influencia a maior ou menor expansão e pressão da denominada agricultura “moderna”. Marmeleiro de Baixo está cercado por grandes porções de áreas planas, onde a maioria já está aberta e são cultivados milho e soja, com uso de tecnologias, insumos e agrotóxicos. A família de uma das entrevistadas é filha dos chamados “gaúchos”, o pai tem uma porção de área fora do faxinal, que aluga para o plantio das culturas citadas. Porém, a maioria das famílias não estão nesta condição, como a família de André que tem poucas áreas fora do faxinal, a família planta milho e outras culturas (cereais, alimentos) para subsistência. Consideramos que essas diferenças de posse podem influenciar na relação dos jovens com o faxinal.

No decorrer das rodas de conversa e do percurso comentado, notamos que existem diferentes compreensões entre as pessoas da comunidade sobre a permanência do uso comum. Para os jovens entrevistados, a compreensão de faxinal está atrelada a certo atraso e problema. No decorrer das oficinas, Joice fala sobre a circulação dos animais dentro da área de uso comum: “Os animais que vivem soltos ficam nas estradas, os carros precisam parar, buzinar. À noite acordam quem já está dormindo. Eles entram nos quintais, pomares e estragam as plantas, fazem as necessidades em frente a casa”.

No percurso comentado, André e Joice apresentam espaços de uso privado dentro do criadouro comunitário, como a pista de laço e áreas cercadas com plantação de milho. Para estes jovens a apropriação privada, por meio de fechos, dentro do faxinal é direito dos moradores e necessário. Além disso, apresentaram as estratégias para a construção de fechos. “Para você fazer o fecho precisa ser rápido, mas muito rápido e de preferência fechar a estrada (risos). Primeiro você faz os buracos, todos em um dia, depois espera mais ou menos uma semana. Se ver que ninguém denunciou coloca os fios, de preferência de arame e tudo no mesmo dia. E se algum denunciar ae tá tudo perdido (risos)” (Joice). Reforçam a ideia de contrariedade ao uso comum a partir da indicação de que os acordos comunitários, fundamentais para a organização da comunidade e uso comum das áreas, prendem as pessoas. Ao chegar no limite do faxinal, André pisa no mata-burro e exclama “Daqui para cá é território livre”, apontando para o lado de fora da comunidade.

Também notamos, no decorrer do percurso comentado e nas rodas de conversa, que as famílias estão divididas em dois grupos. De um lado, estão os que participam da associação, do movimento APF, ou que apenas querem manter o faxinal ativo, por considerarem que o espaço de uso comum é que garante a sobrevivência de suas próprias famílias. Do outro lado, estão as famílias que possuem implementos, máquinas e terras ou a possibilidade de comprá-los, e consideram o faxinal um atraso. “As pessoas falam, querem abrir a área, é custoso manter o faxinal. É bom por um lado, mas por outro ninguém se responsabiliza pelas coisas do faxinal e a gente acaba perdendo por não poder abrir”. (Joice)

O pai de Joice comprou há pouco tempo mais uma área dentro do faxinal, parte dela ele fechou e outra manteve aberta. Ele explica a situação: “faz divisa com nosso terreno e o preço (de compra) estava bom. Mas não tem como manter tudo aberto, esses animais que tem solto no faxinal estão todos minguados e comprei a área, preciso usar ela. Tenho minhas vacas, preciso soltar e no faxinal não tem como, a comida é pouco para tanto animal”.

Aqui apresenta-se uma das questões fundamentes da comunidade: a falta de área. Antigamente as famílias conseguiam ter mais animais e com melhor qualidade pela extensão da área de uso comum e com isso abundância de alimentos. Atualmente as áreas reduziram para trinta, vinte, até dez por cento do que era[42].

É interessante notar que a família de André possui uma porção de área dentro do faxinal maior do que a família de Joice, entretanto a compreensão sobre a manutenção da área de uso comum é diferente. Sobre as áreas, André explica: “Meu

[42] Informações dadas pela liderança local (presidente da associação e integrante da APF).

avó não fala dos animais de outras pessoas usarem a área dele, antes ele tinha carneiro solto, mas agora não dá mais para ter, é perigoso. Mas a terra não faz falta porque é pra isso mesmo, esse é o uso dela". Apesar de Joice e André morarem na mesmo comunidade, André, em vários momentos, expressou contradições sobre o faxinal, pois notamos que sua família acredita na permanência desse modo de vida, do contrário, estaria reivindicando o uso privado da área. Um dos elementos que pode ter contribuído nas diferentes compreensões sobre as áreas de uso comum é a relação com a história e a formação da região e da comunidade, já que a família de Joice veio de outro estado, com outra cultura, e a família de André está há mais tempo na região - foi uma das primeiras a morar na comunidade.

No decorrer das rodas de conversas, outros participantes apontaram a importância do faxinal e a preocupação com a continuidade do mesmo. "Ah, eu tenho orgulho sim do faxinal (risos). Mesmo que muitas pessoas falem mal, queiram que acabe, meus pais se criaram aqui e se puder vou criar meus filhos também" (Amanda, prima de André, 17 anos). "A gente vai se acostuma com o jeito daqui, até com os bichos soltos que a Joice fala, as vezes é ruim mesmo, que comem as plantações, mais isso também faz parte daqui" (Andressa, prima de André e Amanda, 17 anos). Como podemos notar existem diferenças na compreensão sobre a manutenção do faxinal, opiniões que se diferenciam influenciadas pelas trajetórias da família.

Em relação às atividades realizadas pelos jovens, nenhum relatou sobre ir para a roça com os pais. Apenas Joice quando fala de seu cotidiano e insere a lida com as vacas de leite. "Sempre que dá estou aqui ajudando eles, ajudo a tirar, abrir as porteiras, as vezes precisa ajudar a engatar os equipamentos, a gente faz um pouco de tudo. Como sei que eles estão fazendo isso por mim tenho que ajudar também". O "fazer por mim" está atrelado à atividade de leite que será mantida até ela finalizar os estudo no ensino superior.

As famílias da Linha Brasília possuem condições econômicas semelhantes, com poucas áreas dentro do uso comum e pouca ou nada de terra nas áreas de plantar. Sobre estas, são na maioria com declives, acidentes geográficos popularmente chamados na região de "barrocas". A maioria das famílias não possui máquinas e equipamentos para preparo do solo, sendo utilizada a tração animal para os trabalhos na lavoura. A troca de dias é bastante presente entre os moradores e especialmente entre os jovens. Lucas e Marcos afirmam que só conseguem dar conta do trabalho porque um ajuda ao outro. Contaram que naquele mesmo dia, no período da manhã, estavam juntos na roça. "Umas das melhores coisas que encontra aqui é essa nossa parceria, tem semana que nós trabalhamos quase todos os dias juntos, agora mesmo estamos vindo de lá (se referindo à roça). Um dia estamos na dele e

outra na minha, depende da necessidade. Se não fosse assim, não conseguiria fazer o que faço” (Lucas).

Linha Brasília apresenta um conjunto variado de atividades econômicas: convivem a plantação de fumo e a produção do carvão, duas atividades de alto impacto ambiental e na saúde de quem trabalha nelas; também possuem projetos e iniciativas de uma agricultura agroecológica que busca inserir a produção nos programas do governo federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Este panorama diverso se deve ao fato de que as áreas de cultivo são pequenas e íngremes, inviabilizando a geração de renda suficiente para os moradores, obrigando-os às atividades mais predatórias mas que oferecem alguma ajuda financeira, como o carvão, feito somente em períodos de entressafra que não tem entrada de dinheiro na renda familiar.

> Aqui as terras são muito dobradas e os terrenos são pequenos; quem tem, porque não é todo mundo que tem um pedaço de chão. O (cita o nome de outro jovem) não tem nada e precisa arrendar tudo, agora ele tá trabalhando de meeiro. Daí fica mais difícil. Esse ano e ano passado entregamos maracujá orgânico no PAA, melhorou um pouco, mesmo assim o dinheiro não dá, daqui uns meses já temos que queimar carvão para equilibrar. Todo ano a gente fala que vai parar de queimar, ainda não conseguimos, vamos ter que continuar por mais um tempo (Lucas).

Em alguns casos, os moradores realizam outras atividades para complementar a renda, como trabalhar em olarias, ou na construção civil como pedreiros. Entre as culturas produzidas pelas famílias estão o fumo, feijão, milho e o maracujá orgânico. A comunidade está se organizando para entregar frutas e verduras para os programas de compra direta da agricultura familiar. Outra atividade econômica importante na comunidade é a produção de carvão. Atividade realizada por várias famílias da comunidade no período de entressafra, avaliada de maneira negativa, pelos prejuízos à saúde. Já Ana relata que sua família trabalha no fumo, “é um trabalho muito sofrido e usa muito veneno, mas para quem tem pouca terra é o que ainda tem dado para se manter”. Narra sobre o ano que pararam de plantar fumo e passaram por uma situação difícil.

> Faz uns anos que paramos de plantar fumo, o pai foi trabalhar de pedreiro, não quero nem lembrar, quase passamos fome. Foi muito difícil, as vezes entrava dinheiro, as vezes não entrava e gasto sempre tem. Por isso não adianta, mesmo que as pessoas falem mal do fumo, mesmo que a gente não goste, ainda é o que tá dando pra sobreviver.

Marcos nos leva até a área que sua família produz. Ao chegarmos no terreno, conta que quer parar de usar agrotóxicos, pois quando usa se sente mal por poluir o

meio ambiente e prejudicar a saúde. Relata que em parte da área já está deixando de usá-lo e prevê parar totalmente nos próximos anos. “Está vendo esta parte aqui (aponta com a mão), não uso agrotóxico nela mais de ano. Nas beiras das estradas e carreiros nunca usei, o pai não deixa, ainda bem. Aos poucos quero parar e não usar um pingo em tudo isso aqui (aponta com a mão)”.

Na área cultivada encontramos uma diversidade de alimentos, tais como: milho, feijão, melancia, batata-doce, mandioca, abóbora. Ainda comenta que parte da produção será para venda e parte será para consumo próprio, que é completado com os alimentos da horta que mantém próximo a casa, com alface, tomate, beterraba, couve, cenoura, pepino. Ele explica que a horta é cuidada pela mãe, que tem problemas de saúde e não pode caminhar muito ou fazer esforços, enquanto que a roça é de responsabilidade dele e do pai. Com olhar brilhante e voz firme, exclama: “Está aqui meu dia a dia”.

A grande preocupação dos jovens da Linha Brasília são os fazendeiros. “Estou com medo, pois há um fazendeiro que começou a comprar terra lá por cima (apontando com a mão para a área que está sendo desmatada), já comprou bastante e uma que ele comprou é junto com o nosso”, complementa, “esse terreno aqui, ao lado do dele, ele está querendo comprar, se ele comprar nós ficaremos ilhados” (Marcos).

O processo de isolamento é desolador para os camponeses e comunidades tradicionais, pois coloca em xeque a sua sobrevivência. Historicamente, elas dependem tanto de recursos físicos e naturais, como as matas que garantem microclimas e sanidade para as lavouras e demais cultivos, preservação das nascentes e rios para garantir a água, quanto dos recursos sociais e culturais, materializados nas trocas com a vizinhança, festas na comunidade, mútua ajuda, religiosidade, todos mantidos coletivamente. Aos poucos fazendeiros ou empresários que possuem capital vão comprando pequenas áreas e ligando as terras, tornando-as grandes porções de terras. Nelas plantam monoculturas como soja, eucalipto, pinus, colocam gado, usam agrotóxicos, que contaminam o meio ambiente e acabam com os recursos naturais. Além disso, as pessoas que moram nessas pequenas propriedades mudam-se para os bairros pobres dos centros urbanos, e os novos donos das terras continuam morando em suas confortáveis casas nos melhores bairros da cidade, desterritorializando e esvaziando as comunidades.

Essa experiência já foi vivenciada por Lucas e sua família, eles e seus tios, tias e demais moradores da comunidade foram expulsos, não conseguiram resistir ao cerco feito pelos fazendeiros:

> Eu morava em outra comunidade, mas os fazendeiros foram comprando as terras e ficamos ilhados. Lá não era como aqui (se referindo ao faxinal), mas sempre trabalhamos na agricultura. Ainda temos três alqueires lá, às vezes, vou matar a saudade, antes ia cada quinze dias, agora vou uma vez por mês ou a cada dois meses. As coisas mudaram muito, não é como antes, está tudo cercado por plantações de soja, pinus, eucalipto. Tivemos que mudar porque não conseguíamos nem lenha para fazer a rapadura que o pai vendia. Nós ainda tivemos sorte de conseguir um terreninho para continuar morando no interior. Meus tios estão todos na cidade. É uma tristeza, eles não têm mais nada (Lucas).

A família de Lucas mora há oito anos no faxinal, conseguiu comprar um pedaço de terra dentro das áreas de uso comum, estas geralmente são mais baratas. A compra ocorreu pela intermediação de um parente, este conhecia um morador da Linha Brasília que estava vendendo a área. Para conseguir trabalhar na agricultura, a família de Lucas aluga uma porção de terras próxima à comunidade.

Em relação aos outros familiares, Lucas relata que estão morando em um dos bairros mais pobres da cidade, reconhecido como favela. Afirma que não tiveram como continuar na comunidade, pois também ficaram ilhados. Hoje, passam por uma situação difícil vivendo na cidade, situação ruim tanto pelas questões econômicas quanto por não acostumar com as diferenças entre campo e cidade.

Processo que poderíamos aproximar com o conceito de desencaixe, compreendido como “o deslocamento das relações sociais dos contextos locais e sua re-combinação através de distâncias indeterminadas do espaço/tempo” (GIDDENS, 2002, p. 221). Mudança que conduz os referenciais produzidos em pequenas comunidades, pela tradição, serem substituídos por organizações maiores e impessoais, onde se rompe a relação entre tempo, espaço e lugar de outrora.

Em uma das idas de Lucas para a antiga comunidade, para amenizar a saudade e reavivar as lembranças, ele levou Marcos junto.

> Quando o Lucas contava como era o lugar que ele morava eu ficava imaginado um monte de agricultor, famílias. Quando chegamos lá estava tudo cercado, está um deserto, acabou. Só restou fazenda, acabou. Quando o Lucas me mostrava e contava como era antes dava um arrepio na gente. Os terrenos também são muito difíceis, tortos e o pessoal foi indo embora. Não sei se os fazendeiros pressionam, pois, como dizem, eles pressionam no quieto e você fica sem saída.

Marcos reconhece que as famílias saíram não por vontade própria, mas que foram sendo forçadas no “quieto” para mudar, expulsas de seu território. A realidade de Linha Brasília não está tão distante desta comunidade. No retorno para as áreas de uso comum, Marcos mostra mais uma porção de terra que faz divisa com as áreas da

sua família, área que já foi vendida: “Aqui a partir do ano que vem será chácara, tudo cercado. O cara possui um recanto em Guarapuava e fará chácara de leiteria”.

A monocultura tem avançado e forçado camponeses, agricultores e faxinalenses a migrarem de uma região para outra, e do campo para cidade. Os jovens sentem a difícil realidade e demandam políticas públicas e ações para que eles possam ter condições de permanecer em suas comunidades. Ana afirma que se não tiver renda não tem como continuar na comunidade “não adianta, muitos jovens de agora, nós mesmos já não vamos ficar aqui. Qual renda que nós iremos ter? Precisamos nos formar em alguma coisa para sobreviver”, continua, “o governo não nos valoriza, só valorizam os maiores e não o povo daqui (...) Quem toca os nomes mais altos, são os grandes, mas eles produzem para mandar para fora e os pequenos produzem para as cidades, mas eles fazem questão de levar o nome dos grandes”.

Notamos que as pressões exercidas pelo modelo de agricultura “moderna” são vivenciados de maneira diferente pelos jovens das duas comunidades. Para os da Linha Brasília, predomina a agricultura ligada à agroecologia, com a preocupação e cuidado com o meio ambiente, sem uso ou diminuição dos agrotóxicos, troca de dias e ajuda entre as pessoas. Sentem-se encurralados com as pressões das vendas de terras ao redor do faxinal, e, consequentemente, a possibilidade de expulsão das famílias da comunidade, invasão da monocultura e uso de agrotóxicos.

Os jovens do Marmeleiro de Baixo não apontam a pressão pela abertura das áreas de uso comum e o avanço da monocultura, porém esse processo está presente ao redor e na comunidade. É importante considerar que esta é a percepção dos jovens que participaram da pesquisa, se entrevistássemos outras pessoas ou jovens da comunidade, poderíamos encontrar posicionamentos diferentes, já que a construção dessas opiniões depende de inúmeros fatores, tais como o grupo em que participam, situação econômica, questões sociais e culturais. Nesse sentido, podemos afirmar que a abertura das áreas, o avanço das monoculturas afetam a relação dos jovens com o modo de vida faxinalense, a continuidade do faxinal e suas perspectivas de futuro. Tanto pela falta de renda inviabilizar a permanência na comunidade, no caso dos jovens de Linha Brasília, quanto pela compreensão de que o uso comum das áreas inviabiliza o crescimento econômico da família inserida no modelo dominante.

Com o avanço da agricultura “moderna” ocorreu uma reorganização dos trabalhos na família e na agricultura camponesa. Em Marmeleiro de Baixo, notamos menor uso da mão de obra dos jovens, que tem como principal atividade os estudos escolares e o planejamento da formação, como veremos no tópico seguinte. Já os jovens da Linha Brasília tem uma relação mais forte com a agricultura, produção de

alimentos e natureza, sentem os avanços sobre os faxinais através da abertura de áreas, da monocultura e da desvalorização dos camponeses.

4.2 Religião e Religiosidade

Notamos a religião como um dos fatores mais importantes nas comunidades faxinalenses, dada a preocupação dos jovens em apresentar a igreja como local significativo e as inúmeras narrativas dos momentos vividos ligados à igreja. Em Marmeleiro de Baixo, o ponto de encontro para realizar o percurso comentado foi a igreja, descrito como central para a comunidade. Poderíamos pensar que o central relaciona-se com a proximidade de suas casas, entretanto a Igreja fica fora da área comum, onde os jovens residem. Nesse sentido, entendemos o central como mobilizador que une e reúne as famílias.

Os jovens da Linha Brasília também destacaram a igreja no roteiro feito para apresentar a comunidade. São duas, uma do rito ucraniano e outra latino, ambas católicas e situadas fora do faxinal. Ana fala sobre as diferentes atividades relacionadas às igrejas, “Lá é onde a gente fica a maioria do tempo juntos, temos o nosso grupo de dança, aos domingos tem cultos, missas, grupo de jovens [...] aconteceram festas, romarias, bailes, formaturas”.

Ao chegar nas igrejas os jovens da Linha Brasília apresentam expressões e falas que apontam participação na construção e manutenção do local. Relatam que a igreja do rito latino foi construída por mutirões em que a comunidade se uniu e foi aos poucos a erguendo. Participaram todos que moram no faxinal. Já na segunda igreja, a do rito ucraniano, poucos da comunidade participam devido à exclusividade do rito (linguagem, símbolos). Ao entrar na igreja ucraniana, Marcos comenta: “Aqui também tem muita história, essa comunidade é uma das que não é tão racista, imagina eu mesmo sendo brasileiro fiz a primeira comunhão aqui. Fui batizado e crismado [...] Por mais que não faça parte dessa igreja ajudei muito, até lavar. Quando tem romaria nós fazemos juntos, Corpus Christi”.

Marcos participa dos dois ritos, com mais frequência no rito latino. Mesmo não sendo somente descendente de imigrantes ucranianos, participa do espaço que é exclusivo. Em sua fala notamos que os vários momentos de sua vida foram marcados por passagens pela igreja, seja o batizado (após o nascimento), depois primeira comunhão (adolescência), crisma, casamentos (idade adulta). Entretanto, ele também denuncia o preconceito reproduzido pela instituição. Conta que no tempo de seu pai o

preconceito era mais forte, “em épocas de benzer as casas[43] os padres chegavam somente em famílias ucranianas, atualmente todas recebem a visita”. Percebemos que a separação entre as famílias que participam de igrejas separadas reforçou o preconceito entre imigrantes e caboclos. Os jovens comentam que até hoje a missa é rezada em ucraniano e que não entendem o que o padre diz, mesmo assim gostam de participar. Dessa forma, notamos que existe relação entre a participação nas igrejas e os grupos sociais e étnicos.

Outro ponto a ser destacado nessa comunidade foram os convites feitos para a pesquisadora participar de novenas e outros encontros realizados nas casas da comunidade, justificando que para entendê-la seria necessário participar desses momentos, pois são os espaços em que eles se encontram, conversam e mantêm seus costumes. Parte da pesquisa de campo foi realizada nos meses que antecederam o Natal. Com o intuito de apresentar os rituais da comunidade, os jovens sugeriram que uma das visitas fosse marcada no dia em que seria realizado uma das novenas de preparação para o Natal.

No dia marcado, no anoitecer de uma quinta-feira calorosa, antecipei-me para a chegada. Na casa, mora uma das jovens que participou da roda de conversa e convidou para as visitas à comunidade. Parecia que já nos conhecíamos há anos. Mãe, filha, filho e depois o pai me receberam como se fosse uma de suas antigas vizinhas, o chimarrão e as histórias passaram a circular na roda feita pela família. Narrativas e fotos sobre a história da família foram sendo espalhadas e compartilhadas na sala da casa. Ao aproximar-se do horário da novena, as pessoas começaram a chegar. Ouvi passos e vozes se aproximando, vinham de diferentes lados, alguns passaram pelo meio da capoeira, outros seguiram a rota da estrada, já outros cortaram caminho pelas pastagens.

Caminhavam de dois a dois, três ou mais, nenhum vi chegar alguém sozinho. Gargalhadas se ouviam de longe, mas eram contidas ao me avistar na casa. Meio encabulada com a quantidade de pessoas, acompanhei os rituais de chegada e preparação para a novena, a visita ao canto da sala para visualizar de perto o presépio preparado pela família, a divisão das leituras da novena, a escolha dos cantos. Ora ou outra, alguém me dirigia a palavra e comentava sobre ter me visto passar em frente à sua casa ou perguntavam se iria visitar todos da comunidade. Experiências que me fizeram retornar aos encontros vivenciados na minha infância. Porém, algumas diferenças não podiam deixar de ser notadas. No decorrer da celebração, surgiam interpretações “politizadas” da Bíblia. A passagem da mulher Samaritana à beira do

[43]Ritual que ocorre após a Páscoa, em que o padre visita as famílias, faz orações e espalha água benta pela casa e propriedade para abençoá-las.

poço Jericó[44], onde é encontrada por Jesus, é indicada como representante de um povo excluído. A história do povo Samaritano é retomada e comparada à marginalização e violência vivenciada pelas comunidades faxinalenses. A cultura e modo de vida do povo Samaritano são aproximados ao modo de vida faxinalense, os símbolos da religiosidade católica são aproximados ao seu cotidiano. Alimento para os laços comunitários e identidade faxinalense.

Assim como nas novenas, em outros espaços a leitura "politizada" das passagens bíblicas é relatada pelos jovens. Os jovens narram que um dos marcos da história da comunidade foi a realização da ceia de Natal dos últimos anos, na associação da comunidade. Antes da ceia, os jovens organizaram um teatro sobre o nascimento de Jesus. "Todos choraram na hora que Maria estava prestes a dar à luz, não tinha nenhum lugar para ela parar. Nisso o [cita nome presidente da associação] entrou em cena, falou sobre as dificuldades de não ter a quem recorrer, a falta de apoio e preconceito que vivemos". Esses momentos foram percebidos como fortalecedores das relações entre os moradores e do sentido de comunidade faxinalense.

A compreensão de religiosidade foi diferente em Marmeleiro de Baixo. Assim como em Linha Brasília, a igreja está localizada fora do faxinal, ao lado da estrada PR 364, foi construída fora do faxinal. Sua inauguração foi em 10 de fevereiro de 2002, no prédio existe uma placa de agradecimento pelo trabalho de 180 dias executado por mais de 1400 pessoas em regime de mutirão para realização da obra. Outra placa agradece aos trabalhadores que doaram mão de obra ou materiais de construção. Os jovens apontam a igreja como geradora de sentido de comunidade, dada a preocupação que ela desperta pelo outro e trabalhos realizados em função de todos os moradores.

> Aqui na igreja o que marca mais são os almoços comunitários, que acontece no dia da Nossa Senhora Aparecida. É tudo de graça para o povo do Marmeleiro inteiro, depois do almoço tem bolo, geladinho, picolé, brincadeira para as crianças, cama elástica, cama de bolinhas. É a hora da comunidade, dia 12 de outubro. Aqui não é uma comunidade pobre, mas tem famílias que não tem muita condição de fazer uma festa para as crianças, de dar um presente para elas. A gente vai nas lojas em Rebouças e eles doam brinquedos e no dia da festa cada criança recebe um brinquedo, é uma forma das pessoas que não tem condição ter algo (Joice).

[44] Passagem bíblica Jo 4, 1-42.

Pilar Rocha (2008),[45] aponta que não tem como falar de Marmeleiro de Baixo sem falar da religiosidade. Relata que os moradores antigos possuíam vários santos de devoção como São Gonçalo, Nossa Senhora do Pilar, São Sebastião, Santo Antônio, e construíam pequenas igrejas em seus quintais, para demonstrar devoção a um santo ou para pagar promessas. Conforme os relatos, existiam de seis a oito pequenas igrejas no interior do Marmeleiro de Baixo e em cada data comemorativa existiam reuniões onde os moradores eram convidados a comemorarem o dia do santo de devoção. Outras manifestações religiosas que existiam no Marmeleiro de Baixo eram a "Reza do Terno", a "Bandeira do Divino", a "Dança de São Gonçalo", a "Mesada de Anjo"[46] (PILAR ROCHA, 2008).

De acordo com os moradores, neste período chegou um padre chamado Guerra, ele rezava a missa armado, mudava o nome das crianças na hora do batismo, expulsava pessoas da igreja quando estas o desobedeciam e mandou desmanchar todas as igrejas pequenas dos quintais, substituindo-as pela única igreja do Faxinal. Antes dele, outros padres já tinham proibido o batismo em casa e as festas nas igrejinhas de dentro de Marmeleiro de Baixo (PILAR ROCHA, 2008).

Outro ponto criticado pelos padres são as orações e curas realizadas pelas benzedeiras, curandeiras e costureiras. Estas mulheres e homens possuem um grande acúmulo de conhecimento sobre ervas e chás medicinais, reconhecidas e procuradas pela comunidade quando ocorria algum problema, tanto referente à saúde quanto a aconselhamentos. "Nossa importância sempre foi reconhecida pela população local, seja no campo e na cidade, pelas incontáveis curas realizadas sobre

---

[45] Algumas informações sobre a comunidade Marmeleiro de Baixo foram retiradas de uma pesquisa realizada pela antropóloga Anne que desenvolveu um trabalho etnográfico na comunidade a pedido do Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) e em parceria com a Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais – APF -, Comissão Pastoral da Terra – CPT/PR - e Instituto Agronômico de Pesquisas do Paraná - IAPAR. A partir da pesquisa foram construídos dois relatórios que buscaram "resgatar os conhecimentos tradicionais e sua atualização através da recuperação das representações sobre práticas e ofícios tradicionais, aliado ao diagnóstico da situação dos recursos florestais e pecuários como estratégia para reconstrução socioambiental e afirmação identitária para realização de acordos comunitários" (Pilar Rocha, 2008, p.1). Acessados nos arquivos do Instituto Equipe Educadores Populares (IEEP), Rua Espírito Santo, Irati-PR.

[46] É uma forma de pagar promessa, tanto para Nossa Senhora Aparecida como para outros santos dos quais se tenha recebido uma "graça". Trata-se de uma festa organizada no quintal da casa da família que prepara muitos alimentos, geralmente almoço e sobremesa, que são dispostos em uma grande mesa ao ar livre, coberta por lençóis ou lonas. Tudo o que se produz na roça da família é servido à mesa, sem avareza (ou corre-se o risco do santo não aceitar a homenagem), com atenção especial à carne de porco e de frango, ao feijão e à mandioca. É dado prioridade para as crianças (até sete anos), que, após uma oração da dona da casa, iniciam a refeição.

diversas enfermidades, de forma acessível e sem custos, o que possibilita saúde a milhares de pessoas[47] (MASA, 2008).

Entretanto, os padres e pessoas ligadas à igreja, relacionam seus conhecimentos e saberes com o mal, chega-se a afirmar que o contato com essas pessoas gera contaminações para a família. Interpretações que foram pressionando as pessoas a desacreditarem e/ou ficarem com medo de procurar os saberes tradicionais, desmobilizando as comunidades ao cuidado e reconhecimento destes ofícios.

> Denunciamos em nosso Encontro, o desprezo aos nossos dons e as diversas violações aos nossos direitos de praticar nossos ofícios tradicionais de saúde popular, através dos conhecimentos, saberes e práticas tradicionais de cura. Onde vivemos, somos alvo de preconceitos, críticas e repressão dos órgãos públicos de saúde e algumas pessoas ligadas a igrejas, que nos combatem de forma a tentar criminalizar nossos ofícios e dons (MASA, 2008)[48].

Essas pressões centralizaram a religiosidade nas igrejas oficiais, e as questões de saúde, na medicina. À medida em que a Igreja como instituição foi se fortalecendo nas comunidades, manifestações de religiosidade popular e de medicina tradicional foram e continuam sendo condenadas. A festa de São Gonçalo é um exemplo: inicialmente o santo não foi reconhecido pela Igreja Católica e as festas foram proibidas. O santo era símbolo de animação, tocador de viola, dançava-se a noite toda. As festas e danças de São Gonçalo eram características das comunidades faxinalenses, especialmente onde tinha caboclos. Por vezes a igreja recriminou a devoção ao santo, devido à fama de santo festeiro. Porém, a crença popular no santo resistiu em algumas comunidades e se mantém até hoje. Também ocorreu que alguns padres passaram a assimilar a devoção ao santo e mudar suas características em atributos condizentes com uma vida coerente com o catolicismo, alterando a manifestação popular.

Em se tratando da igreja de Marmeleiro de Baixo, atualmente são realizadas reuniões, aulas de catecismo, novenas, cultos, palestras e missas na igreja, proferidas

---

[47] Carta do 1º Encontro Regional das Rezadeiras, Benzedeiras, Curadores, Costureiras e Parteiras. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Informativo-1_Conhecimentos-Tradicionais-identidade-Benzedeiras-Parana%20(1).pdf.
Cabe destacar que com o trabalho Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), já discutido nesse trabalho, as benzedeiras passaram a ter maior visibilidade e a buscar seus direitos. Algumas das conquistas foram o livre acesso à coleta de plantas medicinais nativas no município, ainda que estejam em terras particulares de terceiros. O reconhecimento do ofício de benzedeiras por meio das leis municipais (Lei Municipal n°1401/2010 de Rebouças, e Lei Municipal n°1370/2011 de São João do Triunfo. E, no município de Rebouças está sendo construída a Comissão de Saúde Popular, incumbida de elaborar propostas e alternativas para o acolhimento das práticas tradicionais no sistema formal de saúde.

por padres e pelos moradores do Marmeleiro, porém, com calendário, formação e regência diocesana. Esses encontros são diferentes dos encontros e ações realizadas tradicionalmente pelas comunidades, onde as famílias tinham seus altares e pequenas igrejas sincréticas.

Como podemos perceber, existem diferenças na religiosidade antes da presença da instituição e após a construção da igreja, com a vinda dos padres periodicamente. Antes, as pessoas mantinham sua religiosidade como algo mais próximo, pertencente ao seu cotidiano. Acreditamos que, em certa medida, a religiosidade faxinalense permitia maior participação, união e valorização da comunidade, já que os símbolos, tais como pequenas igrejas, estavam dentro da comunidade e nas propriedades, os saberes sobre a saúde pertenciam às pessoas da comunidade, que valorizavam mais o acúmulo repassado pelas gerações, o uso das ervas, dos chás, sendo que as orações realizadas lá mesmo. Os batizados, comumente realizados em olhos d'água, agregavam valor sagrado a esses espaços, garantindo a proteção das nascentes e preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a religiosidade é um elemento aglutinador, fortalece a comunidade, motiva os moradores a estarem juntos e contribuírem mais uns com os outros, por outro lado, ela também pode ser desmobilizadora de costumes e tradições. Como ocorreu em Marmeleiro de Baixo, onde a comunidade passou por inúmeras violências simbólicas e físicas de representantes da igreja que desqualificaram e proibiram as rezas e espaços sagrados dos moradores.

Com as pressões a comunidade foi cedendo, realizando cada vez menos os encontros, procissões, rezas do jeito "antigo". Evidência desse processo é o espaço da igreja ser o único apresentado pelos jovens como símbolo de religiosidade, encontro e "hora da comunidade". Consideramos que as orientações diocesanas geram certa hegemonia religiosa nas igrejas que as seguem, desrespeitam os costumes e tradições das comunidades, e, para se impor, usam diversas formas de violência e medo, como foi o caso do padre Guerra.

Apesar da presença e fortalecimento do preconceito e separação entre imigrantes e seus descendentes, de um lado, e os caboclos, de outro, observamos que a religiosidade possui um papel significativo na comunidade da Linha Brasília. Juntamente com as ações que acontecem na igreja, os jovens participam do grupo de dança e do grupo de jovens. Por conta da igreja estar localizada fora do faxinal, várias atividades ligadas a religiosidade são realizadas nas casas e na associação da comunidade. Outro elemento interessante é forma de interpretar as passagens

bíblicas, releituras que fortalecem a história das comunidades faxinalenses, suas dificuldades e desafios e as relaciona a uma missão.

Consideramos que a interpretação bíblica ligada ao cotidiano, pode ter influência com no Movimento APF, já que este foi construído a partir da relação com a Comissão Pastoral da Terra. Notamos nos encontros do Movimento, a forte presença da mística e da bíblia, símbolos, orações e palavras que fortalecem os integrantes da APF.

Entendemos que essas diferenças na religiosidade influenciam na relação dos jovens com a comunidade. Em Linha Brasília, existem mais espaços de encontro e troca entre os moradores e entre os próprios jovens, e em Marmeleiro de Baixo, os encontros estão concentrados na igreja principal e em momentos definidos, como no dia da padroeira da comunidade.

4.3 Escola e processos educativos

Dos jovens entrevistados da Linha Brasília apenas um já concluiu o ensino médio e teve experiência com formação do ensino superior. Os demais jovens estudam nas escolas próximas às comunidades. Um deles está no Ensino Médio porque perdeu alguns anos de estudo, por morar longe da escola e não ter meio de transporte até ela.

Em relação aos jovens do Marmeleiro de Baixo, ambos estão no último ano do Ensino Médio. É importante retomar que estes jovens participam ativamente do grêmio estudantil da escola, André é o presidente. Contam que a maioria dos professores estão na escola da comunidade há alguns anos, por isso sabem quem são e conhecem seus potenciais. Porém, quando chegam professores novos, geralmente, tratam os alunos de maneira preconceituosa, “eles acham que não sabemos nada que nem temos TV em casa” (André).

De acordo com os jovens, os estereótipos dos professores em relação aos estudantes foram sendo superados a partir de conversas em sala de aula e atividades desenvolvidas pela escola, sobre e na comunidade. Um exemplo foi a semana cultural[49] dos anos anteriores, que tematizou as comunidades faxinalenses. Cada professor orientou uma turma na preparação de materiais para serem expostos na feira da escola, assim, fizeram-se pesquisas e discussões sobre elas. Atualmente, a direção da escola está incentivando a gravação de um filme sobre os mascarados do carnaval. De acordo com os jovens, este é um costume da comunidade: “Na época do

[49] É realizada uma vez ao ano, em que são escolhidas algumas temáticas para serem discutidas pelas (os) professoras (es) e alunos (as).

carnaval, os jovens saem pelas estradas usando máscaras para ‘assustar’ as pessoas” (André).

Joice aponta que alguns conteúdos discutidos em sala de aula, como os de biologia, a auxiliam na lida com os animais, também relata que compartilha essas informações com seu pai. Foi em uma atividade da escola que André e uma colega do grêmio realizaram um trabalho sobre a história dos faxinais. Eles são reconhecidos por este conhecimento e, frequentemente, são chamados pelo grupo para falar sobre o faxinal e sua história “ah, sobre o faxinal o André é quem sabe mais”. De acordo com as pesquisas realizadas por André, “o faxinal é um modelo vindo da Europa com os imigrantes, uma forma comunista de viver em que a maioria do nosso país vivia”.

Esta é parte de explicações levantadas por alguns teóricos da área, porém os moradores mais antigos da comunidade de Marmeleiro de Baixo possuem versões diferentes sobre o início da comunidade. Explicam a partir da vinda de pessoas da Lapa, devido à guerra do Contestado, a fatores econômicos, culturais, sociais e ambientais da região. André relatou que umas das tias buscou informações sobre seus antepassados e encontrou os documentos dos bisavós na Lapa. O fato sugere que sua família participou do processo de ocupação do território e construção do faxinal, elementos que poderiam ser discutidos no trabalho sobre a história das comunidades faxinalenses.

As memórias ligadas à educação dos jovens da Linha Brasília aparecem com marcas de desrespeito e falta de conhecimento de seu modo de vida. Notamos que nessa comunidade não são realizadas atividade ligadas ao campo e aos faxinais. Com isso, os estigmas sobre as comunidades são mantidos e reproduzidos pelos trabalhadores da educação.

> Em uma aula de biologia o professor estava falando sobre os animais e começou a dizer que os animais que vivem à solta estão cheios de vermes e podem deixar as pessoas que comem doentes. Ninguém comentou nada, mas aquilo machucou. Outra vez a professora me disse: você tire notas boas, ou quer ficar morando na roça? Se queimando no sol? O que você quer pro futuro? Viver o resto da vida trabalhando na roça? Mas ela não pensa que o alimento que come é produzido por nós que se nós não produzirmos ela não come. Ela ficará sendo professora para o resto da vida? Eles se acham no direito de falar porque tem uma profissão, tem ganho, não pensam nos que estão começando. Como que com 12 anos vai procurar emprego na cidade? Não dá. (Ana).

A presença de violência simbólica e física é marcante nas memórias dos jovens. Ana narra que seu irmão chegava com as orelhas grandes em casa; “A mãe não podia nem encostar de tanto que a professora puxava”. Marcos relembra que

apanhava da professora (freira) por não conseguir ler em ucraniano. “Cada vez que errava ela me batia com a régua (risos). Ainda mais que era brasileiro [...] uma época não queria mais ir para a escola”. Neste caso, a violência tem como principal deflagrador as questões de preconceito étnico, já que ele carrega a mistura étnica de ucranianos e caboclos.

Além das violências sofridas pelos jovens, nos anos escolares, Lucas relembra as dificuldades para garantir o direito de acesso à educação. Na idade de iniciar os estudos, a escola ficava muito longe da sua casa, por isso teve que começar a estudar com nove anos. “Acho que por ser mais velho a professora cobrava mais, ela batia, xingava, beliscava quando não sabia fazer ou quando conversava”.

Quando terminou as séries iniciais teve que mudar para outro colégio, localizado na cidade “dava uns trinta quilômetros de estrada de chão”. Somente quando foi morar em Linha Brasília a distância deixou de ser um problema. Com o atraso na entrada nas séries iniciais, foi sempre o mais velho da turma, diz que até hoje se sente constrangido por ter mais idade que seus colegas.

Marcos relata uma experiência diferente com a educação. Durante dois meses foi aluno de Educação do Campo na Universidade Federal Fronteira Sul, instituição reivindicada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e construída em um assentamento. Entrou no curso por intermédio da APF, porém não conseguiu permanecer na instituição pela distância de casa, e, sua mãe ficou doente, sendo forçado a retornar para ajudar. Nos dois meses de curso pôde visualizar coisas que deseja para a comunidade, como a construção de agroindústria.

> Eu conheci a experiência de assentamentos com agroindústrias e trabalham com jovens, contam que agora tá cem por cento. Até sair a agroindústria iam trabalhar para a cidade e depois voltaram para trabalhar na comunidade. E eu vejo isso para a minha comunidade, se acontecer isso, nossa será uma maravilha!

Entendemos que também é papel da educação contribuir para que os jovens possam visualizar possibilidades de vida no campo, conforme pudemos observar no relato acima. Porém, infelizmente são poucas instituições e cursos de formação que qualificam profissionalmente os jovens para atuarem nas comunidades e que incentivam sua permanência ou retorno para as mesmas.

Em relação às perspectivas de futuro, os jovens das duas comunidades desejam cursar o Ensino Superior. Marcos conta que conversou, no dia anterior, com uma vereadora mirim sobre fazer faculdade de Agronomia. Ela expressou a vontade de fazer o curso, porém acreditava não ter campo para trabalhar. Ele argumentou que poderia trabalhar como agente na comunidade. Ana, Marcos, Lucas e Marta desejam

estudar, fazer alguma graduação, porém o desejo ainda está no campo dos sonhos, não visualizam instituições, transporte, curso e como se manteriam, pois seus pais não têm condições de pagar as despesas. Mais uma vez, o direito à educação pode ser negado.

André e Joice também fazem planos para continuar estudando, Joice quer estudar História ou Psicologia, e André, História ou Geografia. Estes cursos são ofertados pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), localizada aproximadamente a 50 quilômetros de suas casas. Joice pergunta para André se ele também pensa na van (transporte) que sai de São Mateus (cidade vizinha) e passa pela comunidade levando os estudantes para a UNICENTRO. Ele, prontamente, afirma que sim. Ela complementa que gostaria de fazer Sociologia, porém só tem a distância em uma instituição do Rio Grande do Sul e prefere fazer o primeiro curso presencial, depois a distância. Ambos comentam sobre fazer mestrado e doutorado, como um dos professores que dá aula na escola.

Depois de terminarem os cursos, consideram a possibilidade de dar aula na escola da comunidade e continuar morando onde estão atualmente. Em relação aos gastos com a formação, Joice comentou, em outros encontros, que seu pai diz que continuará produzindo leite até ela se formar, depois irá trabalhar com gado de corte, ou seja, a família está se organizando para manter os estudos dela. André não apontou a renda como um problema, e, de alguma maneira, também deve estar se organizando, já que o uso da van está sendo visualizado.

Consideramos que a possibilidade dos jovens de Marmeleiro de Baixo acessarem a formação superior é bem maior que a dos jovens da Linha Brasília. Vários fatores contribuem para isso, seja localização das comunidades, acesso a transporte, conhecimento das instituições da região, condição econômica dos pais e outros. Entretanto, acessar o Ensino Superior também não é garantia de permanência no campo, tampouco de valorização deste, uma vez que, na maioria dos cursos, a discussão sobre conhecimentos tradicionais relacionados à região ainda são incipientes.

Percebemos que a discussão acerca da comunidade, na escola, ameniza os preconceitos e estereótipos ligados aos faxinais, como pudemos visualizar em Marmeleiro de Baixo. Entretanto, tê-los não garante que a história e os fatos serão contados a partir de uma perspectiva crítica, ou aproveitando os saberes dos próprios moradores, como também vimos nessa comunidade.

Em relação a compreensão sobre as juventudes, notamos que os jovens faxinalenses assumem responsabilidades na organização familiar diferentes do

demais. Ana reconhece as diferenças entre os jovens da comunidade e aqueles que moram na cidade:

> Aqui a gente amadurecem antes, é mais comprometido, é exigido a fazer as coisa, trabalhar. A mãe e o pai exigem para se preparar para a vida. Nós acordamos cedo, vamos para escola, voltamos vamos para o serviço seja em casa ou na roça. Desde os 12 anos já vamos limpando a casa, fazendo pão, trabalhando na roça. Tem diferenças (...) na responsabilidade (Ana).

Mesmo se compararmos com os jovens de Marmeleiro de Baixo, identificamos diferenças nas atividades e responsabilidades assumidas. Estes também ajudam em casa, porém a principal preocupação dos jovens de Marmeleiro de Baixo é continuar estudando e serem aprovados no vestibular, sem a preocupação e o peso de conseguirem renda para casa. Estas diferenças se dão por diversos fatores, condições econômicas, sociais e culturais da família, comunidade e região. Responsabilidades, preocupações que também afetam seus planos e perspectivas de futuro.

4.4 Movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) e Associações Comunitárias

No decorrer da pesquisa, notamos que a discussão sobre o Movimento Articulação Puxirão se estende para as associações das comunidades; em alguma medida, as pessoas ligadas à APF têm relação com elas. Como já discutido, há aproximadamente dez anos iniciou um movimento social constituído por faxinalenses, que passaram a reivindicar seus direitos ligados aos saberes, territórios e cultura. O movimento deu nova visibilidade aos faxinalenses, às comunidades, e fortaleceu algumas organizações como as associações de moradores locais. Participam do Movimento APF as lideranças de algumas comunidades. Porém, existem municípios que nenhuma das comunidades possuem faxinalenses que representam a comunidade nas reuniões do movimento. A participação é bastante heterogênea e atualmente tem encontrado dificuldades pelos cortes de recursos ligados a uma das ONGs que prestam assessoria ao movimento.

Já as associações são organizações de cada comunidade, criadas, em grande medida, para receber e definir como será utilizado o recurso do ICMS Ecológico. As associações também ajudam a organizar os trabalhos comunitários, como conserto de cercas e outras benfeitorias, e seus integrantes são as pessoas que moram na comunidade. Na maioria das vezes quem participa do Movimento APF está exercendo ou já exerceu alguma função na associação de sua comunidade, porém não é regra

participar das associações e ir para as reuniões do Movimento, ou ser do Movimento e estar em uma associação.

Quando solicitados para apresentarem os lugares significativos da comunidade, os dois grupos de jovens se referiram aos espaços das associações da comunidade como um dos mais importantes, porém de maneiras distintas. Para os jovens da Linha Brasília, o espaço da Associação é imprescindível para a comunidade construir condições para as pessoas continuarem morando no território. Nos últimos anos, a Associação utilizou o dinheiro do ICMS Ecológico, geralmente usado para comprar arames e palanques para manutenção de cercas, para construir uma cozinha de beneficiamento de alimentos[50]. A cozinha ajudará as famílias a agregarem valor aos alimentos produzidos na comunidade e que serão entregues aos programas do PAA e PNAE. Contam que a construção foi feita por meio de mutirões e continuam mantendo o espaço limpo por meio destes trabalhos. Quando indagados sobre a associação, que fica no centro da comunidade, Ana relata, “Ali é o primeiro ponto de tudo, nos encontramos para tomar decisão e colocar em prática”. Para Marcos, a Associação representa um “projeto de vida”, “lá saem as reuniões, as coisas boas, os projetos que precisa fazer, os encontros, como diz ‘os projetos de vida’”.

O fortalecimento da comunidade é um processo difícil e moroso, não é definitivo, mas requer contínua mobilização das potencialidades individuais e coletivas das pessoas e grupos. É um processo que se dá na práxis do trabalho comunitário entre agentes internos e externos ao grupo ou comunidade. Assim, o trabalho direcionado para o fortalecimento se desenvolve com pessoas ou grupos organizados dentro das comunidades, a partir de suas necessidades e recursos, requer a atuação conjunta e comprometida enquanto agentes da mudança social, Montero (2003; 2009; 2011).

> O processo mediante o qual os membros de uma comunidade ou um grupo – membros de grupos organizados dentro dessa comunidade ou pessoas interessadas em promover e lograr uma mudança sobre alguma circunstância que afeta essa comunidade ou grupo – desenvolvem conjuntamente capacidades e recursos para controlar sua situação de vida (em um momento específico); atuando de maneira comprometida, consciente e crítica, para lograr a transformação das condições que julgam negativas ou que devem ser modificadas segundo suas necessidades e aspirações, transformando ao mesmo tempo a si mesmos (MONTERO, 2003, p.72).

[50] O Valor é repassado pelo Estado para as prefeituras, estas fazem a gestão de 40% do valor e a comunidade (associação) gesta 60%. Entretanto, como é a prefeitura que faz a mediação das compras, geralmente, são adquiridos produtos fáceis de licitar e executar, como cercas e palanques.

Além de ser o espaço onde é depositada a esperança de melhorias, a Associação também é um espaço de encontro e de fortalecimento dos vínculos entre os moradores, já que lá acontecem importantes eventos comunitários como reuniões de trabalho, encontros e almoços, como as ceias de Natal.

Quando indagados sobre como veem a associação, depois de alguns anos, e o que esperam dela, o ponto destacado é a renda. “O principal que tivesse projeto para ter renda e ninguém sair daqui, já é um grande passo” (Marcos). Essa é a principal preocupação, tanto dos jovens como de seus pais, a garantia de renda para continuidade da comunidade.

Em relação ao movimento APF, os jovens possuem uma avaliação positiva do movimento, por várias vezes, ouvi “sabemos que tem alguém lutando por nós”. Os jovens não se posicionam como representantes do Movimento, porém apontam que ele os representa e tem buscado melhorias que afetam seu cotidiano, como maior visibilidade e reconhecimento. Consideramos que o contato de Marcos com o MST, no processo de formação e as experiências no assentamento, contribuiu para a percepção positiva em relação aos movimentos sociais, tanto dele quanto de seus amigos. A atuação do atual presidente e do presidente anterior da Associação também fortalece a boa avaliação, já que ambos são bem vistos pela comunidade e falam pelo Movimento APF.

Essa compreensão positiva em relação ao Movimento não está presente nos jovens do Marmeleiro de Baixo. Notamos inúmeros estereótipos ligados às pessoas que representam a APF. De forma geral, seus representantes aparecem como sinônimo de lei e punição. Em uma das conversas com os jovens do grêmio estudantil da escola, o nome de um dos representantes da APF e membro da Associação foi citado. Um clima de tensão pairou na sala. Ao indagar se o conheciam, um dos jovens comentou “falar de [cita o nome] é como dar ripadas nas costas”. A fala sugere as relações tensas existentes na comunidade. Em seguida, a jovem explica como diminuir os riscos de ser denunciado na hora de colocar os fechos na comunidade, como já citado.

As denúncias sobre a construção dos fechos são feitas, de acordo com os jovens, por duas pessoas da comunidade que estão ligadas a Associação e ao Movimento AP. No decorrer das conversas com os jovens do grêmio, surgiram várias histórias sobre problemas, envolvendo famílias, fechos e o Ministério Público, desencadeados por estas pessoas.

No dia do percurso comentado, os jovens apresentaram a sede da Associação da comunidade que fica fora do faxinal. São dois grandes barracões cercados por

muro e um portão grande na entrada que fica sempre fechado. A Associação recebeu do Funbio[51] recurso para construir a estrutura e comprar os equipamentos de beneficiamento de feijão. São equipamentos que limpam, classificam e embalam o cereal. As máquinas foram usadas durante pouco tempo e atualmente estão sem função. Ao indagar se veem perspectivas futuras para aquele espaço, respondem que não. O pai de uma das jovens do grêmio planta feijão, porém é pouco e não compensa beneficiar.

Nenhum dos jovens participou de reuniões da Associação, todavia André comenta que passará a participar, especialmente no dia em que a promotora virá para discutir questões ligadas às denúncias dos fechos na comunidade: "A promotora que dirá como deve ser os direitos e deveres dos moradores". Sobre o movimento, André comenta:

> Os boatos correm! Lá em Rebouças tem uma panelinha de faxinalenses, entram todo mundo no carro e saem bem faceiros. No carro diz: A serviço do IAP. Todos com aquelas bolsinha, como é mesmo? Pela luta pela terra nascemos faxinalenses (risos). (Imita a maneira que um dos representantes da APF fala e anda). Parece Chico Mendes.

O carro descrito pelos jovens é do Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), ONG que tem assessorado o Movimento desde seu início. E, a frase descrita pelos jovens é "Na luta pela Terra nascemos Faxinalenses", lema do primeiros encontros dos povos faxinalenses em 2005. Os jovens contam de boatos sobre um dos representantes da AP, morador da comunidade, e outra liderança que trabalhava na organização das comunidades faxinalenses e ligado ao MST. Dizem que eles, juntos, possuem fazendas de gado no Mato Grosso do Sul. O dinheiro para comprar as áreas e animais teria sido desviado das comunidades, por isso a outra liderança "sumiu no mundo".

As diferenças na relação com o Movimento e, consequentemente, com a Associação da comunidade, são nítidas entre os jovens das duas comunidades. Em Linha Brasília, estes espaços e organizações são vistos como esperança para acessarem condições de vida melhores para si, seus familiares e comunidade, e, assim, diminuir as migrações forçadas e manter o faxinal. Consideramos que a vivência de Marcos no curso de educação do campo, a boa relação das lideranças com a comunidade e a ativa participação da Associação, contribuem para a leitura mais contextualizada, histórica e crítica das dificuldades vivenciadas pelos jovens.

---

[51]O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) é uma associação civil sem fins lucrativos, que iniciou sua operação em 1996. É um mecanismo financeiro inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Disponível em: http://www.funbio.org.br/

Como exemplo, podemos citar o cuidado com o meio ambiente (nascentes, rios, diminuição do uso de agrotóxicos e defesa da agroecologia), compreensão de que a produção dos grandes produtores vai para a exportação e dos pequenos alimenta os moradores da cidade. Crítica consciente sobre a pressão da monocultura e sobre o processo de expulsão e isolamento dos camponeses e uso do termo Faxinalense para se autodenominar.

Na comunidade de Marmeleiro de Baixo, os estereótipos são marcantes e denunciam a disputa entre dois modelos de uso e apropriação do território. Por um lado a resistência de um grupo que busca manter o faxinal, de outro, a construção de histórias e comentários que desvalorizam e até criminalizam o Movimento e a Associação. Em Marmeleiro de Baixo, a organização da comunidade, concretizada na Associação e nos acordos não conseguem mais amenizar os conflitos, assim, é necessária a interferência de órgãos externos, como o Ministério Público, para orientar ou punir os moradores.

Portanto, a Associação gera esperança de permanência dos jovens em Linha Brasília, ao passo que, em Marmeleiro de Baixo, acirra as relações já desgastadas pelas disputas dos modelos de agricultura e ocupação dos territórios.

4.5 Os jovens e as comunidades faxinalenses

Nos encontros com os jovens de Linha Brasília experimentei, novamente, o sabor de comunidade. Em grupo ou sozinhos, sempre encontrava toda a comunidade em cada um. A memória da infância, as mudanças ocorridas no decorrer do tempo, mudanças coladas ao coletivo, festas, rezas, reuniões, grupos, individual e coletivo amalgamados. Ao evocar planos, perspectivas de futuro, realizações, emergiam emoções e desejos alicerçados no território comum da comunidade. Nos encontros, compreendi a afirmação de que a comunidade recupera o substrato ético-simbólico da integração e autonomia, e que possui valores específicos que permitem o amadurecimento e desenvolvimento das potencialidades humanas (SAWAIA, 2007).

> Não troco aqui por nada. Aqui todo mundo se conhece, a gente convive de verdade e quando chega alguém novo na comunidade, mesmo que a gente não se conheça, a gente dá com a mão quando se encontra, começa a conversar e já chama para participar conosco. A gente vai plantando a amizade. (Ana)

“Na comunidade, a gente aprende a compartilhar as coisas, mesmo que não sejam boas, um vai dando força um pro outro, a gente também aprende a ser mais paciencioso, isso eu devo à comunidade” (Marcos). A comunidade possui a

potencialidade da recriação permanente da existência coletiva, pois rompe com a dicotomia clássica entre coletividade e individualidade, nela ocorrem experiências sociais vividas individualmente e que são compartilhadas intersubjetivamente, capazes de promover a transformação social (SAWAIA, 2007).

> Comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundeza emocional, engajamento moral (...) e continuado no tempo. Ela encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. Sua força psicológica deriva duma motivação profunda e realiza-se na fusão das vontades individuais, o que seria impossível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição (NISBET apud SAWAIA, 2007, p.50).

O mais difícil para Marcos quando morou fora da comunidade foi ficar longe das pessoas e “não participar da comunidade”. Já em Marmeleiro de Baixo, essas relações, especialmente entre os jovens do percurso comentado, não é tão forte. O sentimento de ser coletivo está presente em alguns momentos pontuais, mesmo assim, ouvi comentários sobre as características dos moradores, a união e ajuda para aqueles que precisam. “Aqui todo mundo participa, então é uma união da comunidade. A gente pode dizer que aqui é uma comunidade muito unida, se alguém estiver precisando ah lá está a turma do Marmeleiro. Vem e ajuda, se reúnem, ajudam as pessoas, é uma comunidade bem unida” (Joice). Segue com relato de algumas ações que fizeram:

> Aquele do piazinho, lembra? (Falando para André). Ele estava com leucemia e são uma família humilde. O pessoal da igreja falou que ele estava com leucemia, iriam viajar no outro dia, precisam fazer exames e tudo e não tinham dinheiro, na hora, na igreja foi adquirido quase mil reais e dado para ele. Foi feito uma caixinha e deixado na igreja e todo domingo o pessoal ia doando e doando para continuar o tratamento. Também quando a casa da (cita o nome de uma moradora) pegou fogo, você lembra? eles ficaram aqui no pavilhão, eles doaram a madeira, os homens fizeram a casa, todo mundo doou roupa, os móveis, foram para a cidade, construíram tudo. Então é uma comunidade bem unida.

A comunidade é um real que tem sua verdade, sua memória e sua história sempre aberta àquilo que é em comum: “comunidade é alguma coisa que resta em aberto (...) que tem uma chance comum de se superar, não se constituindo numa estrutura fechada, como identificação, como fusão (...) e suas tensões, seus conflitos evitam que se caia na mítica da boa comunidade” (OZÓRIO, 2007, p.35). Ela está situada entre o público e o privado, constitui um lócus existencial de possibilidades da

realização do em comum. Possibilita um processo de produção ou criação de si e do outro, com elementos heterogêneos, matérias diversas e múltiplos vetores de existencialização.

Neste sentido, comunidade é um grupo em constante transformação e evolução que em sua interrelação gera sentido de pertencimento e identidade social. Suscita em seus integrantes consciência de si como grupo, fortalece como unidade e potencialidade social (MONTERO, 2004). “Aqui quando um sofre todo mundo sofre junto, mas quando festeja é melhor ainda” (Marcos).

Como já comentado, a comunidade de Marmeleiro de Baixo tem suas especificidades, uma delas são os núcleos familiares. Nas conversas com os jovens, notamos a existência de agrupamentos familiares a partir dos sobrenomes, tais como: os Rosa, os Carvalho, os Tulio, etc.

Pilar Rocha (2008), corrobora com esta observação e explica que a organização da comunidade se deu a partir do parentesco. Afirma que, quando não existia ancestralidade comum e parentesco próximo através dos casamentos, os laços de pertencimento à comunidade foram reiterados por meio das relações de compadrio. No decorrer do percurso comentado, os jovens foram indicando as casas e pessoas que moravam nelas, entretanto a família não era apresentada individualmente e sim como área ocupada por determinado sobrenome “aqui moram os Rosas”, “aqui moram os Túlios”.

Várias vezes passamos em casas que eles não sabiam dizer quem eram os moradores, seja por não conhecerem ou pela transitoriedade de pessoas na comunidade. Relatam que muitos vêm da cidade, compram um pedaço de terra, moram durante um tempo e depois mudam. “Agora não sei quem está morando aqui, mas já está de mudança”, Joice se referindo aos moradores de uma casa em que os móveis estavam sendo organizados em um caminhão para a mudança.

Pilar Rocha (2008), aponta a compreensão dos moradores mais antigos de Marmeleiro sobre quem é de dentro e quem é de fora do faxinal. Explica que a relação entre as famílias sustentam as relações comunitárias

> É considerado ‘de dentro’ do faxinal uma família ou grupo familiar que possui laços de parentesco com os moradores do Marmeleiro. São laços que se estendem e se perpetuam mesmo a grandes distâncias do faxinal (...) Os moradores conhecidos como ‘novos’ na comunidade, apesar de participarem das reuniões e das decisões dos problemas do Marmeleiro, não são bem vistos, sendo tratados mesmo como intrusos, uma vez que não se acredita, conforme a maioria dos entrevistados, que eles se ‘importem’ realmente com os problemas da região (PILAR ROCHA, 2008, p. 12).

De acordo com a autora, o termo “todos nós” se refere aos parentes que moram na comunidade há muito tempo e estão aliados entre si. Assim, formam uma rede de parentesco e de alianças em que o pertencimento à comunidade e o pertencimento a um grupo de parentesco estão indissociáveis. Nesse sentido, sugere que não é o espaço físico que define se um indivíduo é ou não da comunidade, mas as relações de parentesco e as relações rituais.

Mesmo sem uma imersão e estudo aprofundado na comunidade, sentimos as relações de parentesco como norteadoras da configuração do território de Marmeleiro de Baixo, evidente na apresentação das famílias destacadas pelos jovens. Se tomarmos a definição da pesquisadora, podemos sugerir que a família de um dos jovens entrevistados é entendida como “de fora”. A partir deste elemento podemos compreender, em certa medida, os posicionamentos assumidos por ela sobre o faxinal.

Essa percepção sobre as relações entre familiares não foi percebida na Linha Brasília, tendo em vista que aqueles que são tomados como “os de fora” são assim caracterizados devido ao desrespeito dos acordos faxinalenses. O distanciamento e estranheza das pessoas que vêm morar no faxinal, chamados “chacareiros”, é presente na comunidade, no decorrer do percurso comentado, os jovens identificaram o uso de agrotóxicos na área comum, ação que contraria os acordos comunitários. Apontam como sendo uma séria dificuldade, pois como não conhecem a história e costumes da comunidade fazem o que bem entendem, desrespeitando os moradores.

A história da comunidade de Linha Brasília é forte na memória dos jovens. Fatos marcantes que envolveram os antigos moradores, a serraria que querem transformar em museu, a grande extensão de terras, outrora ocupadas pelas áreas de uso comum. Em relação ao início da comunidade, o atual presidente da Associação, comenta no final da roda de conversa.

> O nome linha Brasília vem da relação preconceituosa, racista que os imigrantes tinham com os nativos que já moravam aqui. Eles sempre brigavam, quando um brasileiro vinha na estrada os imigrantes já falavam ‘vai dar briga’. ‘Oh os brasileiros’, ‘oh os Brasília’, ‘já vai dar briga’. Os polacos e ucranianos tinham raiva dos nativos que eram escravos e indígenas principalmente. Os nativos tinham raiva dos imigrantes por eles terem pego o território, se apossaram das terras. Brigavam bastante (...) os faxinais já existiam antes da chegada dos imigrantes. Como a mata era muito fechada eles soltavam os animais, especialmente cavalos, para limpar por baixo. Os cavalos eram vendidos para o exército, na época era proibida a criação, mas como eles ficavam no interior do mato ninguém via (...) A plantação era realizada nas lombas porque a vegetação era mais fina e conseguiam contar com o machado e a foice, além disso a terra era mais produtiva.

Estes relatos estão baseados nas narrativas dos moradores mais antigos da comunidade.

A história da família de um dos jovens, que estava na roda de conversa, confirmou as informações sobre o início da comunidade. Ele tem quinze anos e mora desde que nasceu no faxinal. É o mais velho da casa de três irmãos. Descendente de caboclos, conta que os bisavós já moravam na comunidade antes dos imigrantes chegarem. Eles possuíam bastante terra, porém parte dela foi vendida pelo seu bisavô e a outra foi perdida pela avó em troca de bebida alcoólica. Atualmente a família não tem terra própria para produzir e alugam área de plantar. Para conseguir dar conta do trabalho o jovem está plantando em conjunto com um amigo. Comenta que o amigo tem sido parceiro, pois ele vai para aula no período da manhã, e, mesmo assim, eles dividem a produção igualmente. Relata que antes de alugarem essa área viviam de trabalhos para terceiros, agora espera conseguir renda da produção de feijão.

No percurso comentado, em cada casa que passávamos os jovens davam detalhes sobre as pessoas que moravam. O nome dos moradores e suas histórias foram relembradas, a cuidadora da capela, o homem que mora sozinho há anos em uma imensa casa de madeira e é feliz por ter uma vida tranquila, a casa do presidente da associação, que é o responsável pelas coisas boas que estão acontecendo na comunidade, a família que está recebendo visita dos famílias que moram nos Estados Unidos, a mãe da vereadora mirim que tem levado para a câmara de vereadores a necessidade de “olhar” mais para os faxinais. Cada pessoa encontrada recebe sorrisos, acenos, cumprimentos, como se fossem de casa.

Notamos que a comunidade possui uma dinâmica com reuniões na associação, visitas entre vizinhos e familiares, celebrações, jantares, ceia, bailes, festas, etc. Os jovens participam de todos estes espaços, porém passam mais tempo junto devido a troca de dias de trabalho e atividades nos finais de semana, “Todo final de semana estamos juntos, inventando alguma coisa, na maioria das vezes ficamos aqui na cachoeira brincando, às vezes dançamos. Colocamos som e dançamos ali em baixo (apontando para o rio)” (Ana).

Existe um sentimento de responsabilidade entre os jovens, que se estende para os outros moradores da comunidade e até para as pessoas da cidade. Marcos conta que morou um ano em outra cidade, precisava trabalhar, entretanto não conseguiu se acostumar: “Fez uma falta imensa, faz bem pra gente. Ser responsável por alguma coisa na comunidade”. As perdas ligadas à comunidade e as pessoas são sentidas por eles, Marcos conta sobre as pessoas migrarem:

> Até agora estava fazendo o painel de foto vi a foto do ano 2000 das missões. A gente se emociona, na formatura de dança nossa tem foto, a gente se emociona, a gente se anima. Por mais que esteja, se esparramou bastante, era bem mais unido, o pessoal foi embora. Mas a gente não larga, é uma história que você ajudou a construir, é muito massa (...)Tipo lá em casa são cinco irmãos, só está eu em casa. Tenho irmão gêmeo, é difícil ficar longe e é por falta de renda dentro da comunidade e é uma coisa difícil de resolver. Até chegou um homem agora que morava aqui dentro da comunidade e foi embora por falta de renda. Quando sai alguém de dentro da comunidade é muito ruim, a gente se sente mal porque poderia ter feito alguma coisa e não fez, um apoio, uma conversa a mais. É difícil quando sai, quando entra é bom, mas quando sai...

Sentimos na fala de Marcos a corresponsabilidade pelas pessoas que moram na comunidade, infelizmente sozinhos não conseguem gerar renda para manter as pessoas, aliás, nem há sequer a garantia da própria permanência. Lembramos que todos os irmãos e irmãs de Marcos passaram pelo processo de migração e ele mesmo foi forçado a trabalhar na cidade, sendo que seus amigos poderão passar pelo mesmo processo. A perda de pessoas pelas condições econômicas preocupa os jovens, especialmente por colocar em xeque a própria comunidade. Na fala de Ana:

> Como está, jovem nenhum vai querer ficar e aí a gente se pergunta: quem vai ficar? Os velhos irão morrer, quem levará isso em frente? Os jovens não vão ficar aqui trabalhando na roça sem ganho nenhum. Como dizem, as coisas só estão aumentando, os preços e tudo, e como será quando chegar a nossa vez? Precisa ter uma renda mais ou menos.

Para os jovens, colocar em risco a comunidade é colocar em risco as pessoas que moram na cidade, já que elas precisam da produção de alimentos. Marta relembra: “se os jovens não ficarem no campo, mais para frente a cidade não terá comida. Porque os do campo que produzem comida e mandam para o comércio da cidade”. Com tom de indignação, Ana complementa:

> E ainda as pessoas perguntam: “Nossa por que vocês continuam na roça sofrendo igual uns burros?” Ae eu pergunto: “Da onde você acha que vem a comida? Você acha que tudo é produzido nas máquinas?” Muitos não têm noção e não procuram entender, eles preferem ignorar.

O distanciamento entre cidade e campo, a falta de conhecimento e o preconceito formam um verdadeiro obstáculo para a valorização do trabalho dos camponeses e da produção de alimentos. Junto com a revolta os jovens expressam o desejo de ficar na comunidade, porém sabem que não dependem somente deles, precisam de renda para se manter, “e como será quando chegar a nossa vez?” (Ana). Atualmente, contribuem em casa e compartilham as despesas com a família,

entretanto, essa condição não durará para sempre. Paira no ar a tensão, “o que eu tenho medo é de virar fazenda os faxinais, esse é meu maior medo” (Marcos). Medo constante por experiências de outros territórios e pela falta de apoio de programas e políticas públicas. Ana desabafa: “Até porque é até possível pessoas que estão aqui quererem sair, se não acontece nada de diferente, se não melhora, por que as pessoas irão continuar? Vão procurar alguma coisa em outra parte. E pode acontecer o que aconteceu onde o Daniel morava”.

Além da preocupação com a própria comunidade e seus moradores, os jovens sabem que mantém a cidade, tanto pela produção dos alimentos quanto pelo cuidado do meio ambiente, especialmente das nascentes e rios. Marcos explica sobre o trabalho que vem tendo com as nascentes que dão início a um dos rios que abastece a cidade.

> Algo que marca muito é que esse rio nasce lá nas nossas lavouras onde eu e meu pai plantamos. Eu cuido o máximo da nascente. Ele vem, vem reunindo (...) Nasce lá, boa parte. Essa água aqui eu garanto que 80% é pura, essa cor é assim por causa da terra. Ainda né? 80%. Tem peixe ainda! Só que agora é muito veneno que o pessoal usa na soja. Eu penso no pessoal que está na cidade, se eu cuidar da nascente, eu faço o bem para o pessoal da cidade.

As nascentes dos rios que abastecem a cidade de Prudentópolis estão presentes em vários terrenos ao redor da comunidade, inclusive no de Lucas, que também protege e mantém a vegetação ao redor. Esses cuidados são fonte de realização para os jovens: “Você chega aqui e pensa que é uma coisa que eu estou cuidando e se eu não tivesse cuidando lá (...) estaria diferente” (Ana).

Outro ponto destacado pelos jovens é a perda do território que forçou as famílias a reduzirem os animais, enquanto que aquelas que não tinham terras e ficaram fora do território de uso comum, tiveram que migrar por não ter lugar para morar. As várias perdas vivenciadas são indícios de que o faxinal também está ameaçado. As falas nos apontam para uma possível saída dos moradores, que, por inúmeros motivos, são impelidos a saírem de um lugar onde desejam permanecer. Sabem o destino de quem vai para a cidade; lá não encontram uma situação fácil. A maioria vai sem formação e consegue somente subempregos, passa a morar em bairros sem saneamento básico e com falta de estruturas.

> Para dizer a verdade, onde nós estamos é o paraíso. Por mais que seja desconhecido, não seja reconhecido, eu tenho orgulho de morar aqui. Em certo ponto, a gente pensa em largar tudo e sumir pelo mundo, mas a gente ouve os outros que passaram necessidade, tinham uma vida boa aqui e foram para outro

> lugar e agora passam necessidade [...] Então, eu não troco aqui por nada. Talvez, quando eu me formar, por necessidade, eu tenha que sair, meus pais irão ficar velhos, não poderão trabalhar, mas se eu não precisar, por aqui eu fico.

Nas fotos separadas por Marcos para comporem o mural que será exposto na celebração de Natal, ele apresenta os amigos que tiveram que sair para trabalhar na cidade. “A saudade e o sentimento de tristeza é grande. Fazem muita falta. Alguns foram estudar e não tiveram como retornar, outros saíram para trabalhar”. Além das condições difíceis ligadas a emprego e moradia, as pessoas que mudam sofrem por não se acostumarem com a vida na cidade.

Marcos sinaliza para a casa de um dos seus irmãos, construída próxima à casa dos pais. Ela fica fechada a semana toda, “Tem morador somente nos finais de semana (risos)”. Conta que o irmão não conseguiu ficar na comunidade, não tinha renda suficiente para manter a família, por isso foi obrigado a procurar emprego e mudar para a cidade. Assim como Marcos, seu irmão não conseguiu se acostumar, e, para amenizar a saudade, volta todos os finais de semana.

Em relação às perspectivas de futuro ligadas à comunidade, desejam que tenham estruturas que possibilitem que eles, seus familiares e demais moradores a continuarem ali. Querem restaurar o moinho e torná-lo um museu, consideram que a construção, os equipamentos e as ferramentas fazem parte da história do local. Os jovens e a coordenação da associação começaram a restaurá-lo, querem que as pessoas visitem o espaço, conheçam e valorizem a comunidade.

Sobre as perspectivas de futuro para si, Lucas afirma que gostaria de “continuar os estudos, fazer veterinária. Não para sair, para fazer, voltar e trabalhar na comunidade”. Planeja continuar produzindo alimentos orgânicos e, com a venda, manter a família e parar de produzir carvão.

Marcos aguarda ansiosa a documentação dos terrenos, assim terá mais autonomia para fazer o que considera melhor nas áreas que lhe couber, “Quero encher de mato para proteger melhor as nascentes”. Quando chegamos próximo à nascente, que outrora tinha comentado, emocionado conta “tomo água assim (tocando na nascente), direto da fonte. Aqui pra mim é um lugar sagrado que sempre cuido. Essa fonte nunca secou (silencia). Cada árvore, cipó tem uma história, eu conheço todos”. A relação de Marcos e dos outros jovens com a natureza é complexa, profunda e de intensa interdependência, por isso ela é imprescindível em seus planos futuros.

Marcos complementa sobre o futuro, “Imagino as árvores que já estão crescendo estarem ainda maiores. Quero continuar sendo produtor de alimentos, mas quero trabalhar com agroecologia”. Diz não precisar de muito para viver, apenas continuar onde seu pai está. Afirma que tudo o que aprendeu foi com o pai, este

conhece os ciclos da natureza, épocas de plantar, biofertilizantes e tecnologias para produzir os alimentos. Já Ana aponta:

> Quero continuar aqui, ajudar meu pai e parar de usar agrotóxicos, se for pensar é difícil, mas se parar agora vai mudar o futuro, acho que vale a pena. Como os meninos sempre dizem, se eu quiser ficar aqui terei que casar com alguém daqui, com um faxinalense. Quero fazer estudos, se formar e voltar para a comunidade, ajudar, trazer coisas novas, sair para voltar e voltar melhor.

A situação de Ana e Marta é mais difícil que de Lucas e Marcos. Por serem mulheres, na maioria das vezes, acabam não acessando as terras e equipamentos da família, geralmente o acesso se dá após ou próximo à morte dos pais. Até lá, quem utiliza os bens acumulados pela família são os filhos homens. Por isso, para garantirem sua permanência na comunidade terão que encontrar alguém com quem possam dividir as despesas, um homem que tem acesso aos bens e terra da família. Infelizmente, ainda são fortes as relações hierárquicas entre os gêneros. Em relação à herança, geralmente, não são grandes, pois já houve uma divisão com os pais e poucos conseguiram comprar mais terras. Nesta geração, as áreas serão redivididas, fato que pode torná-las insuficientes para a manutenção da família no campo.

As jovens assentadas também vivenciam esta problemática, entretanto, o dilema entre ficar e sair é mediado com mais força pelo peso da autoridade paterna. Autoridade que cria mecanismos de vigilância e controle na família, no assentamento e espaços que frequentam. O controle é exercido enquanto a jovem estiver vivendo com os pais, fator que reforça a saída de casa e do assentamento como forma de alcançar autonomia. Nesse sentido, a saída em função do casamento, pode representar a busca de autonomia (CASTRO, 2005).

No que diz respeito à comunidade de Marmeleiro de Baixo, podemos perceber que os jovens entrevistados se sentem incomodados com a forma de organização do faxinal. Os sinais podem ser percebidos pelas estratégias explicadas de como fazer fechos e não ser pego por denúncias, pela compreensão dos espaços privados dentro do uso comum, pela pista de laço, e pela plantação de milho como algo necessário e um direito do morador. Nesse sentido, entendem-se as críticas ligadas aos acordos comunitários e ao próprio movimento, já que os jovens entrevistados não veem sentido na manutenção do uso comum das áreas. As críticas sugerem o faxinal como algo do passado, atrasado, “Temos que falar do mato-burro, ele é um dos principais símbolos do faxinal, é do tempo medieval (risos)” (André). Além disso, a impressão é de que os acordos comunitários é um transtorno os moradores, pois considera que o “território livre” é para o lado de fora do faxinal.

A liberdade, neste contexto, pode ser relacionada aos ideários da propriedade privada, em que cada família ou pessoa define o que fará ou não fará em suas terras. Estas diferentes formas de compreender a apropriação do território são o motor de muitas brigas e discussões entre os moradores da comunidade e representantes do Movimento APF, fortalecidas pelo acesso de algumas famílias às políticas de crédito para aquisição de implementos e máquinas, para cultivo de monoculturas. Com isso, não estamos defendendo que as comunidades faxinalenses e camponesas não precisem de tecnologias; precisam, e muito. Porém, de tecnologias que valorizem a biodiversidade local e cultural, respeitem a natureza e gerem soberania e autonomia para as comunidades.

Em relação ao futuro, os jovens das duas comunidades planejam estudar e voltar para a comunidade, expressam gostar do local em que residem. Entretanto, para os jovens de Marmeleiro de Baixo, a continuidade do faxinal não é um objetivo. Já para os jovens da Linha Brasília, a manutenção do faxinal é um desejo e necessidade para a permanência deles, de suas famílias e dos demais moradores.

5. Conflitos, pressões e resistências: os jovens e a comunidades em movimento por suas perspectivas de futuro

Neste capítulo buscaremos fazer uma síntese do sofrimento, das pressões e dos conflitos vivenciados pelas comunidades investigadas, elementos que podem gerar uma desarticulação psicossocial das comunidades e de seus moradores, assim como apresentaremos as ações de resistência construídas por elas, a fim de melhor compreender as perspectivas de futuro indicadas pelos jovens faxinalenses.

Cabe lembrar que o objetivo principal desta pesquisa é conhecer e apresentar as perspectivas de futuro que os jovens faxinalenses possuem para si e para as comunidades em que vivem. Daí a necessidade de compreender a história dessas comunidades, o contexto que sustenta as relações que os jovens estabelecem com elas, as pressões e conflitos presentes na relação com a sociedade, as estratégias utilizadas para resistir aos antagonistas, os fatores que influenciam as resistências, as mudanças ou adaptações geradas pelas resistências ou pressões, e as condições oferecidas pelas comunidades para a uma possível permanência dos jovens e de suas famílias no território.

No início do contato com as comunidades, o que saltou aos nossos olhos e nos afetou foram as sensações espinhosas, as limitações vivenciadas pelos jovens e demais moradores dos faxinais. Perguntava-me naquele momento: a terra faxinalense

se tornou infrutífera? Onde estão as possibilidades de permanência e de produção? A venda de terrenos próximos às áreas de uso comum em Linha Brasília, o fantasma de ficarem ilhados, ronda constantemente os jovens e anuncia a possibilidade de serem expulsos, como dizem, “de quieto”. Esvaziamento e infertilidade podem tomar seu território. Seria a desarticulação psicossocial da comunidade e de seus moradores batendo à porta?

As perdas são marcas que pesam na história da comunidade. A diminuição das áreas de uso comum causou a migração forçada de famílias para a cidade, ou, no melhor dos casos, para outras comunidades camponesas. Aqueles que ficaram têm que se adaptar às perdas de pessoas, espaço e animais:

> Aqui tinha muito porco, cavalo, tudo que tipo de animal. Mas na época a área passava do outro lado do asfalto, se sumia pra lá (apontando com o braço). Agora estamos ficando espremido. Primeiro veio o asfalto, depois o pessoal foi tirando pra abrir pras lavouras, daí fechou ali em Marcondes. Restou nós, e se depender isso aqui não vai terminar (Presidente da Associação da comunidade).
>
> A mãe conta que lá perto onde nóis morava (Jesuíno Marcondes) tinha muito mais família. Eles foram embora, né? Não tinham terra e quando fechou o faxinal não tinham como ficar. Nisso a gente pensa, nós temos um cantinho e quem não tem vai pra onde se isso aqui acabar? É só quem não tem coração pra querer acabar com tudo isso aqui (Ana).

A perda do território se transforma em perda de gente e da gente, pois a perda de outros faxinalenses é sentida amargamente na alma daqueles que ficam. “Vai dando uma tristeza na gente essa época de final de ano, a gente lembra quantos não estão mais aqui, quantos saíram e não puderam voltar. Dá uma raiva, revolta. Bem que o (cita nome presidente da associação) somos um povo que sofre” (Marcos). “É como você (olhando para Marcos) falou, parece que cada um que sai é um pedacinho da gente que vai junto” (Ana).

A reflexão sobre o êxodo forçado é pensada e sentida a partir das lembranças dos que lá já estiveram, dos momentos vividos. Raiva conjugada com a sensação de impotência perante tamanha força excludente, forças que podem ou não ganhar forma de luta e reivindicação - no caso da Linha Brasília, por vezes, ganham. O sofrimento é vivenciado no cotidiano, sai da narrativa bíblica que a explica e justifica a partir de uma recompensa futura, fortemente ritualizada nos cerimoniais de domingo. No entanto, os espaços continuam vazios na capela, na novena, nas casas, nas propriedades sem as famílias. Só restam as fotos antigas montadas no mosaico da comunidade que será

levada nos festejos da última novena de Natal e que reavivam e atualizam as lembranças; amenizam a saudade.

Para aqueles que chegam à comunidade a sensação é de tranquilidade. Para os que lá vivem, porém, a sensação em relação ao lugar é de esquecimento por parte dos poderes públicos.

> Parece que não existimos pra eles (políticos), nunca fizeram nada por nóis. Se estamos conseguindo alguma coisa é porque tem gente correndo atrás pra trazer. Em época de eleição aparecem, são bonzinhos, fazem promessas, mas depois não tão nem aí (Ana).

Além do esquecimento, a desigualdade anunciada na forma como as leis ambientais são efetivadas é outro fator que prejudica as comunidades. Ao chegar às áreas de plantar, a fala de Marcos é atravessada violentamente pelo ronco de motores. O dissenso e a morte encostam em seu pedaço de terra. Para aumentar a dor, por vezes o vento canalizava o som dos motores e o barulho das árvores sendo arrancadas; aflição. O cuidado com as nascentes, rios, árvores, faz divisa com o desmatamento e a morte dos mesmos.

> Você tá vendo aquela área mexida, tão limpando, tão abrindo há meses e vai derrubar tudo até aqui (apontando com o mão). (...) Já denunciamos, mas você acha que eles pegam rico, vão atrás de fazendeiro? Eles calcam antes de começar e ninguém vê nada, agora se um de nós derrubar um pinheiro para construir uma casa, se prepare, vai pagar multa e até ir preso, é dois peso e duas medida. A lei só vale pros pequenos. (Marcos)

Em um sistema político representativo, onde imperam estratégias mercadológicas de se chegar ao poder, torna-se evidente o distanciamento entre o poder público e as comunidades. Políticas públicas construídas sem os sujeitos, que precisam ”correr atrás”, ou esperar as “épocas de eleição” para serem agradados pelos pretendentes ao cargo. Problema presente também em Marmeleiro de Baixo: a lei municipal determina que o ICMS Ecológico deve garantir um repasse mínimo para a comunidade, mas há mais de dois anos os recursos não são repassados. Juntamente com a corrupção, as diferenças na forma em que são efetivadas as leis ambientais privilegiam, novamente, um grupo em detrimento de outro.

A eliminação das condições de permanência na própria terra é uma tendência desenraizante. Os faxinalenses são expropriados de sua própria vida, da capacidade de conduzi-la autonomamente e encontrar nela seu sentido. Ficam sujeitos a uma das piores formas de escravidão que advém da perda de autonomia para definir o que é importante ou não no planejamento e condução da própria vida (WEIL, 2001).

A perda de terra, de pessoas, de produção, e as diferenças na efetivação de leis ambientais pressionam as comunidades e seus moradores. Como seguir resistindo sem renda? Por que tantos faxinalenses foram embora? “A maioria foi por renda, não tem outra coisa, e quando é depois de um tempo voltam, ninguém fica longe” (Marcos). “A gente é desvalorizado, meu pai sempre diz que o que produzimos na roça não tem valor, mas as pessoas não conseguem ficar sem né? diferente do que é produzido na cidade que tem sempre mais valor e nem sempre é necessário” (Ana).

O valor. Vale o que é utilizável e serve o que se adequa ao sistema. Feijão, milho, os roçados, qual é o valor deste trabalho? Afastados dos mercados e dos beneficiamentos, tomados em inábeis produtores rurais, torna-se fácil a desvalorização e a perda de contato com consumidores, comércio; torna-se fácil a perda de possibilidades de beneficiar seus produtos. Alguém faz isso por eles, alguém transforma a rusticidade do feijão em saco em feijão embalado em plástico, em lata de feijão pré-cozido, um produto “mais adequado” às necessidades dos novos consumidores urbanos, movidos pela pressa e praticidade. O valor está na transformação do alimento, e não em sua produção. Inversões.

Dois reais é o preço do “arcaico” e “medieval” feijão, enquanto que 6 reais é o valor da prática e fina mercadoria exposta nas gôndolas dos supermercados. Donos da compreensão de uma pequena parte da cadeia de consumo, mas que se impõe as dificuldades de acesso aos mercados, isolados fica fácil ser convencido de que seus esforços não têm valor, que o fruto de seu trabalho não lhes dá renda. Em uma sociedade mediada pelas relações mercadológicas, onde se vale a medida que se tem, ser camponês faxinalense imprime uma marca que o situa em um lugar social da produção desvalorizada e antiquada, sujeito sem valor, rebaixado.

> Não saímos muito, quando precisa vamos pra cidade. Sempre vai eu ou minha irmã e meu pai, minha mãe não gosta de ir (risos). Acho que ela tem vergonha, ir em loja então ela tem pavor, parece que as pessoas não querem atender, ela diz que as pessoas atendem com desgosto. (Marta).

Seja em cidades maiores ou menores, de longe se reconhece quem é camponês faxinalense: o jeito de andar e de se vestir, as marcas no corpo e no rosto indicam fortemente o lugar social. Em cidades menores, como Prudentópolis e Rebouças, essa informação não passa despercebida. “As pessoas não conhecem nossa comunidade, só olham de fora e têm muito preconceito. Falam que nossos animais são contaminados, têm vermes, que aqui só tem gente pobre, olham de um jeito diferente” (Ana).

Trata-se com menosprezo aquilo que não é reconhecido como igual. Ouvi denúncias de relações desiguais e preconceituosas, outra vez, de uma das mães dos jovens:

> Ir para a cidade é um sofrimento, o pessoal de lá anda no salto. A gente é como dizem “bicho do mato”, tem as unhas encardidas de lidá na horta, na roça, precisa ficar escondendo. Minha sola é partida de andar descalço, quando vai provar um calçado ficam olhando. Antigamente quando via que era lavrador nem iam atender, agora já tá mudando, sabem que quando vamo compra, compramo, diferente do pessoal da cidade que se olha, olha e não leva nada.

Indiferença e desrespeito são sensações que geram vergonha e mal-estar, e contribuem para a experiência de humilhação social. Fenômeno que ocorre em uma situação de desigualdade, em que um grupo rebaixa, deprecia, desrespeita outro e o trata como subalterno. São mensagens arremessadas em cena pública, seja na escola, trabalho ou na cidade. São gestos ou frases que penetram e não abandonam o corpo e a alma do rebaixado, que guarda a estranha e perturbadora lembrança de quem a eles se dirigiu como quem se tenha dirigido ao inferior . Processo alicerçado na história de classe, que, neste caso, acompanha camponeses e faxinalenses, efeito da desigualdade política, longamente sofrida pelos seus familiares e grupo (GONÇALVES FILHO, 1998, 2004).

> Quem se dirige ao pobre como a um inferior saberia dizer o que lhe autoriza rebaixar com tanta naturalidade? Saberia dizer onde foi que começou o rebaixamento? Onde começou todo este desequilíbrio político, onde foi que começou a imaginária superioridade destes senhores impunes e a imaginária inferioridade destes servos compulsivos? Quando foi que tudo isto tornou-se tão sólido? Como foi que se formou o imaginário da desigualdade e quando foi que realizou sua encarnação? (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 141).

A educação que poderia ser instrumentalizadora de mudanças e de consciência, que possibilitaria acesso a experiências de outras comunidades, grupos, politicas públicas, une-se às forças que pressionam e desvalorizam a cultura faxinalense e seu modo de vida. Torna-se instrumento de violência para com aqueles que já estão marginalizados.

> Parece que as pessoas querem que a gente sinta vergonha de morar aqui, na escola várias vezes a professora fez comentários desmerecendo nosso jeito, como falei, tem gente que não sabe e não entende o que fazemos, e, pior, não quer entender (Ana).

Lucas preocupa-se e busca consolar Ana: “Não dá para ligar, tem que fingir que não ouve”. Possivelmente Ana já tenha usado a estratégia de ignorar, porém essa estratégia não elimina o sofrimento. Como ela mesma complementa: “É, dá pra ignorar, mas a gente ouve e sente” (Ana). A humilhação é uma modalidade de angústia que se dispara a partir do enigma da desigualdade de classes. Dessa forma, ignorar não é sinônimo de não sentir, pois o que se procura ignorar são forças externas e internas mais fortes que o próprio sujeito.

> Não é humilhado porque sente ou imagina sê-lo: o sentimento e a imaginação estão fincados numa situação real de rebaixamento. A situação imediata é sempre a situação mediada pela longa história de rebaixamento que atravessa sua classe e atravessa sua família. (GONÇALVES FILHO,1998, p. 44).

A manutenção das tradições acaba sendo interpretada como atraso, marcado pela distância em relação aos “avanços” da agricultura com uso de máquinas, abertura de áreas, plantio em grande escala, agrotóxicos, insumos e sementes transgênicas. Todo esse conjunto que caracteriza outro modelo de vida e produção contraria a permanência da mata nativa, dos animais criados em extensão de área.

Nesse cenário, a educação na verdade deseduca. Vai na contramão do desenvolvimento local e ambiental, abraça e põe-se a serviço de interesse das corporações transnacionais, que desconsideram tudo que não lhes gere lucro. A dicotomia entre atraso e moderno faz com que as pessoas compreendam a história de forma linear, como se o moderno fosse sinônimo de avanço. As aulas de história dadas nas escolas onde os jovens estudam lhes situam no tempo, que nesse caso refere-se a um tempo passado, onde um sistema foi importante em determinada época, porém hoje é tido como obsoleto, arcaico, desmerecendo o potencial de vanguarda que carrega. A resistência parece uma teimosia, uma afronta à ciência, aos novos conhecimentos e técnicas. Às vezes, como já notamos, comparações medievais surgiam: “o mata-burro é uma coisa bem histórica, dos primórdios da Idade Média (risos), mas ainda é usada, é a divisa” (André).

Um dos fatores de desenraizamento é a educação moderna que se desvincula da vida real, é “orientada para a técnica e influenciada por ela, formada de pragmatismo e fragmentada pela especialização” (WEIL, 2001, p.46)

> O que se chama hoje instruir as massas é pegar essa cultura moderna, elaborada num meio tão fechado, tão doentio, tão indiferente à verdade, tirar-lhe tudo o que ela ainda possa conter de ouro puro, operação que se chama vulgarização, e

> enfornar o resíduo tal e qual na memória dos infelizes que desejam aprender, como se enfia comida pela goela dos pássaros.

Ao invés disso, deveria ter vínculos com o trabalho daqueles com quem os jovens convivem. Aos jovens deveria ser permitido frequentar o ambiente de trabalho de seus pais, ou daqueles que lhes são próximos, para que fosse possível o aprendizado daquele tipo de trabalho. Os conteúdos ensinados deveriam estar completamente vinculados à realidade vivida pelos educandos, para que pudessem ter algum sentido. Segundo Weil (2001, p. 45):

> Acredita-se que um pequeno camponês hoje, aluno da escola primária, sabe mais do que Pitágoras, porque repete docilmente que a Terra gira em torno do Sol. Mas de fato ele não olha mais as estrelas. Esse sol de que lhe falam na aula não tem para ele nenhuma relação com aquele que vê.

Essa forma de transmitir o conhecimento na civilização industrial contemporânea exclui o caráter territorial do ser humano. É um conhecimento desterritorializado, completamente desvinculado do contexto sociocultural e de tudo o mais que é efetivamente parte da vida das pessoas; é desenraizante. Como consequência, essa educação reforça a hegemonia do meio técnico-científico-informacional, auxilia na perda de autonomia das pessoas para gerar e adquirir os conhecimentos necessários às suas vidas (WEIL,2001).

Senti as mãos e os pés atados; uma impotência diante das demandas históricas de um povo. Angustiada, queria que visualizassem a potencialidade que percebia nos seus trabalhos, gostaria de fortalecê-los, animá-los. Não foi possível, precisava experimentar seus conflitos, desafios e angústias para compreendê-los. As pernas pesaram mais, os passos se tornaram curtos e custosos, o percurso, demorado. Entrar no cotidiano dos jovens e da comunidade exigiu suportar a dor de violências, preconceito, esquecimento e desvalorização.

Experiências sustentadas por raízes comuns, transmitidas pela mesma seiva que circula nos jovens e na comunidade, e, que, por vezes, circulou em mim. O enraizamento não é um fazer isolado, individual, mas ocorre em um contexto, no seio dos processos comunitários e socioambientais. A vida comunitária não ocorre no vazio, está atrelada a um território para fincar suas raízes (ARDANS, 2014).

Em Marmeleiro de Baixo, as experiências foram outras. A sensação foi de que nossas raízes não nos uniram: apesar da proximidade com os jovens, o distanciamento deles em relação à história da comunidade e a desvalorização do

modo de vida faxinalense se tornaram mais dolorosos do que sentir as perdas históricas que já tiveram.

As planas e férteis áreas ao redor do faxinal do Marmeleiro enchem os olhos daqueles que veem na monocultura o sinônimo de renda e desenvolvimento. Lógica que expulsa camponeses e faxinalenses de seus territórios. A família de Joice vive parte dessa lógica. Apesar de morarem no faxinal, são proprietários de consideráveis áreas fora dele, plantam soja, milho, tem gado de leite e alguns implementos agrícolas. “É como meu pai diz, as áreas (de uso comum) são mantidas porque o pessoal pegou costume, mas lucro não dá” (Joice).

A compreensão de que as áreas de uso comum são um atraso e “não dão lucro” foi e continua sendo um dos motivos dos conflitos e ameaças ao faxinal provocada pelos novos moradores vindos de outras regiões, os chamados “gaúchos”. Quando compraram as áreas consideravam que poderiam fazer o que quisessem nelas, como destocar e limpar.

> Teve muito conflito com a chegada deles (moradores vindo de outras regiões), eles não entendiam nossos costumes, os acordos, iam pra delegacia dar parte dos animais, iam pra prefeitura, fechavam as áreas. Não entendiam que tem muita gente aqui que precisa delas pra ter os animais, não tem terra. Pra eles é cada um por si e quem não tem não tem, mas a gente pensa diferente (Liderança da comunidade de Marmeleiro de Baixo integrante APF).

Se é difícil remar contra a maré, isto é ainda mais custoso se no mesmo barco as pessoas não remam na mesma direção. Conflitos internos disputam a energia de resistência. Os novos “faxinalenses”, ditos “gaúchos”, moram e convivem no faxinal, tem os pés na terra faxinalense, porém seus ideais estão em outro lugar. Educam as novas gerações apontando as fragilidades e as oportunidades de desenvolvimento perdidas. Indicam os faxinais como se fosse apenas uma questão de costume antigo que precisa ser superado, em que todos ganhariam com isso. Quem ganha? Ou, ainda, quantos ganham e quantos perdem?

Diferenças no uso da terra, já apontadas por José de Souza Martins (1983) na década de 80. Os grandes proprietários e grileiros têm como característica principal tratar a terra apenas como mercadoria, em que a terra passa a ser negócio mediado pelo capital. Para os camponeses, a terra é trabalho. Diria que para as comunidades tradicionais a terra é a vida. Sujeitos integrados com ela e com outros sujeitos, dela

tiram o sustento e muito mais, ela carrega a razão da existência, a sua história e as projeções de futuro.

Há também antagonismos na maneira de compreender o território: apropriação ou propriedade? Existem claras diferenças entre apropriar e dominar ("possessão", "propriedade"). A apropriação é um processo mais simbólico, agrega marcas do "vivido", do valor de uso. Já a dominação é mais funcional, ligado ao valor de troca. Nas palavras de Lefebvre (1986, p. 411-412):

> O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica "apropriação" e não "propriedade". Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos "agentes" que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.

O território possui tanto relações de dominação quanto de apropriação que "desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'" (HAESBAERT, 2004, p. 95-96). Contudo, a dominação se atrelou aos mandos da acumulação capitalista que mingou as possibilidades de apropriação.

É importante considerar que todo território é, obrigatoriamente, com diferentes combinações, funcional e simbólico, pois se exerce o domínio sobre o espaço tanto para realizar "funções" quanto para produzir "significados". É funcional desde a necessidade de ser usado como recurso para proteção ou abrigo para as pessoas, como fonte de "recursos naturais", "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (HAESBAERT, 2004). Nesse sentido, falar de território é falar de apropriação e dominação, processos que nos faxinais parecem caminhar juntos.

> É justamente por fazer uma separação demasiado rígida entre território como dominação (material) e território como apropriação (simbólica) que muitos ignoram a complexidade e a riqueza da "multiterritorialidade" em que estamos mergulhados (HAESBAERT, 2004, p.11).

O preconceito já exercido por professores desavisados sobre o modo de vida faxianelense é incorporado nas interpretações dos jovens. Por vezes, vi assumirem o estigma de faxinal como sinônimo de atraso. A comunidade não é inteiramente deles, pois precisam seguir acordos que não pertencem aos seus ideários, a tão enfatizada "liberdade" não é possível dentro das áreas de uso comum, ao menos, não uma liberdade fundamentada no mercado fundiário dominante. Uma liberdade baseada na

máxima burguesa da livre concorrência; uma liberdade para se fazer o que quiser (desmatar, produzir, poluir, etc.) aparece nesse contexto como sinônimo de interesse individual.

A propriedade privada da terra representa a mediação das relações sociais capitalistas no campo. É por meio dela, como equivalente de capital, que os sujeitos possuem a “renda territorial capitalizada”. Esta permite vincular a produção camponesa às necessidades da reprodução ampliada do capital, e a insere nas leis do mercado. Nesse sentido, o que define as relações sociais como capitalistas é a mediação da renda capitalizada como forma de expressão da propriedade privada da terra (MARTINS,1996b).

Diferenças na forma de se apropriar e dominar a terra. Os embates históricos entre modos de vida deixaram marcas, uniram e separaram perspectivas de futuro. As raízes dos jovens não sustentam o desejo da manutenção deste modo de vida. Quem sabe, para Joice as raízes sempre estiveram plantadas em outro lugar, já para André, que possui a história da família no local, os conflitos e interesses comunitários foram diminuindo junto com o desejo de continuidade.

A violência contra a religiosidade popular e tradicional também contribuiu para deslegitimar o acúmulo passado de geração para geração de homens e mulheres da comunidade. “Benzedeira aqui? Tem né, André? Eu já tomei garrafada, uhm é bom (risos). Mais acho que o povo não vai muito, só quando é coisa simples, tipo quebrante, as outras vão para cidade no médico” (Joice).

A desvalorização do faxinal acompanha a desqualificação das pessoas e dos elementos que o constituem. O conhecimento histórico acumulado pelas benzedeiras, a luta pelo reconhecimento por meio do Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), os saberes, trabalhos e conquistas foram minimizados e sua identificação passa a ser as “garrafadas”, um dos inúmeros fazeres que desenvolvem. Cabe destacar que Rebouças foi o primeiro município do Brasil a reconhecer as benzedeiras (133 em seu território), como profissionais da saúde nos termos descritos como “Ofício Tradicional de Saúde Popular”, e inseri-las no sistema Único de Saúde (SUS).

Isso não quer dizer que os jovens de Marmeleiro de Baixo não gostem de morar na comunidade, o desgosto está nas áreas de uso comum. Reconhecem como uma comunidade boa para morar e fazem planos para continuar lá. Além disso, apontam algo de especial nela:

> Marmeleiro já diz tudo, é doce. Quanto mais você conhece mais quer ficar. Quem mora aqui não quer sair e quem sai sempre volta, você já percebeu isso? (indagando André). Você olha e tem um monte de morador novo, mas vai ver é gente que já morava aqui, se aposentou e conseguiu voltar. Parece que tem uma coisa que a gente não vive sem. É incrível, todo mundo que sai do Marmeleiro volta pra Marmeleiro. (Joice).

Possivelmente, parte desta relação diferenciada que a comunidade possui está entrelaçada com os costumes faxinalenses. O “doce” do acolhimento que a comunidade, mencionado em várias conversas, é justamente a outra face da moeda do chamado atraso. Apesar de não ter a história de seu grupo ligada à região, à comunidade, Joice percebe que tem algo diferente, algo que “puxa” as pessoas de volta ao território. Que ligação tão intensa é essa com a comunidade? Os faxinalenses abandonam a comunidade, passam décadas ausentes, mas, no momento em que adquirem melhores condições financeiras (quando se aposentam, por exemplo), retornam ao lugar de onde não gostariam de ter saído.

O modelo de agricultura “moderna” também trabalha para tornar desnecessária a mão de obra no campo e, consequentemente, coloca em xeque a transição dos conhecimentos ligados aos saberes camponeses. “Quem planta, passa veneno e colhe são os cara que alugam do pai, nós não fazemos nada, só puxamos com o caminhão quando está pronto (risos). Assim é melhor, não precisa se preocupar com nada, só pegar no pronto (risos)” (Joice).

Em contrapartida, as tecnologias e os produtos produzidos na agricultura camponesa continuam carentes de valorização. Os adolescentes e jovens de Linha Brasília dedicam a maior parte do seu tempo buscando sustento para si e suas famílias, fator que interfere no desempenho escolar e na própria viabilidade de cursarem Ensino Superior.

O caminho que vem sendo trilhado pela comunidade Marmeleiro de Baixo parece ser resultante de duas forças que se contrapõe: mudar para manter ou mudar para extinguir-se? Os jovens sinalizam a abertura do faxinal, seu fim: “Aqui a maioria quer fechar, certeza. O que eu digo é: se cair esses que ficam denunciando, querendo tirar proveito da situação, o faxinal acaba e todos vivem felizes para sempre (risos)” (André). Vale destacar que a audiência com o promotor, citado pelos jovens no percurso comentado, ocorreu na comunidade em 2015. A partir de votação ficou definido pela permanência das áreas de uso comum.

Ameaça de ficarem ilhados, perda de território, desvalorização de sua produção, educação estigmatizante, diferentes compreensões sobre a apropriação e

dominação da terra, desvalorização do saber popular e tradicional, e desejo de ter o território “livre”. Estes são alguns dos conflitos e pressões que os jovens, suas famílias e comunidade precisam enfrentar para se manterem futuramente em seus territórios.

5.1 Resistências

A partir das vivências de conflitos, pressões e resistências no passado e no presente, as comunidades e seus agentes vão definindo os contornos do futuro. Se por momentos experimentei angústias e espinhos, (e diga-se de passagem que estes são importantíssimos para as plantas, pois as tornam resistentes, protegem e armazenam energia e água para períodos de estiagem) , por mais vezes fui fortalecida e revigorada com a força e as ações de resistência construídas em Linha Brasília e Marmeleiro de Baixo.

O fortalecimento é um processo difícil e moroso, não é definitivo, porém exige continua mobilização das potencialidades individuais e coletivas das pessoas e grupos nas comunidades. Ocorre na práxis do trabalho comunitário, entre agentes internos e externos ao grupo, pela qual seus membros desenvolvem conjuntamente capacidades e recursos para controlar a sua situação de vida, atuando de forma empenhada, consciente e crítica, visando alcançar a transformação de suas condições de acordo com suas necessidades e aspirações (MONTERO, 2003).

Em Linha Brasília, as pressões, incertezas e revoltas foram mostrando outra face, ancorados em um sentimento de coletividade, na compreensão de que existem determinantes para além deles mesmos e da própria comunidade. Logo de início, notei que os encontros, novenas, festas, grupos de jovens e grupos de dança eram pontos fortes de encontro da comunidade. Neles, o sofrimento vivido e sentido individualmente se ressignifica, transforma e supera o individual em coletivo.

> Foi muito bonita nossa encenação, me arrepio de falar. Eu fiz a Izabel, ela, Maria, e o Marcos, José. Usamos um burrinho de verdade. As pessoas ficaram reunidas aqui, como se fosse a vila. Antes da encenação, combinamos com alguns, eu em cima do burrinho e o José puxando (risos). Quando chegamos onde o pessoal estava reunido, José parava e perguntava se tinha um lugar para passar a noite, dizia que estávamos muito cansados e eu grávida, as pessoas diziam não, não. Até que um disse que podia ficar na estrebaria. Entramos no barracão e fechamos a porta, daí o (cita o nome do presidente da associação) saiu e começou falar. Foi muito bonito, né? Disse de quantas vezes somos rejeitados pela sociedade, por outras pessoas, pelos políticos. Temos que ficar batendo de porta em porta e muitas vezes não encontramos ninguém para ajudar. Que assim como Maria e José carregam a boa nova nós também carregamos, e eles passaram por essas dificuldades,

> pela incompreensão e nós também passamos. Uma porta sempre se abrirá que carregamos a esperança, a natureza, águas, alimentos. Depois ele voltou abrimos as portas. Ali dentro estava um monte de palha e o menininho da (cita nome de uma moradora). A gente fez de tudo para ele não chorar, ficava fazendo barulhos, foi muito legal. (Ana).

Nas comunidades, a religiosidade se transforma em um elemento agregador, uma vez que inúmeras dinâmicas comunitárias ocorrem na sua órbita, de forma que mais do que uma critica simplista, torna-se necessário entender esse elemento no contexto de uma religiosidade popular. Os novos movimentos que tem apoiado suas ações nessas dinâmicas têm conseguido mobilizar mais facilmente o público, a exemplo da Linha Brasília, onde leituras bíblicas acalentam os sofredores, mas também possibilitam a reflexão da situação vivida pelas comunidades. A religiosidade auxilia as famílias a darem outro sentido àquilo que é vivido individualmente, amplia a análise e incorpora outros elementos nas histórias vividas e contadas. Além disso, os espaços religiosos e da associação fortalecem os vínculos entre os faxinalenses, que constroem um sentimento de responsabilidade em manter a comunidade para as futuras gerações. “A gente sempre comenta que é um dever cuidar daqui, é nosso paraíso, se acabar em nóis, vai atingir muita gente. Não queremos mal pra ninguém, nem daqui nem da cidade, é como o (cita nome liderança) fala é cuidar pras próximas gerações” (Lucas).

A apropriação destas leituras tem ligações com a participação das lideranças da comunidade no movimento APF. O atual presidente da associação e o anterior, assim como outras pessoas mais atuantes na comunidade, já participaram de encontros, reuniões e oficinas realizadas pela APF, tanto na própria comunidade quando em outras cidades.

> Teve vários encontros em Irati, Guarapuava e aqui na comunidade mesmo. Eu participei de alguns encontros, um dos primeiro foi pra fazer a cartografia, o mapa da comunidade, discutir nossas dificuldades. O curso que eu comecei (graduação Educação do Campo) também só consegui porque foi pelo movimento. Agora quem participa mais das reuniões é o (cita nome presidente associação), ele sempre tá repassando as coisas para nós, isso é muito importante, a gente sabe que tem mais gente lutando junto. (Marcos).

Como já discutimos, a participação em espaços do movimento instrumentalizou as lideranças a uma leitura mais contextualizada e crítica das passagens bíblicas, haja vista que em todo encontro é realizada uma ou mais místicas, e, no período de início do movimento, existiam cursos de Leitura Popular da Bíblia. Além disso, a APF

orientou sobre os direitos da comunidade possibilitando a intervenção junto a órgãos oficiais, como prefeituras, secretarias, Ministério Público e Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

> Já tivemos que brigar muito pra trazer as coisas para comunidade, o pessoal não repassa o que é de nosso direito. Já perdi as contas de quantas vezes fui na prefeitura cobrar o dinheiro do ICMS ecológico. Quando tem gente disposta vai, mas às vezes a gente precisa explicar pro pessoal e até ameaçar denunciar, isso quando não precisa denunciar mesmo. Mas não dá para reclamar, já conseguimos muita coisa como mudas de frutas, as sementes, sêmem, construímos a cozinha pro beneficiamento, tudo a base da negociação. (Presidente da associação).

> A gente sabe que as cosias que tão saindo aqui na comunidade é porque tem gente por nós, tem o (cita o nome do presidente associação) que sempre está nas reuniões, encontros, na prefeitura, viajando pra lá e pra cá para trazer as coisas para comunidade. Também tem o movimento que fala do nosso lugar, da nossa importância. (Ana).

O movimento também contribui para subsidiar a compreensão de que além dos faxinalenses existem outras comunidades no Brasil e na América Latina que passam pelas mesmas dificuldades, e estão juntas para reivindicar seus direitos.

> Lembro da primeira vez que fui para Brasília, quando vi aquele monte de gente diferente, de outras comunidades, ciganos, pescadores, quilombolas. Eles passam os mesmos problemas que nós, mas agora estamos nos organizando. (Presidente da associação da comunidade).

Enquanto em alguns municípios, o ICMS ecológico é utilizado de forma aleatória, pouco direcionada para ações de desenvolvimento das comunidades, a organização e formação obtidas por lideranças da Linha Brasília possibilitou direcionar os recursos buscando integrar ações. Construir uma cozinha comunitária contribuirá no beneficiamento de alimentos que a comunidade produz, agregando renda e valorizando os alimentos que fazem parte da cultura alimentar das famílias.

Alimentar a comunidade com todas essas discussões mobiliza a consciência sobre a necessidade de se unirem e de que essa união pode resultar em melhorias. Essa união também pode ser observada nas perdas. Se, por vezes, os moradores percebem perdas comunitárias, tal percepção somente ocorre porque existem ligações de pertencimento mútuo e de raízes em comum. O enraizamento perpassa a sintonia com a Terra, e expressa o fato de que o ser humano tem de estar integrado em sua coletividade, em seu território e em sua história. “Um ser humano tem raiz por sua

participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade" (WEIL, 2001, p. 43).

A compreensão de existir enquanto comunidade faxinalense foi sendo mediada pelo Movimento APF, pelos espaços de formação, pela retomada histórica, pelo estudo das legislações, inserção na categoria de Comunidades Tradicionais, elemento que tem feito a diferença nas comunidades. Vale destacar que as duas pessoas mais atuantes no movimento e associação são adultos jovens (entre 30 a 40 anos), o que pode ter facilitado a relação dos jovens com eles e suas leituras, diferente de Marmeleiro de Baixo, onde a pessoa mais atuante é mais velha.

Estaríamos vendo um processo de construção de uma Identidade de resistência? Há de se retomar, ainda que brevemente, o conceito de identidade de resistência para uma adequada compreensão do modo de vida faxinalense. Como vimos, a identidade de resistência é formada por sujeitos que se encontram em condições desvalorizadas, estigmatizados pela lógica da dominação, e que constroem trincheiras, comunas de resistência e sobrevivência, com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a eles. Trata-se do tipo mais importante de construção de identidade, pois dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão estruturada historicamente (CASTELLS, 2000).

Outro elemento que destacamos é a manutenção das tradições e costumes por parte dos jovens em Linha Brasília. Se, inicialmente, apontaram a angústia pela desvalorização da produção e falta de comercialização, aos poucos, fui percebendo as estratégias que têm utilizado para garantir seu sustento. Todas as vezes que estive na comunidade, Lucas e Marcos relataram estar retornando do trabalho juntos, "trocando dias". Vi nas definições sobre as comunidades tradicionais a solidariedade como uma das características de seus moradores, porém referenciado como algo do passado. Em Linha Brasília, a troca de dias ocorre no presente e é fundamental para os jovens e suas famílias obterem uma mínima margem de lucro.

> Se não fosse ele ir me ajudar não tinha como, imagina se tivesse que pagar alguém? A gente troca serviço sempre, não tem uma semana que não trabalhamos juntos, isso desde que cheguei aqui. E é melhor trabalhar em dois, o serviço rende mais (risos) (Lucas).

Os saberes acumulados por gerações são repassados pelos pais, valorizados e utilizados na produção.

> Tudo o que sei hoje aprendi com meu pai. Ele sabe muita coisa da agricultura, época de plantar para não bichar, não viçá, o

> que dá pra usar pros bichos, as plantas que dá para fazer chás, como cuidar de cada cultura. Se não fosse ele me ensinar, não saberia nada. Ele observa as plantas e já sabe como estão, se tá faltando alguma coisa. A gente precisa tá atento, cuidando, olhando, se deixar largada não vai. (Marcos).
>
> Você sabia que foi que foi meu avô que inventou a plantadeira de fumo? Ele fez de latão, até os vizinhos chegaram a usar. Quando o instrutor veio fazer a visita, pediu para levar e tirar o modelo, nunca mais devolveu. Depois de um tempo, viu que tinha para vender, era bem parecido com o que ele tinha feito. Não pagaram nem os materiais da que ele fez. Dá pra dizer que roubaram ele, né? Tinha que ter ido atrás. (Marcos).

O significado de camponês e campesinato se aprende em todos os momentos, como uma escola permanente, onde os conteúdos se entrelaçam sem divisões, e, ao mesmo tempo, permitem identificar o conhecimento produzido nas práticas diárias. Percebe-se a observação minuciosa das fazes da lua, épocas e ciclos, que são saberes de observação incorporados aos poucos pelos jovens, que, gradualmente, assumem as responsabilidades do futuro das comunidades, ancorados no passado.

Capital desprovido de valores monetários, mas fundamental e instrumental para sobrevivência. Nas escolas, de modo geral, há um potencial desperdiçado pelos professores, que, mais do que não compreenderem as formas sistêmicas de assimilação de conhecimento, procuram enquadrar sujeitos, com grande riqueza de saberes empíricos, a métodos elaborados por mestres educados cartesianamente.

Esses etnoconhecimentos, essa sabedoria prática, caso sejam somadas a outras formas de conhecimento, poderiam representar novos saberes para novos processos. Podem enriquecer e ser enriquecidos através do diálogo, em trocas mútuas onde problemas e potencias sejam levados em conta. Muito provavelmente, Marcos e seu pai nunca leram nem ouviram falar sobre Simone Weil, mas imbuídos da sabedoria de outras gerações sobre os processos de aprendizagem, vivem no cotidiano o que foi descrito pela autora. Eles apontam que não se pode negar a técnica, a ciência e a tecnologia para as comunidades camponesas e tradicionais, mas que se deve construí-las de acordo com outros princípios. Tendo como norte que o homem depende da terra, que ela é a base de sua existência e não fruto de sua criação (WEIL, 2001).

A presença da consciência ambiental, a compreensão sobre o seu papel na preservação da natureza e na produção de alimentos fortalece e gera reconhecimento da identidade camponesa e faxinalense. A relação de cuidado com nascentes, rios e a

terra, sustenta a necessidade de permanecer no território e reivindicar reconhecimento e políticas públicas voltadas suas necessidades. Por várias vezes, ouvi: “Se nós pararmos de produzir alimentos para a cidade, quem produzirá?” (Luana), “Será que não sabem de onde vem a comida que comem?” (Marcos), “Se a gente não cuidar do rio, das nascentes, como ficará quem mora na cidade?” (Marcos), “Já tem o ditado: se o campo não planta, a cidade não janta” (Marta).

A agroecologia é outra temática frequentemente abordada pelos jovens. Lucas já produz partes dos alimentos sem agrotóxicos, Marcos está no processo de transição, e Ana e Marta desejam trabalhar desta forma. “A terra é nossa mãe, dói usar veneno. Se pudesse, nunca mais usaria, mas não depende só da gente, planto com o pai. Já estamos parando, aquela área que nós fomos não é usado mais” (Lucas). “Faz mal pra gente, faz mal pra natureza, faz mal para as pessoas que comem, futuramente espero que ninguém use” (Ana). A discussão da agroecologia também remete ao trabalho desenvolvido pelo movimento APF, que a incorpora como uma das características e bandeiras da identidade faxinalense e do movimento. Ela é importante tanto para possibilitar uma produção sustentável quanto para gerar maior renda para as famílias. Lucas está entregando no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) maracujá orgânico, os alimentos com selo têm prioridade nos programas institucionais e têm acréscimo de 30% sobre o valor do convencional.

Quem produz alimentos saudáveis é obrigado a comprovar a não utilização de agrotóxicos. Diferentemente de quem produz com contaminantes que agridem o meio e são protegidos e defendidos de todas as formas. Certificar um alimento ou uma produção não é nada fácil, requer uma boa organização da propriedade, uma série de documentos, e capacidade financeira para pagar uma empresa, ou a propriedade possuir instrumentos para acessar formas de certificação participativa. O faxinal por si só já agrega elementos de sustentabilidade que vão além de um simples processo burocrático de certificação. Uma prova disto é que, das grandes reservas florestais que sobraram na região, parte são áreas de faxinais ou remanescentes. Dessa forma, mais que um potencial ecológico, a certificação nessas áreas teria que incorporar novos conceitos, incorporar holisticamente fatores para além de uma análise do uso ou não de pesticidas.

Mesmo com o pouco acesso que possuem às políticas do ICMS ecológico e ao PAA, essas ações governamentais têm gerado esperança nas famílias. Nas primeiras vezes que estive em Linha Brasília, todos estavam com grandes expectativas de ser aprovada a venda de alimentos em um dos programas. Depois de seis meses, o

projeto foi aprovado e as famílias começaram a entregar sua produção. A satisfação, alegria e esperança se multiplicaram. “Foi um grande passo, estamos entregando abóbora, mandioca, batata, melancia essas coisas que já produzia e que no programa tem valor. A comunidade mudou depois que começaram a vender. Valeu a pena o esforço” (presidente da associação). O pouco oferecido pelas políticas públicas se torna muito para aqueles que historicamente não tiveram seus direitos garantidos.

A necessidade de lutar e defender seus territórios contra as invasões da agricultura “moderna” torna-se um elemento unificador do grupo e mobiliza a construção de outras formas de pertencimento territorial. “[...] o território de um grupo social determinado, incluindo as condutas territoriais que o sustentam, pode mudar ao longo do tempo dependendo das forças históricas que exercem pressão sobre ele” (LITTLE, 2002, p. 5).

Território e tradicionalidade podem ser pensados em conjunto no processo vivido em Linha Brasília. “A noção de ‘tradicional’ não se reduz à história, nem aos laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente em uma mobilização continuada” (p. 30). Os conflitos e a mobilização são elementos fundamentais na definição da tradicionalidade. Os conflitos são marcas carregadas permanentemente pelos povos no processo de disputa por seus territórios, por seus recursos, por sua organização do trabalho, por seu modo de vida e cultura (ALMEIDA, 2008). A comunidade e seus agentes se desdobram em novas formas de fazer os embates, de se organizar e produzir, como temos acompanhando nas comunidades pesquisadas.

O acesso à educação a partir de projetos ligados aos movimentos sociais, especialmente ao MST, também desdobrou em uma releitura das possibilidades da comunidade e do desejo para buscar melhorias de renda.

> Na época que estava fazendo o curso conheci várias cozinhas de beneficiamento de alimentos, o pessoal embalava as verduras e entregavam no PAA, PNAE e vendiam na feira. Igual contei o mais bonito era ver a juventude trabalhando, tendo renda, as histórias de retorno, isso é um sonho pra nós. (Marcos)

Essas experiências possivelmente foram compartilhadas com os moradores e outros jovens da comunidade, assim como a compreensão sobre estudar e voltar para contribuir com a comunidade. “Quero fazer veterinário, mas quero voltar e trabalhar na comunidade” (Lucas). “Quero estudar, mas para ajudar a melhorar a comunidade” (Ana). “Falei para a (cita o nome da vereadora mirim da comunidade) que ela pode

fazer agronomia e pode trabalhar aqui ajudando o pessoal" (Marcos). Tal compreensão é recente, e está na contramão do que se buscou historicamente com e na educação: formar e migrar para a cidade.

A associação é ponto chave em ambas as comunidades, organização em que se discute e se encaminha as demandas e interesses de seus integrantes. Em Linha Brasília, ela representa a maioria dos moradores. Os presidentes, tanto os anteriores quanto o atual, são reconhecidos pela comunidade, fator que contribui para manter os vínculos entre as famílias e fortalecer a esperança em um futuro com melhores condições. "Aqui só temos uma família que não participa das reuniões da associação, que é do contra, o resto graças a Deus todos participam e apoiam" (presidente da associação).

> Aqui (mostrando a estrutura da associação) é onde tomamos as decisões e damos os primeiros passos, tudo começa aqui [...] nós sabemos o quanto o pessoal que trabalha nela se esforça, o (cita nome presidente anterior) correu muito atrás das coisas, agora é o (cita o nome do presidente atual). Se tá acontecendo alguma coisa diferente, aqui é por eles (Ana).

As perspectivas e esperanças de um futuro melhor para si para a família e comunidade estão depositadas na associação, "Aqui é o lugar mais importante da comunidade" (Marcos), "Onde começa os projetos" (Ana).

Como podemos notar, a comunidade de Linha Brasília vai se reconfigurando para continuar existindo como comunidade tradicional. Alguns elementos de costumes, tradições são mantidos e adaptados, outros vem sendo construídos. Resistindo alimentam seus vínculos, crenças, renda e perspectivas de que no futuro se encontrem em melhores condições. Dão passos para a continuidade desse modo de vida.

Em Marmeleiro de Baixo, os processos de resistência exigem força e ações diferentes. Para os jovens as estratégias visam sua permanência na comunidade, porém não a permanência como comunidade tradicional. André e Joice pensam em estudar e continuar morando no mesmo local. "Quero trabalhar aqui na escola do Marmeleiro, assim posso continuar morando no mesmo lugar" (André). "Quero estudar daqui, fazer faculdade à noite, ir e voltar todo dia, e depois de formada conseguir um emprego que posso ir e voltar" (Joice).

É nítida a presença de diferentes interesses das famílias da comunidade e não há consenso em relação às decisões de permanência ou abertura do faxinal. O grupo que deseja manter o faxinal tem recorrido ao Ministério Público para que os acordos

comunitários e a decisão da maioria das famílias seja garantida. Em contrapartida, os moradores que não querem a continuidade fecham parte de suas áreas e também buscam a justiça para reivindicar seus direitos à propriedade privada. “Um dos moradores pegou advogado e entrou com ação, não sei o que deu, mas dizem que ele ganhou, tem direito, né?” (Joice).

> Algumas famílias não querem que o faxinal continue, são os que vieram depois e não entendem como a coisa funciona. A maioria quer que continua, precisa dele, não tem terra e depende das áreas {...} a gente faz denúncia dos fechos, vai no ministério público, vai atrás pra isso aqui não acabar (Liderança da comunidade).

Para complicar a situação, o repasse do recurso do ICMS ecológico tem sido barrado pela gestão municipal, o que fragiliza a possibilidade da comunidade ter avanços e manter a estrutura, como as próprias cercas.

> Nem dá pra contar de tantas vezes que fui na prefeitura, já fizemos reunião com tudo mundo, secretário da agricultura, o primeiro que era, depois trocou, fizemos com esse também. Ele até me desacatou (o secretário), fui humilhado. Ele acha que não sei dos nossos direitos. Depois não fui mais sozinho chamei o pessoal do IAP para ir junto, eles que marcaram. Quando o IAP tava junto, ele (secretário agricultura) até assinou dizendo que ia repassar o recurso, até hoje nada. (Liderança da comunidade).

O Movimento APF também orientou as lideranças de Marmeleiro de Baixo sobre os direitos e leis relacionadas às Comunidades Tradicionais, mas não se sabe o quão isso foi e é capaz.

Em Marmeleiro de Baixo, a religião faz-se presente nas relações comunitárias, especialmente em dias festivos, como o 12 de outubro, em que as famílias se reúnem para trabalhar e festejar. Contudo, os jovens reconhecem apenas a igreja católica como espaço religioso. É importante frisar que existem várias benzedeiras na comunidade, reconhecidas e procuradas pelas famílias que vivem na comunidade e de fora dela. Elas também estão organizadas no MASA, possuem carteiras de credenciamento, participam dos encontros e recentemente fizeram parte do documentário “Benzedeiras – Ofício Tradicional”, que narra suas histórias, conquistas e antagonistas[52]. Mesmo assim não são reconhecidas como alguém importante dentro da comunidade.

Neste sentido, notamos os confrontos e resistências presentes na comunidade, diferenças que por vezes desenham a desarticulação psicossocial da comunidade.

---

[52] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eBPegB3IIU0

Para a maioria das famílias, de acordo com as lideranças da comunidade e com a votação no dia da audiência pública, o faxinal precisa continuar, pois desejam e dependem dele, por isso dão passos para a manutenção desse modo de vida, já outro grupo, com número bem menor de famílias, trilha o caminho oposto.

A resistência dos agentes de marmeleiro, mesmo que não pareça, é maior que em Linha Brasília, pois justamente os conflitos entre as famílias que moram na comunidade são mais intensos. As famílias que desejam fechar o faxinal têm maior poder aquisitivo, mais recursos para contratar advogados e maior influência na cidade. As famílias que desejam a continuidade das áreas de uso comum, mesmo sendo a maioria, possuem uma situação econômica precária e dependem das poucas políticas existentes que outrora eram acessadas (ICMS Ecológico e programas institucionais como PAA e PNAE). No momento atual, nem isso conseguem.

5.2 Perspectivas de Futuro: o concreto e o sonhado.

O que buscamos apontar é que as perspectivas de futuro dos jovens e de suas comunidades não dependem somente deles. Se analisássemos somente seus desejos de forma isolada, sem compreender os conflitos, enfrentamentos, resistências e avanços que foram conquistados, estaríamos desvinculando os sujeitos do seu chão.

No decorrer da pesquisa pudemos perceber duas grandes motivações que mobilizam a saída dos jovens das comunidades, uma luta abstrata e uma luta concreta. As mobilizações da luta abstrada estão relacionadas à busca ao dinheiro, em que os jovens seguem para a cidade procurando melhores condições econômicas. Estes encontram na cidade outro mundo, sem as relações comunitárias, um espaço de isolamento e de desenraizamento, como o vivenciado por Marcos. A outra grande motivação é uma luta concreta, a busca por espaços de relação entre campo e cidade, a busca de algo que possa fortalecer seus processos comunitários, tais como a consciência sobre a produção dos alimentos, formação e outros.

Em Linha Brasília, os anseios dos jovens estão implicados nos avanços e melhorias da comunidade que significam melhorias para todos os moradores. Os jovens desejam a qualificação e formação profissional vinculada aos interesses coletivos. Por vezes, nos questionamos sobre o papel do enraizamento no processo de orientar projetos coletivos de futuro. Notamos que a relação de pertencimento com o território instrumentaliza os jovens a planejarem suas perspectivas de futuro atreladas a melhorias de condições da comunidade. Cabe apostar na força da

resistência que tem se apresentado em forma de reorganização, reformulação de suas tradições e ações concretas como trabalho com a agroecologia, construção da cozinha comunitária para beneficiamento dos alimentos produzidos pelos moradores, inserção nas políticas de compra direta.

Nesse quadro, a reorganização e reformulação faxinalenses sinalizam para a construção da identidade de projeto, que, como já discutimos, consiste num projeto de uma vida diferente, com base em uma identidade oprimida, redefinem sua posição na sociedade expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade (CASTELLS, 2000).

Em Marmeleiro, as forças da comunidade não conduzem ao mesmo ideal/projeto. Contradições internas exigem maior dispêndio de energia dos grupos que se dividem entre manter ou fechar o faxinal. Os jovens, por sua vez, planejam para si a formação, melhorias das suas condições de vida. Por outro lado, também desejam continuar desfrutando da herança da comunidade, o doce que ela historicamente construiu a partir de suas relações diferenciadas com seus moradores e território.

Nas duas comunidades a resistência é traduzida em ações e estas apontam para futuras mudanças que podem seguir por diferentes caminhos, seja para o desenraizamento gerador da desarticulação psicossocial da comunidade e de seus moradores, processo que muitas comunidades faxianlenses já passaram ou para mudanças que reconfigurem o tradicional a partir do moderno e construam uma nova organização comunitária. Como a que vemos surgir a partir das discussões e ações em prol da agroecologia, das políticas públicas, dos movimentos sociais e dos espaços de formação.

6. Considerações finais

Esta pesquisa foi construída a partir da responsabilidade e necessidade de compreender quem são os jovens que hoje vivem nas comunidades faxinalenses, quais os planos e perspectivas de futuro que possuem para si e para as comunidades em que moram.

No trabalho, caminho e caminhada se confundem, onde pesquisa e pesquisadora se encontram e reencontram em um ir e vir de vivências, diálogos, sugestões de teorias, reflexões, experiências pessoais e cotidianos comunitários. Inicialmente, o desejo de fazer "justiça" a povos invisibilizados, compreender suas trajetórias, estratégias de resistência, retomar as raízes. Na busca teórica, encontrei pesquisas e teorias naturalizando o processo de finalização deste modo de vida. Explicações, informações sobre as comunidades, seus costumes, formas de organizar o cotidiano são sistematizados para fazer parte do acervo dos registros históricos da região. Diferentes escritos que, de certa forma, só fazem fortalecer as explicações sobre o fim dos faxinais, denunciando um distanciamento entre academia e comunidades, e uma incapacidade de instrumentalização das famílias e lideranças do movimento, que, por meio da troca de conhecimentos, poderiam produzir significativas transformações em suas comunidades. Não raras vezes, o ganho de pontuação no *Currículo Lattes*, títulos, reconhecimento do mundo acadêmico e construção de referências teóricas são os únicos objetivos atingidos.

Dar visibilidade às comunidades, compreendê-las, estar perto, reexperimentar, entender suas estratégias de sobrevivência e manutenção dos territórios são postos de lados. Quem permanece? Como se mantêm com tantas forças opostas? O que os faz continuar? Que diferenças possuem daqueles que não conseguiram resistir como Comunidade Tradicional? São questões mobilizadoras da pesquisa.

A inserção nas comunidades foi intensa e profunda. Os jovens e suas famílias abriram suas casas e vidas para a entrada da pesquisadora, recebida com uma "velha faxinalense". Rapidamente entenderam que buscava mais que informações, o desejo era de estar com eles. Desejo efetivado. Proporcionaram e, por vezes, "forçaram" a participação nos seus rituais, encontros, conversas, trabalho, rodas de chimarrão, batidas de músicas no violão. A sabedoria camponesa e faxinalense reorientou o processo metodológico que propus inicialmente, já que não daria conta de apreender corretamente o objeto estudado. Negociaram minha inserção com participação mais

ativa, próxima e profunda. Não bastavam conversas individuais, entrevistas; encaminharam-me para experimentar seus espaços coletivos, seu cotidiano.

Inicialmente, o encanto com o acolhimento, aproximação, aprofundamento das relações. Depois, a angústia ao ouvir, ver e sentir o processo de expulsão dos camponeses e faxinalenses do campo para as cidades. Fotos de filhos que já não dividem as refeições e o trabalho, cômodos da casa à espera das visitas no final do ano, netos sendo criados na cidade sem o contato com a natureza, outrora tão desejado pelos pais e avós, vizinhos que não se sentam mais na roda de chimarrão, que não participam das novenas, tampouco das missas. A terra ao redor de suas roças sendo concentrada na mão de fazendeiros e empresários, a implementação de monoculturas de espécies e de mentes, desmatamento, que pouco a pouco provoca o assoreamento de nascentes e rios. Contaminação do solo com agrotóxicos, tudo isso colado nas suas terras, fazendo divisa com suas plantações. Vizinhança que força a entrada de outros modos de vida na comunidade e ameaçam o futuro das comunidades faxinalenses.

A revisão teórica já apresentava tais elementos, porém experimentar proximamente as perdas de pessoas, o sentimento de ansiedade pela possível perda da terra, o medo de ficar sem o território, a angústia de serem expulsos ou “ilhados”, o sofrimento pelo rebaixamento devido ao preconceito e discriminação, fez-me refletir e redimensionar minha compreensão, tanto como pesquisadora, quanto na vida pessoal. Implicou em mim uma resignificação dos meus projetos futuros no interior da academia, fez-me refletir sobre as condições de vida, impeliu-me a um retorno às raízes.

Nos jovens duas grandes motivações para à ida para a cidade foram percebidas, uma luta abstrata e uma luta concreta. A luta abstrata ligada a busca de dinheiro na cidade, o encontro com outro mundo, o isolamento, o desenraizamento e o retorno a comunidade quando se tem condições para isso. Por outro lado a luta concreta, o desejo de encontrar na relação entre cidade e campo espaços que fortaleçam os processos comunitários, melhorem suas condições de vida.

Com o passar do tempo, a companhia dos jovens me fez notar que a mesma história que muito tirou e violentou a comunidade, também promoveu pela necessidade alternativas de continuidade. Aprendizagem construída a duras penas, mas que tem sustentado a permanência das famílias e do modo de vida dos faxinais. Estratégias de resistência foram sendo criadas, alimentadas e reinventadas. As políticas públicas, embora parcas e deficitárias, se tornaram significativas na luta pela

manutenção das famílias na comunidade. Programas tímidos, mas capazes de gerar esperança de futuro através da possibilidade de renda. Outro mecanismo de resistência foi proporcionado pela vivência da religião, da religiosidade, mais que um espaço da comunidade, a igreja se tornou um local e um mecanismo de organizar e mediar os tempos, conflitos e angústias, tornou-se um espaço que cria possibilidades de reflexão e mudança.

O encontro com o Movimento Social, não somente nos espaços que ele promove, mas nos desdobramentos observados em sua base, também nos surpreenderam. Um dos movimentos mais jovem do Estado, que pouco tem atraído a atenção dos pesquisadores e universidades que estão ao seu redor. Há uma sutileza juvenil sentida nas comunidades, ponto forte apresentado pelos jovens e transcrito ao longo destas páginas. A importância de suas ações nos fizeram perceber significativas diferenças entre as comunidades estudadas, entre aquelas que tem ou não o contato e valorizam a APF. A aproximação com a APF, a formação e a consciência social, a identificação com as “bandeiras que levanta”, com os temas discutidos nos espaços do Movimento, levados e apropriados pelas comunidades, são dados significativos que produzem novos horizontes, novas relações comunitárias capazes de desenhar e forjar outras políticas, programas, produção agroecológica, organização e práticas comunitárias. Enfim, trata-se de uma nova perspectiva de futuro para as comunidades faxinalenses.

A força do enraizamento, do conhecimento das suas origens e da cultura produzida promove importantes mudanças na capacidade de planejamento e clareza dos objetivos que almejam. Na comunidade que reconhece e se aproxima da APF, percebe-se nitidamente o desejo de formação, de alternativas sustentáveis de geração de renda, de políticas específicas, de reconhecimento e visibilidade para continuarem sendo Comunidade Tradicional e melhorarem as condições do coletivo. Noutra, encontramos também os planos de desenvolvimento de estudos, o desejo de permanecer na comunidade, porém a forma que pretendem utilizar as áreas é notoriamente diferente. Propõe-se o uso individual da terra, ou seja, finalizar o uso comum das áreas, aspecto fundante da identidade das comunidades tradicionais faxinalenses.

Ambas com força e ações para a mudança, reconfiguração que pedirá uma nova organização para as comunidades, seja para o desenraizamento e com isso a desarticulação psicossocial da comunidade e de seus moradores ou a apropriação de

novos elementos, do moderno, de tal forma que transforme mantendo as relações comunitárias.

A pesquisa denuncia elementos que apontam para a necessidade urgente de avanços por meio do desenvolvimento de políticas específicas. Precisamos compreender melhor os efeitos das políticas públicas nas comunidades. Construir políticas a partir de suas demandas, desenvolver estratégias de produção, certificação agroecológica específica para comunidades tradicionais, além do beneficiamento dos alimentos e comercialização dos mesmos. Políticas que fortaleçam as comunidades, e, mais que isso, deem também condições de retorno para aqueles que outrora foram expulsos e desejam voltar. São improrrogáveis ações que efetivem estratégias públicas para o aumento dos territórios faxinalenses, educação e formação que valorizem seus conhecimentos e contribuam com os processos já existentes, pesquisas que instrumentalizem as famílias e grupos para a resistência e a sobrevivência.

Mais que uma incursão e reflexão sobre o objeto dessa pesquisa, consegui ver e viver com os sujeitos envolvidos. Jovens com angústias, tristezas, conquistas, alegrias, desafios e resistências. A relação com as comunidades reorientou o meu próprio percurso. Fortaleceram-se minhas raízes. A troca de experiências, conhecimentos e projetos reconduziram minha prática e projetos de futuro.

De faxinalense angustiada, moradora urbana e professora à camponesa agroecologista e trabalhadora da assistência técnica e extensão rural (ATER) de comunidades camponesas e tradicionais. Aflorou a compreensão de que a angústia apresentada não era somente pela perda da comunidade faxinalense, mas provinha da falta de ligação com a terra, da produção dos alimentos, de acompanhar os ciclos da natureza e vivenciar os seus tempos.

Com o percurso da pesquisa tive a possibilidade do retorno. De mudar para uma área remanescente de faxinal, religar-me com os ciclos naturais. Enfim, ressignificar a vida: mudança das condições concretas, das relações pessoais e profissionais, da experiência com o tempo. Estou reaprendendo sobre a agroecologia, buscando nas experiências dos mais velhos as informações necessárias para o cuidado com as plantas. A troca de sementes, mudas e alimentos novamente se tornou uma necessidade. Não sou mais a criança da comunidade de Balaios, porém minhas mãos voltaram a encher-se de alimentos na ida e na volta. O carreiro é outro, mas continua sendo afundado pelos passos que me levam e trazem na relação com os vizinhos.

A professora que tornou assessora técnica contribui nos processos comunitários, geração de renda das famílias, especialmente jovens e mulheres, na diversificação da produção, na certificação agroecológica participativa, beneficiamentos e comercialização dos seus alimentos, e no acesso às políticas públicas. O ritmo, o tempo e as relações mudaram, foram qualificados à moda camponesa.

Com os jovens e a comunidade, aprendi a resistir, fortalecer minhas raízes e reorientar minhas perspectivas de futuro, a partir do chão que quero pisar. Desejo continuar trabalhando com uma psicologia voltada para os povos e comunidades camponesas, tradicionais, mas também preciso da experiência e vivência cotidiana com a terra, agroecologia, produção de alimentos.

Fazer uso de uma psicologia que permita refletir sobre o mundo rural e camponês, colocar sob a crítica o caminho que a psicologia historicamente seguiu, tratando do sujeito individualmente e urbanizado. Superar as desigualdades entre campo e cidade, também na psicologia, para que a partir dela possamos contribuir com a construção de políticas que favoreçam as comunidades e sua preservação, pelo reconhecimento de que somos sujeitos históricos e culturais, que nossa subjetividade é produzida a partir de condições concretas de existência.

Concluo nesta pesquisa que a academia e os pesquisadores necessitam urgentemente realizar uma autocrítica, repensar o modo como se aproximam das comunidades; devem compreender de fato que o conhecimento é direito de todos. Nesse sentido, assumo a posição de que o conhecimento produzido sobre as comunidades tradicionais deve servir para um movimento de crítica e crescimento das mesmas. Todo processo de pesquisa fundamentado em uma metodologia participativa provoca mudanças em todos os envolvidos. O reconhecimento da comunidade da importância e a frequente insistência de levar a pesquisadora a participar do cotidiano deles, nos faz perceber o quanto necessitam ser ouvidos e reconhecidos em sua condição de existência. Para eles, muito mais importante do que serem descritos em livros históricos como se fossem velhas comunidades antigas com modos curiosos de vida, é o reconhecimento de que são sujeitos que produzem cultura, e, mais, de que possuem uma peculiaridade na forma de convivência que os identifica e que pode sinalizar um caminho para uma sociedade massificada e homogeneizada como a nossa.

Aponto como urgente e necessária a inserção da psicologia em processos comunitários rurais de assistência técnica, já que as equipes são formadas, na

maioria, por profissionais das áreas agrícolas que tratam os camponeses apenas como produtores, desconsiderando as relações comunitárias, históricas, sociais e culturais. Esta inserção poderá promover novas abordagens, metodologias, a compreensão das especificidades culturais do campesinato e seus processos de subjetivação. Apreender a relação diferenciada que possuem com a natureza, as relações comunitárias, as estratégias utilizadas nos espaços coletivos e as trajetórias de permanência e resistência no campo deve ser alguns dos objetivos da psicologia.

Por fim, há de se reconhecer a força e a resistência dos faxinalenses, a importância da ligação com a natureza e das relações humanas e comunitárias. Encerro com o compromisso de dar continuidade à temática dessa pesquisa, e, com isso, contribuir com o reconhecimento das comunidades, e promover, a partir da produção do conhecimento, factíveis melhorias nas condições de vida das comunidades faxinalenses, cujos jovens sintetizam seu sofrimento, impasses e conflitos, mas, ao mesmo tempo, sua luta e resistência.

7. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE J. M. de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALBUQUERQUE J. M. de.. **Importância ecológica, sócio-cultural e histórica do Sistema de Faxinal no município de Rebouças, como meio de produção auto sustentada**. 2000. 63 f. Monografia (Especialização em Instrumentalização para o Ensino de Ciências – Biologia)-Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2000.

ALMEIDA, A. W. B **Terras de Quilombos "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pastos:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus; coleção Tradição. Ordenamento Jurídico, PPGCA – UFAM, 2006a.

ALMEIDA, A. W. B. Arqueologia da tradição: uma apresentação da coleção Tradição; Ordenamento jurídico. In: SHIRAISHI NETO, J. **Leis de Babaçu livre:** práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas. Manaus: coleção Tradição; Ordenamento Jurídico, PPGCA – UFAM- F. FORD, 2006b.

ALMEIDA, A. W. **Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais**. Boletim Informativo do Nuer, Florianópolis, S, v2, n 02, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SOUZA, Roberto Martins de (Org). **Terras de Faxinais. Manaus**: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.

ALMEIDA, Denner Mariano de. **A comunicação pública e o capital social do Movimento Aprendizes da Sabedoria** : da (in)visibilidade ao empoderamento / Denner Mariano de Almeida. –Curitiba, 2013. 141 f.

ARROYO, Miguel. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica (Org.). **Por uma educação do campo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ASSOCIAÇÃO APRENDIZES DA SABEDORIA DE MEDICINAIS E AGROECOLOGIA(ASA). **Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.** Série Faxinalenses do Sul do Brasil. Irati, v.1, 2008, 12 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 229 p.

BRASIL - **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – 2012**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 1-84, out. 2012. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013. Disponível em: "http://www.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/

BERTUSSI, M. L. FAXINAIS: Um olhar sobre a territorialidade, reciprocidade e identidade étnica. In: ALMEIDA, A. W. B. de; SOUZA, R. M. de (Org). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.

BOSI, E. **Memória e Sociedade:** Lembranças de velhos. 13.ed. São Paulo, 1994.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória:** Ensaios de Psicologia Social. 2.ed. São Paulo, 2003.

BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Brasil agroecológico**: plano nacional de agroecologia e produção orgânica - Planapo, 2013. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/arquivos/view/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano safra da agricultura familiar 2012/2013. Brasília, 2012. Disponível no site: http://www.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf, acessado em Março de 2013.

BALDEZ, M. L. **A questão agrária: a cerca jurídica da terra como negação da justiça**. Discursos sediciosos Ano 2, n.º 3, , Rio de Janeiro, 1997. p. 105 e seguintes.

CAMPIGOTO, J. A.; SOCHODOLAK, H. Os Faxinais da região das araucárias. In: OLINTO, B. A.; MOTTA, M. M.; OLIVEIRA, O. de. (Orgs.). **História Agrária:** Propriedade e Conflito. Guarapuava: Unicentro, 2009. (p.183-212).

CAMPIGOTO, J. A. **"Mapa temático dos Faxinais**". Irati, mimeo, 2008b.

CAMPIGOTO, J. A. "**Representações sobre cultura na região de Irati**". Irati, mimeo, 2008a.

CARVALHO, H. M. de. **O Campesinato no Século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, H. M. **Da aventura à esperança**: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra. Curitiba, Inverno de 1984.

CARVALHO. T. M. de. Nós não tem direito: Costume e direito à terra no Contestado. In: ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. **Guerra Santa revisitada:** novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**: A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura, Volume 2. Editora Paz e Terra, São Paulo, 2000.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS,2005.

CHANG MAN YU. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988. EMATER – PR, SEAB e SEPLAN. Cadastro sobre os Faxinais no Estado do Paraná. Curitiba, 1994. (mimeo).

CHANG, M. Y. **Faxinais no Paraná**. Informe de Pesquisa, Curitiba, v. 12, n. 80, mar. 1988a.

CHANG, M. Y. **Faxinais**: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. Boletim nº 22. IAPAR. Londrina, PR 1988.

CHANG, M.Y. **Sistema Faxinal** - uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro Sul do Paraná. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1985.

CHANG, Man Yu. Sistema Faxinal - uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina: Fundação Instituto Agronômico do Paraná/Boletim Técnico 22 do IAPAR, março de 1988.

CLIFFORD, James. A **experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Riode Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CONGRESSO NACIONAL. Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscaliza- ção. Relatoria Geral: alterações da proposta orçamentária da União para 2012 - por órgão/ projeto/atividade/operações especiais. Disponível em: "http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2012/rel_final/vol4/12_desp_paoe_orgao.pdf"http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2012/rel_final/ vol4/12_desp_paoe_orgao.pdf

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves; SAHR, Cicilian Luiza Lowen. O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná. In. **Revista Emancipação.** Universidade Estadual de Ponta Grossa. Departamento de Serviço Social. Editora UEPG, v.1 n.1 Ponta Grossa, 2005.

ESPÓSITO, R. **Communitas**: origen y destino de la comunidad. Buenos Aires, Amorrortu, 214 p. 2007b.

ESPÓSITO, R. Niilismo e comunidade. In: R. PAIVA, **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007a.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDOS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. Ano Internacional de Agricultura Familiar 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/pt/>. Acesso em: 12 maio 2013.

FAXINAIS, Articulação Puxirão dos Povos de. **Dossiê - Conflitos Socioambientais e Violação dos Direitos Humanos na Floresta com Araucária**. IEEP, Pastoral da Terra, Guarapuava, 2007. 43 p.

FAXINAIS, Articulação Puxirão dos Povos de. **Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.** Fascículo 1. Paraná, 2007

FAXINAIS, Articulação Puxirão dos Povos de. **Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.** Fascículo 3. Paraná, 2008.

FAXINAIS, Articulação Puxirão dos Povos. **Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. Fascículo 4: Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba e Quitandinha/PR, setembro 2008.

FAXINALENSES, articulação puxirão dos Povos. **Dossiê**: conflitos socioambientais e violação dos direitos humanos na Floresta com Araucária. Irati: mimeo, 2007.

FÖETSCH, Alcimara Aparecida. Faxinais e Caívas: identidades territoriais na região do Contestado (PR/SC). 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais no início do Século XXI**: Antigos e novos atores. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GOMES, G. S.; SILVA, I.C. **Uso e manejo dos recursos naturais em terras de faxinal.** Anais II SEESUL, Simpósio de etnobiologia e etnoecologia da Região Sul, Curitiba, EMBRAPA/UFPR, 2007.

GÓMEZ M. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. 2006. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES FILHO, J. M. Prefácio. F. B. da Costa. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. (pp. 9-47) São Paulo, 2004..

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: um problema político em psicologia. In: Psicologia USP, São Paulo, Instituto de Psicologia, **USP, v.9, n.2**, 1998.

GORSDORF, Leandro Franklin. Conceito e sentido da assessoria jurídica popular em Direitos Humanos. In: FRIGO, Darci; PRIOSTE, Fernando; FILHO, Antônio Sérgio Escrivão (org.). **Justiça e Direitos Humanos**: Experiências de Assessoria Jurídica Popular. Terra de Direitos, Curitiba, PR, 2010.

HAESBAERT R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Um panorama da saúde no Brasil –** Acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde 2008. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/panorama_saude_brasil_2003_2008/defaulttab_pdf_2.shtm>. Acesso em: 15 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/ Acesso em: 4 abr. 2012.

JUNIOR, G. L. da S; SOUZA, R. M. de. As Comunidades Tradicionais e a Luta por direitos étnicos e coletivos no Sul do Brasil**. Miolo revista, v. 33, n. 2, 2009. Disponível em:** http://www.revistas.ufg.br/index.php/revfd/article/view/9862. Acessado em 09/09/2012.

LEFEBVRE, H**. La Production de l'Espace**. Paris : Anthropos, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

LITLE, P. E. Fala no I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: uma experiência na formulação de políticas públicas no Brasil. Luziânia, Goiás. 2005a.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma**

antropologia da territorialidade. Série Antropologia, Brasília, n. 322, 2002.

LÖWEN SAHR, C. L. Faxinalenses: populações tradicionais no Bioma da Mata com Araucária? In: I Encontro dos Povos de Faxinais, 2005, Irati. Anais do I EPF. Curitiba: IAP/SEMA, 2005. p. 53-62.

LÖWEN SAHR, C. L. O Pré-Moderno na Pós-Modernidade: refletindo sobre as comunidades de Faxinais da Floresta com Araucária do Paraná. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro: Eduerg, 2007. p. 207-223.

LÖWEN SAHR, C. L. Os "mundos faxinalenses" da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. Terra Plural, Ponta Grossa, v. 2, p. 213-226, 2008.

LÖWEN SAHR, C. L. Os "mundos faxinalenses" da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. Terra Plural, Ponta Grossa, v. 2, p. 213-226, 2008. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1175/887

LOWEN SAHR, C. L. Preservação e revitalização do sistema faxinal na região da mata araucária do Paraná: um projeto extensionista. In: **conexão UEPG, Ponta Grossa, v. 1, 2005ª, p. 42-46.**

LÖWEN SAHR, C L; IEGELSKI, F. **O Sistema Faxinal no Município de Ponta Grossa: Diretrizes para preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e da identidade das comunidades e dos espaços faxinalenses**. Ponta Grossa: PMPG, 2003 (Relatório Técnico).

LUPEPSA, E. C.; SHÖRNER, A.. Organização socioespacial: faxinalenses e agricultores Jesuíno Marcondes, Prudentópolis/PR (1987-2007). In: **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, **v. 1, n. 3**, set./dez. 2010.

MARQUES, C. L. G**. Levantamento Preliminar Sobre o Sistema Faxinal no Estado do Paraná** – Relatório Final. Consultoria Técnica. IAP – PR, 2004.

MARTINS, J. S. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996b.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 1983.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1980.

MARTINS, R. História do Paraná. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MASA (Org.). **Carta do 1º Encontro Regional das Rezadeiras, Benzedeiras, Curadores, Curadeiras**. Irati, 2008.

MASA (Org.). **Boletim informativo Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – conhecimentos tradicionais e mobilizações políticas**: o direito de afirmação da identidade de benzedeiras e benzedores, municípios de Rebouças e São João do Triunfo. Paraná. n. 5. Manaus: Editora da Universidade Estadual do Amazonas, 2012a.

MASA (Org.). **Carta final do 2º Encontro Regional de Benzedeiras da região Centro Sul do Paraná**. Rebouças, 2012b.

MASA (Org.). **Carta do 1º Encontro Municipal de Benzedeiras, Benzedores, Curadeiras, Curadores, Capelões, Costureiras, Costureiros de Rendidura Machucadura e Parteiras**. Rebouças, 2009.

MELUCCI, A. **A Invenção do Presente – Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petropolis, RJ. Ed. Vozes, 2001.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Documento interno. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, set. 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). PPA 2012–2015: Plano Mais Brasil. Disponível em: < HYPERLINK "http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/Anexo_I.pdf"http://www.planejamento.gov.br/ secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/Anexo_I.pdf>

MIRANDA, A. **Contestado**. Curitiba: Lítero: Técnica, 1987.

MONTERO, M. **Introducción a la Psicología Comunitaria**: Desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MONTERO, M. **Teoría y práctica de la Psicología Comunitaria**: la tensión entre comunidad y sociedad. Buenos Aires: Paidós, 2003.

MOTA, L. T. As guerras dos índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná - 1769-1924. Maringá: EDUEM, 1994.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar**: sistema Faxinal Rebouças 1950 – 1997, 2000. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UNESP, Assis – São Paulo. PARANÁ. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR), 2006.

NETO, Joaquim Shiraishi. O DIREITO DOS POVOS DOS FAXINAIS: As interpretações e as interpretações jurídicas In: . In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SOUZA, Roberto Martins de (Org). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Trabajo decente y juventud en América Latina 2010. Lima: OIT/Prejal, 2010. p. 248. PAULA, A. P. P. de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Rev. adm. empres**. [on-line], v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

REY, G. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: caminhos e desafios. (M. A. F. Silva trad.). São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

RIBEIRO, M. **Movimento Camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROCHA, E.; MARTINS, R..Terra e Território Faxinalense no Paraná: notas sobre a busca de reconhecimento . Campos - Revista de Antropologia Social, América do Sul, v. 8, nº. 1. UFPR, 2007. p. 209-212.

ROCHA, Eliana do Pilar. **Reinventando a tradição: acordos sobre práticas tradicionais de gestão comunitária dos Recursos Naturais em territórios faxinalenses no Bioma Floresta com Araucária**. Desenvolvimento de estudo

etnográfico relativo aos conhecimentos tradicionais em comunidades faxinalenses. Encomendados pelo IEEP – Instituto Equipe de Educadores Populares, 2008 (Mimeo).

ROCHA, Eliana do Pilar. **Reinventando a tradição: acordos sobre práticas tradicionais de gestão comunitária dos Recursos Naturais em territórios faxinalenses no Bioma Floresta com Araucária**. Desenvolvimento de estudo etnográfico relativo aos conhecimentos tradicionais em comunidades faxinalenses. Encomendados pelo IEEP – Instituto Equipe de Educadores Populares, 2008 (Mimeo).

ROCKWELL, E. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: Ezpeleta, J. & Rockwell, E. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Os Faxinais enquanto populações tradicionais e territórios sociais: algumas reflexões. In: **VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE**, 2005, Fortaleza. Comunicações Comunicações Científicas e Coordenadas. Fortaleza: ANPEGE, 2005a. v.1. p. 123-136.

SAHR, Wolf Dietrich; LÖWEN SAHR, C. L. A problemática espaço/território a partir de geograficidades existenciais: as comunidades faxinalenses no Brasil Meridional. In: 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideo. Anais. Montevideo, 2009. v. 1. p. 1-15.

SANTOS, B. de S. A queda do Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 45:5-34, 1996.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, B. S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, C. J. S. Pastoreio comunitário nos fundos de pasto de Oliveira dos Brejinhos - Bahia. In: **IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária - V Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, 2009, Niterói. Anais Simpósio Nacional de Geografia Agrária e Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Niterói: Organização do Evento, 2009. v. Único. 13 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. Não existe reforma agrária no governo Lula. Entrevista concedida ao Congresso em Foco durante a realização do V Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Brasília, 11-15 jun. 2007.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org). **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007

SCHÖRNER, A. **Desterritorialização de faxinalenses: Migrantes gaúchos e migração no Faxinal Marmeleiros.** Rebouças/PR, 2010

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ). Guia de políticas públicas de juventude. Brasília, 2010. Relatório do 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas. Brasília - DF, 2012.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei 1850. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, V. Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. Campinas. **Cad. Cedes. V.22 nº57**, 2002.

SODERO, F. Disciplinamentos jurídicos das terras públicas. In: **Terras públicas no Brasil.** Brasília: UNB, p. 31- 40, 1978.

SOUZA, R. M. de. Da invisibilidade para a existência coletiva: redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva de povos faxinalenses. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, 2007.

SOUZA, R. M. Fronteiras e passagens: a construção da identidade faxinalense. In: UFPR. **I Seminário Nacional de Sociologia e Politica.** Anais, Curitiba, 2009.

SOUZA, R. M. **Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná**. IEEP, 2008.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina: EDUEL, 2002.

STEDILE, J. Entrevista **"O MST muda o foco"** por Soraya Aggege — publicado 01/08/2011 17:00, última modificação 01/08/2011 17:13. Acessado em: http://www.cartacapital.com.br/politica/o-mst-muda-o-foco . Acessado em: 17/02/2015

TAVARES, L. A. **Campesinato e os Faxinais do Paraná**: as terras de uso comum. 2008, 775p. (Tese doutorado), USP, São Paulo, 2008.

TONON, E. **A força da tradição**: dos Faxinais às Irmandades Místicas do Contestado. In: OLINTO, B. A.; MOTTA, M. M.; OLIVEIRA, O. de. (Orgs.). **História Agrária:** Propriedade e Conflito. Guarapuava: Unicentro, 2009. (p.319-340).

TONON, E. **Os monges do Contestado:** Permanências, predições e rituais no imaginário. Palmas: Kaygangue, 2010

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade.** Tradução: Elia Ferreira Edel. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOURAINE, A. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Tradução: Modesto Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 1998b.
tradicionais e mobilizações políticas. Manaus: **PNCSA**. Abril de 2012.

VELHO, G. Observando o Familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro:
Jorge Zahar Editor, 2004.

VIANA, N. Cultura, Tradição e Memória: A Juventude entre a Permanência e a Ruptura. Estácio de Sá – Ciências Humanas. Rev. da Faculdade Estácio de Sá. Goiânia SESES – GO VOL. 01, Nº 02, 10-19, Set. 2009/Dez. 2009 http://www.saps.com.br/sites/estacio/downloads/revista/2_revista_ciencias_humanas_revisada.pdf#page=10

VIÉGAS, Lygia de Souza. Reflexões sobre a pesquisa etnográfica em Psicologia e Educação. IN: Diálogos possíveis: **revista da Faculdade Social da Bahia**. Salvador Ano 6, n.1, jan./jun. 2007.

VIEIRA PINTO, Á. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

VILLELA, L. M. C. Semarias, Velhas Fazendas e Quilombos: Campos de Castro. Castro: Kugler, s.d.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1995.

WEIL, Simone. **O Enraizamento**. Tradução de Maria Leonor Loureiro, Editora da Universidade do Sagrado Coração – EDUSC, Bauru, 2001, 272 pp.